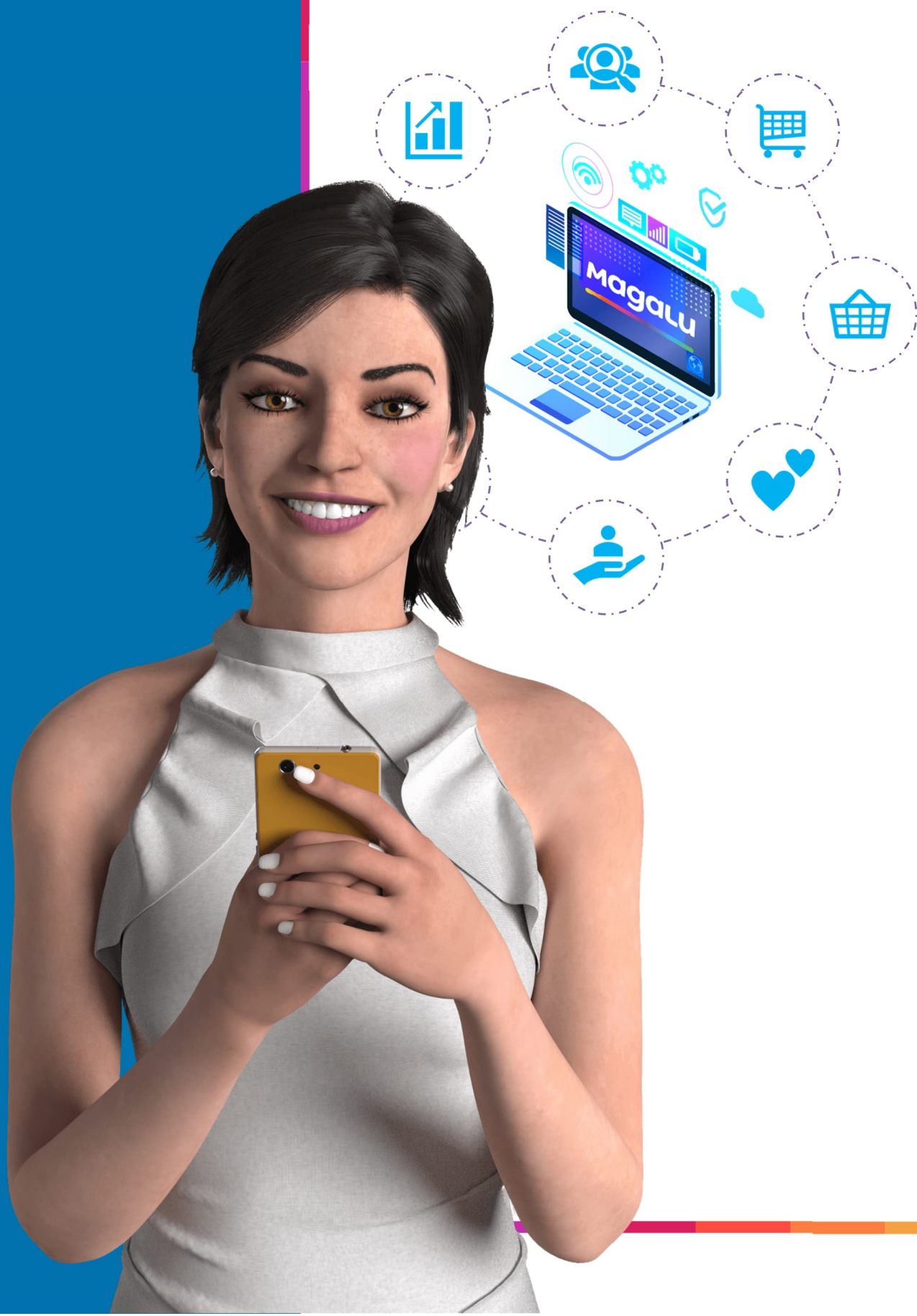




Magazine Luiza S.A. e Controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas1

Balanços patrimoniais9

Demonstrações dos resultados11

Demonstrações dos resultados abrangentes12

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido13

Demonstrações dos fluxos de caixa14

Demonstrações do valor adicionado15

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas16



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Aos Administradores e Acionistas do
Magazine Luiza S.A.
Franca - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magazine Luiza S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas financeiras materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido ao volume de transações e pelo fato das operações da Companhia e de suas controladas serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia da informação e dos seus sistemas e aplicações, somados à natureza dos seus negócios e sua dispersão geográfica, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e dos controles gerais de tecnologia da informação (“CGTI”) - acessos lógicos, gestão de mudanças e de operações de tecnologia da informação - relacionados aos sistemas e aplicações por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas; (ii) envolvimento de profissionais de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução desses procedimentos; (iii) avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos financeiras, (iv) execução de testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia.

No que se refere aos controles sobre os acessos lógicos: (i) analisamos o processo de autorização e de concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários, e; (ii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia da informação.



**Shape the future
with confidence**

No que se refere ao processo de gestão de mudanças: (i) avaliamos se as mudanças nos sistemas e aplicações foram devidamente autorizadas e aprovadas pela diretoria da Companhia, e; (ii) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de procedimentos de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Determinadas deficiências não significativas no desenho e na operação dos controles gerais de tecnologia da informação (CGTI) identificadas ao longo da auditoria, alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e apropriadas de auditoria. Levando em consideração o aumento na extensão dos procedimentos de auditoria, julgado por nós apropriado, os resultados destes procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Provisão para demandas judiciais tributárias

Conforme divulgado na Nota Explicativa 24, a Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão para demandas judiciais, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$705.623 mil e R\$1.209.897 mil, representando 3,2% e 4,5% do total do passivo na controladora e no consolidado, respectivamente. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias requerem julgamento por parte da diretoria, que conta com o suporte das opiniões legais dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que são base para exercer esse julgamento, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e o desenvolvimento das disputas tributárias nos tribunais, podem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de forma relevante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é parte em disputas tributárias que somam R\$3.558.309 mil nas demonstrações financeiras individuais e R\$4.156.052 mil nas demonstrações financeiras consolidadas, as quais não estão provisionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido à avaliação por parte da diretoria, suportada pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia, de que o prognóstico de perda é possível.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria em conjunto com os assessores jurídicos externos e internos da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela diretoria no processo de identificação e registro contábil das provisões para demandas judiciais tributárias; (ii) avaliação das políticas financeiras adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais tributárias; (iii) envolvimento de profissionais especializados em controvérsia tributária, que analisaram uma amostra dos processos relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia; (iv) obtenção de evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a revisão da documentação suporte, dos pareceres e das opiniões legais, bem como as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo tributário, e; (v) avaliação da adequação das divulgações da Nota Explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para demandas judiciais tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acordos comerciais nas compras de mercadorias para revenda (Bonificações)

Conforme divulgado na Nota Explicativa 8, a Companhia possui acordos comerciais com seus fornecedores de mercadorias para revenda, os quais podem ser de natureza específica ou complexa no âmbito do setor varejista. Nesse contexto, existem diferentes categorias de acordos comerciais que, substancialmente, possuem vinculação com a revenda das mercadorias para obtenção de incentivos financeiros pela Companhia. Assim sendo, se faz necessária a realização de procedimentos por parte da diretoria, em especial, analisar e concluir sobre os valores e período correto em que as bonificações apuradas nestes acordos comerciais devem ser contabilmente reconhecidas como redutor do custo das mercadorias vendidas ou recuperação de despesas de marketing (verba de propaganda cooperada).

Mediante o exposto, consideramos o reconhecimento contábil das bonificações decorrentes de acordos comerciais, principalmente no que se refere à totalidade e ao seu registro no correto período contábil, como um principal assunto de auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, dentre outros: (i) avaliação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela diretoria no processo de identificação e registro contábil dos acordos comerciais com fornecedores; (ii) atualização do entendimento dos processos de negócios estabelecidos pela diretoria para identificação, mensuração e registro contábil dos acordos comerciais com fornecedores; (iii) entendimento dos principais termos contratuais, individualmente relevantes ou com características específicas; (iv) confirmação externa dos valores de bonificações a receber de determinados fornecedores, considerando aspectos de relevância de valores e amostra representativa; (v) teste do reconhecimento das bonificações no correto período de competência, incluindo verificação de liquidação financeira subsequente para uma amostra de transações; e (vi) avaliação da adequação das divulgações da Nota Explicativa 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os acordos comerciais, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future
with confidence**

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e Consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Alexandre Rubio', is written over a horizontal line.

Alexandre Rubio
Contador CRC-SP-223361/O

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	773.574	718.648	1.575.837	1.827.197
Títulos e valores mobiliários	7	62.704	272.824	459.927	337.894
Contas a receber	8	3.488.144	3.447.789	5.608.982	5.833.528
Estoques	9	6.060.415	6.593.244	7.181.339	7.611.132
Contas a receber de partes relacionadas	10	2.446.031	1.864.959	2.451.511	1.661.405
Tributos a recuperar	11	1.724.952	1.671.336	1.926.083	1.856.475
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	99.636	42.002	160.174	97.771
Outros ativos circulantes		148.256	124.810	475.201	325.422
Total do ativo circulante		14.803.712	14.735.612	19.839.054	19.550.824
Não circulante					
Contas a receber	8	35.060	48.553	35.060	48.553
Tributos a recuperar	11	1.404.162	1.808.934	1.450.560	1.870.705
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	3.124.538	2.751.837	3.664.777	3.285.792
Depósitos judiciais	24	1.351.202	1.333.234	2.045.539	1.902.376
Outros ativos não circulantes		104.145	128.498	106.126	129.362
Realizável a longo prazo		6.019.107	6.071.056	7.302.062	7.236.788
Investimentos em controladas	13	5.344.185	4.806.587	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	14	1.099.379	971.862	1.099.379	971.862
Direito de uso de arrendamento	15	3.122.022	3.129.039	3.219.843	3.235.372
Imobilizado	16	1.628.551	1.618.551	1.895.438	1.834.725
Intangível	17	1.219.750	1.149.912	4.555.382	4.482.287
		12.413.887	11.675.951	10.770.042	10.524.246
Total do ativo não circulante		18.432.994	17.747.007	18.072.104	17.761.034
Total do ativo		33.236.706	32.482.619	37.911.158	37.311.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	18	7.160.231	6.291.347	8.143.428	7.182.906
Fornecedores - convênio	19	2.860.362	2.946.541	3.356.388	3.100.213
Parceiros e outros depósitos	20	-	-	1.357.390	1.640.637
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	21	998.359	980.233	998.359	1.402.168
Salários, férias e encargos sociais		248.634	335.803	501.935	558.572
Tributos a recolher		203.235	209.929	364.130	363.003
Contas a pagar a partes relacionadas	10	233.716	228.387	110.115	107.061
Arrendamento mercantil	15	417.893	425.027	453.895	452.654
Receita diferida	22	122.407	122.407	155.102	152.910
Dividendos a pagar	25	3.021	-	3.021	-
Outros passivos circulantes	23	1.096.836	1.144.002	1.739.029	1.750.426
Total do passivo circulante		13.344.694	12.683.676	17.182.792	16.710.550
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	21	3.946.177	3.179.992	3.946.177	3.179.992
Tributos a recolher		-	1.057	41.123	55.597
Contas a pagar a partes relacionadas	10	-	200.000	-	-
Arrendamento mercantil	15	3.061.446	2.993.853	3.129.977	3.080.881
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	76.857	74.242
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	838.223	1.211.777	1.364.360	1.857.353
Receita diferida	22	693.431	815.839	810.137	952.935
Outros passivos não circulantes	23	74.705	77.163	81.705	81.046
Total do passivo não circulante		8.613.982	8.479.681	9.450.336	9.282.046
Total do passivo		21.958.676	21.163.357	26.633.128	25.992.596
Patrimônio líquido					
Capital social	25	14.002.498	13.602.498	14.002.498	13.602.498
Reserva de capital		(2.815.070)	(2.556.694)	(2.815.070)	(2.556.694)
Ações em tesouraria		(222.174)	(503.574)	(222.174)	(503.574)
Reserva legal		138.502	137.442	138.502	137.442
Reserva de lucros		343.832	768.554	343.832	768.554
Ajuste de avaliação patrimonial		(169.558)	(128.964)	(169.558)	(128.964)
Total do patrimônio líquido		11.278.030	11.319.262	11.278.030	11.319.262
Total do Passivo e Patrimônio líquido					
		33.236.706	32.482.619	37.911.158	37.311.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	26	32.346.768	31.668.289	38.703.387	38.038.068
Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	27	(23.088.793)	(22.428.814)	(27.148.836)	(26.410.812)
Lucro bruto		9.257.975	9.239.475	11.554.551	11.627.256
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	28	(6.194.918)	(5.879.230)	(7.375.871)	(7.131.584)
Gerais e administrativas	28	(871.618)	(904.832)	(1.392.269)	(1.373.715)
Perdas de créditos esperadas		(449.128)	(432.185)	(455.819)	(452.704)
Depreciação e amortização	15 16 17	(1.030.148)	(1.038.985)	(1.284.787)	(1.333.288)
Resultado de equivalência patrimonial	13 14	473.719	463.977	127.268	148.456
Outras receitas operacionais, líquidas	28 29	532.814	81.167	745.610	78.011
		(7.539.279)	(7.710.088)	(9.635.868)	(10.064.824)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.718.696	1.529.387	1.918.683	1.562.432
Receitas financeiras		619.913	627.048	775.854	720.233
Despesas financeiras		(2.484.722)	(1.875.712)	(2.820.033)	(2.195.281)
Resultado financeiro	30	(1.864.809)	(1.248.664)	(2.044.179)	(1.475.048)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(146.113)	280.723	(125.496)	87.384
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12	350.716	167.994	330.099	361.333
Lucro líquido do exercício		204.603	448.717	204.603	448.717
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores		204.603	448.717	204.603	448.717
Lucro por ação					
Básico (reais por ação)	25	0,264	0,610	0,264	0,610
Diluído (reais por ação)	25	0,264	0,610	0,264	0,610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	204.603	448.717
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos Outros		
Resultados Abrangentes – ORA	3.156	439
Ativos financeiros mensurados ao valor justo - VJORA	(64.661)	(11.926)
Efeito dos impostos	20.911	3.905
Total de itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(40.594)	(7.582)
Total dos resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	164.009	441.135
Atribuível a:		
Acionistas controladores	164.009	441.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Nota	Reserva de lucros								Total
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de reforço de capital de giro	Reserva de incentivos fiscais	Lucro (Prejuízo) Acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.352.498	(2.087.258)	(990.603)	137.442	-	1.215.281	(895.444)	(121.382)	9.610.534
Aumento de capital	1.250.000	-	-	-	-	-	-	-	1.250.000
Plano de ações	-	29.899	-	-	-	-	-	-	29.899
Ações em tesouraria vendidas ou entregues em planos de ações e combinação de negócios	-	(499.335)	487.029	-	-	-	-	-	(12.306)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	448.717	-	448.717
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	(446.727)	446.727	-	-
Outros resultados abrangentes:									
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(7.582)	(7.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13.602.498	(2.556.694)	(503.574)	137.442	-	768.554	-	(128.964)	11.319.262
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13.602.498	(2.556.694)	(503.574)	137.442	-	768.554	-	(128.964)	11.319.262
Aumento de capital	25 400.000	-	-	-	-	(400.000)	-	-	-
Dividendos pagos	25 -	-	-	-	-	(225.000)	-	-	(225.000)
Adoção de prática contábil em controlada	13 -	-	-	-	-	-	(244)	-	(244)
Plano de ações	-	33.409	-	-	-	-	-	-	33.409
Ações em tesouraria vendidas ou entregues em planos de ações e combinação de negócios	-	(291.785)	281.400	-	-	-	-	-	(10.385)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	204.603	-	204.603
Destinações:	25								
Recomposição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	183.162	(183.162)	-	-
Reserva legal	-	-	-	1.060	-	-	(1.060)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(3.021)	-	(3.021)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	17.116	-	(17.116)	-	-
	400.000	(258.376)	281.400	1.060	17.116	(441.838)	-	-	(638)
Outros resultados abrangentes:									
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(40.594)	(40.594)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	14.002.498	(2.815.070)	(222.174)	138.502	17.116	326.716	-	(169.558)	11.278.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício		204.603	448.717	204.603	448.717
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	12	(350.716)	(167.994)	(330.099)	(361.333)
Depreciação e amortização	15 16 17	1.030.148	1.038.985	1.284.787	1.333.288
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos provisionados	21 15	1.124.293	894.826	1.163.164	949.483
Hedge de valor justo		14.176	-	14.176	-
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(4.555)	(19.882)	(9.938)	(32.667)
Equivalência patrimonial	13 14	(473.719)	(463.977)	(127.268)	(148.456)
Movimentação da provisão para perdas em ativos		949.210	725.314	966.282	748.121
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	(357.610)	242.346	(456.940)	321.465
Resultado de baixa de ativos		6.370	2.187	11.476	(1.229)
Apropriação da receita diferida	22	(122.407)	(122.407)	(143.636)	(144.503)
Despesas com plano de opção de ações		20.295	23.207	20.295	23.207
Lucro líquido do exercício ajustado		2.040.088	2.601.322	2.596.902	3.136.093
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(583.557)	(41.381)	(323.260)	(465.032)
Títulos e valores mobiliários		214.675	325.369	(112.095)	473.845
Estoques		148.822	(410.922)	33.318	(333.806)
Contas a receber de partes relacionadas		(666.433)	(204.085)	(863.276)	(452.763)
Tributos a recuperar		98.256	126.923	92.868	181.929
Depósitos judiciais		(17.968)	(72.945)	(143.163)	(167.830)
Outros ativos		907	(64.735)	(126.543)	(6.367)
Variação nos ativos operacionais		(805.298)	(341.776)	(1.442.151)	(770.024)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		13.396.214	12.985.088	14.685.986	13.296.348
Parceiros e outros depósitos		-	-	(283.247)	(124.512)
Salários, férias e encargos sociais		(87.169)	110.829	(56.637)	156.705
Tributos a recolher		181.172	284.677	177.796	353.349
Contas a pagar a partes relacionadas		5.329	102.780	3.054	6.100
Outros passivos		(67.395)	(215.174)	(27.774)	(216.526)
Variação nos passivos operacionais		13.428.151	13.268.200	14.499.178	13.471.464
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(2.064)	(26.506)	(44.752)
Recebimento de dividendos		141.950	42.550	91.950	42.550
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		14.804.891	15.568.232	15.719.373	15.835.331
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	16	(229.832)	(198.110)	(330.687)	(266.600)
Aquisição de ativo intangível	15 17	(380.967)	(352.142)	(560.928)	(462.947)
Aumento de capital em controlada e controlada em conjunto	13 14	(514.267)	(449.179)	(92.750)	(543.001)
Pagamento por aquisição de controlada		-	-	(16.451)	(18.058)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(1.125.066)	(999.431)	(1.000.816)	(1.290.606)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos		1.997.491	300.194	1.997.491	300.194
Pagamento de empréstimos e financiamentos	21	(1.285.189)	(2.565.991)	(1.685.441)	(2.568.146)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	21	(730.727)	(1.082.057)	(783.632)	(1.132.723)
Pagamento de arrendamento mercantil	15	(432.232)	(482.616)	(460.642)	(502.139)
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil	15	(335.733)	(315.484)	(343.404)	(320.759)
Pagamento de fornecedores – convênio		(12.613.509)	(12.067.861)	(13.469.289)	(12.337.301)
Aumento de capital social		-	1.250.000	-	1.250.000
Pagamento de dividendos		(225.000)	-	(225.000)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(13.624.899)	(14.963.815)	(14.969.917)	(15.310.874)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		54.926	(395.014)	(251.360)	(766.149)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		718.648	1.113.662	1.827.197	2.593.346
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		773.574	718.648	1.575.837	1.827.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	38.516.738	37.740.932	47.110.701	46.218.782
Provisão para perdas de crédito esperadas, líquida de reversões	(449.128)	(432.185)	(455.819)	(452.704)
Receitas relativas à construção de ativos próprios	395.127	375.088	490.633	447.873
Outras receitas operacionais	224.583	197.971	311.066	298.161
	38.687.320	37.881.806	47.456.581	46.512.112
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(24.922.669)	(24.409.846)	(28.981.186)	(28.388.619)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.178.649)	(5.074.706)	(5.993.882)	(6.216.343)
Perda e recuperação de valores ativos	(239.240)	(166.922)	(240.557)	(167.138)
	(30.340.558)	(29.651.474)	(35.215.625)	(34.772.100)
Valor adicionado bruto	8.346.762	8.230.332	12.240.956	11.740.012
Depreciação e amortização	(1.030.148)	(1.038.985)	(1.284.787)	(1.333.288)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	7.316.614	7.191.347	10.956.169	10.406.724
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	473.719	463.977	127.268	148.456
Receitas financeiras	619.913	627.048	775.854	720.233
Valor adicionado total a distribuir	8.410.246	8.282.372	11.859.291	11.275.413
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	1.814.744	1.827.821	2.625.757	2.535.559
Benefícios	246.983	247.909	405.153	392.764
FGTS	122.930	118.369	221.879	210.299
	2.184.657	2.194.099	3.252.789	3.138.622
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	42.578	389.748	974.368	1.068.880
Estaduais	3.298.383	3.229.747	4.223.625	4.121.018
Municipais	125.350	119.625	190.372	179.777
	3.466.311	3.739.120	5.388.365	5.369.675
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	2.244.908	1.673.070	2.560.282	1.787.573
Aluguéis	94.235	75.839	124.494	86.164
Outras	215.532	151.527	328.758	444.662
	2.554.675	1.900.436	3.013.534	2.318.399
Remuneração de capital próprio:				
Lucro retido(prejuízo) acumulado	204.603	448.717	204.603	448.717
	204.603	448.717	204.603	448.717
	8.410.246	8.282.372	11.859.291	11.275.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais

O Magazine Luiza S.A. (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “MGLU3” e atua, preponderantemente, no comércio varejista, por meio de lojas físicas, e-commerce e seu SuperApp. O SuperApp é um aplicativo que oferece produtos e serviços do Magazine Luiza, de suas controladas e, através da plataforma de marketplace, de parceiros comerciais (“sellers”). Por meio de suas controladas, o Magazine Luiza também atua em operações de administração de consórcios, logística, desenvolvimento de softwares, “food delivery”, conteúdo digital e meios de pagamentos. A controlada em conjunto Luizacred (nota 14), oferece serviço de crédito e financiamentos a clientes. A sede social do Magazine Luiza está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil, e sua Controladora e *holding* é a LTD Administração e Participação S.A.

O Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidos como “Companhia” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 1.246 lojas e 21 centros de distribuição (1.245 lojas e 21 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2024) localizados em todas as regiões do País. A Companhia atua também nos sites de comércio eletrônico www.magazineluiza.com.br, www.epocacosmeticos.com.br, www.netshoes.com.br, www.zattini.com.br, www.shoestock.com.br, www.kabum.com.br e seus respectivos aplicativos “mobile”, bem como pelos aplicativos de “food delivery” AiQfome, Tônolucro e Plus Delivery.

Em 12 de março de 2026, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos *pelo International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A Administração adota a política contábil de apresentar os juros pagos como atividades de financiamento e os dividendos recebidos como atividade operacional nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- **Continuação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As demonstrações financeiras de cada controlada, bem como as demonstrações financeiras utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

2.1. Reforma Tributária

As Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026 marcaram o início da Reforma Tributária do consumo, cujo objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços. O novo modelo substitui cinco tributos (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. A unificação desses tributos sob o princípio da não cumulatividade, com direito ao crédito sobre todas as aquisições, alinha o Brasil a modelos internacionais de Imposto sobre Valor Agregado ("IVA") e promove profundas alterações na dinâmica contábil das entidades.

O ano de 2026 foi definido como período de transição e testes pelo Fisco e pelos contribuintes. Durante esse período, os novos tributos (IBS e CBS) serão destacados de forma meramente informativa nos documentos fiscais, sem impacto econômico, financeiro ou contábil para a Companhia e seus clientes, conforme previsto na legislação vigente.

A Companhia permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma Tributária, incluindo análises de cenários, simulações e avaliação de potenciais impactos futuros em sua operação, margens, formação de preços, cadeia de suprimentos e créditos tributários. Adicionalmente, a Companhia está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais.

3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

3. Bases de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

A base de consolidação da Companhia inclui:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação direta ou indireta %	
		2025	2024
Época Cosméticos	Comércio eletrônico de perfumes e cosméticos	100%	100%
Luiza Administradora de Consórcios (LAC)	Administradora de consórcios	100%	100%
Magalu Log (Magalog)	Empresa de serviços logísticos	100%	100%
Luizalabs Sistemas de Informação	Soluções tecnológicas para varejo e indústrias de bens de consumo	100%	100%
Netshoes	Comércio eletrônico de artigos esportivos e moda	100%	100%
Magalupay	Instituição de Pagamentos	100%	100%
Kabum	Comércio eletrônico de equipamentos de informática	100%	100%
Nonsense	Produtora de conteúdo	100%	100%

As demonstrações financeiras consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

4. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.1. Transações e atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

4. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

4.2. Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”)

i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii) Alocação dos saldos de ágio

O ágio é alocado a cada unidade geradora de caixa e é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

4.3. Ajustes a valor presente

As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas. Vendas e compras são descontadas para determinar o valor presente na data das transações e considerando os prazos de parcelamento.

A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para perda esperada de créditos.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber”. Sua realização é registrada na rubrica “Receitas de vendas de mercadorias”, também pela fruição de prazo.

4. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

4.3. Ajustes a valor presente--Continuação

O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica “Fornecedores” com contrapartida na conta de “Estoques”. Sua reversão é registrada na rubrica “Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços” pela fruição de prazo.

4.4. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

4.5. Benefícios de empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos elegíveis é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os elegíveis adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

4.6. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

4. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

4.7. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

4.8. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 e normas emitidas, mas ainda não vigentes

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações foram aplicáveis para períodos de demonstrações financeiras que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

4.8. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 e normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras – Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. O IFRS 18 entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.
- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, com início após 1º de janeiro de 2026. As principais alterações introduzidas são as seguintes:
 - Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
 - Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
 - Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
 - Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

5. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas.

5. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas--Continuação

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas: determina se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.
- Nota explicativa 15 – determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação.

b) Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para perda esperada de créditos.
- Nota explicativa 9 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques;
- Nota explicativa 11 - Tributos a recuperar: os critérios para avaliação dos prazos de recuperação dos créditos tributários envolvem um elevado grau de julgamento na determinação de premissas de compensação.
- Nota explicativa 12 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa 16 e 17 - Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração.
- Nota explicativa 17 - Intangível - A determinação do ágio na aquisição de empresas é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão.
- Notas explicativas 24 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa 32 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("*impairment*"): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Administração da Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

A análise de risco de crédito e de sensibilidade está descrita na nota 32.

Taxas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	114.742	138.769	116.658	140.836
Bancos	48.177	62.765	165.365	162.426
Depósitos a curto prazo	De 88% a 103% CDI	517.114	1.247.457	1.440.020
Fundos de investimentos não exclusivos	De 97% a 100% CDI	-	46.357	83.915
Total	773.574	718.648	1.575.837	1.827.197

7. Títulos e valores mobiliários

Taxas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundos de investimentos não exclusivos 98% A 105% CDI	5.876	5.244	5.876	5.244
Direitos creditórios	48.250	49.953	22.165	802
Títulos públicos federais (a)	-	-	423.308	114.221
Fundo de investimento exclusivo: (b)	8.578	217.627	8.578	217.627
Títulos públicos federais				
Total	62.704	272.824	459.927	337.894

(a) Refere-se às aplicações de sua controlada Magalupay em títulos públicos federais, basicamente Letras Financeiras do Tesouro Nacional.

(b) Refere-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa junto ao Banco Itaú S.A e ao Banco do Brasil S.A. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a carteira estava atrelada a títulos públicos federais referenciados à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com liquidez imediata e objetivo de retornar à rentabilidade média de 100% do CDI à Companhia.

A análise de risco de crédito e de sensibilidade está descrita na nota 32.

8. Contas a receber

Política contábil

Contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos diretos ao consumidor (“CDC”) e com cartão de crédito, contas a receber por serviços prestados, recebíveis de bonificações com fornecedores e pela provisão para perda esperada de créditos, que é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, os índices de perdas históricos por faixa de vencimento da carteira, conforme mencionado na nota explicativa 32.

8. Contas a receber--Continuação

Política contábil--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cartões de crédito (a)	1.796.141	1.966.420	3.618.985	4.128.941
Cartões de débito (a)	2.052	2.270	2.051	2.319
Crédito direto ao consumidor (b)	1.765.074	1.576.331	1.806.731	1.576.331
Serviços a clientes (c)	625.993	546.413	741.020	574.594
Demais contas a receber (d)	5.125	1.584	101.915	155.018
Total contas a receber	4.194.385	4.093.018	6.270.702	6.437.203
Provenientes de acordos comerciais (e)	199.619	259.825	254.664	309.451
Provisão para perda esperada de créditos	(454.568)	(488.608)	(465.092)	(496.680)
Ajuste a valor presente	(416.232)	(367.893)	(416.232)	(367.893)
Total	3.523.204	3.496.342	5.644.042	5.882.081
Ativo circulante	3.488.144	3.447.789	5.608.982	5.833.528
Ativo não circulante	35.060	48.553	35.060	48.553

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 37 dias na controladora e 47 no consolidado em 31 de dezembro de 2025 (40 dias na Controladora e 49 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

- (a) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas por meio dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das adquirentes em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda dos produtos. No Consolidado está somado o recebível de adquirentes transacionado na Magalupay que será repassado aos parceiros ("sellers") conforme descrito na nota 20. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía créditos cedidos à certas adquirentes e instituições financeiras que montavam R\$3.307.696 (R\$3.307.836 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e R\$5.134.803 (R\$5.217.300 em 31 de dezembro de 2024) no Consolidado, sobre os quais é aplicado um desconto que varia entre 103,0% e 107,0% do CDI. A Companhia, por meio das operações de cessão de recebíveis em cartões, transfere para as adquirentes e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, líquida as contas a receber relativas a esses créditos.
- (b) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela Controladora e pela controlada MagaluPay.
- (c) Refere-se principalmente a vendas intermediadas pela Controladora para a Luizaseg e Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. A Controladora destina às suas parceiras o valor da garantia estendida e outros seguros, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação. Adicionalmente, nessa rubrica estão alocados os recebíveis por serviços de marketplace e outros serviços.
- (d) Refere-se principalmente a recebíveis de serviços de transporte das controladas Magalog para terceiros, bem como serviços prestados e cargas nas contas de pagamentos da Magalupay e recebíveis do FIDC (nota 7).
- (e) Refere-se a valores de bonificações a serem recebidos de fornecedores, devido ao atendimento do volume de compras ou campanhas promocionais, bem como de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada). O saldo apresentado está líquido de valores compensados com saldos de contas a pagar dos respectivos fornecedores, previsto em acordo de parceria entre as partes. Os valores compensados foram de R\$768.708 na Controladora (R\$575.873 em 31 de dezembro de 2024) e R\$789.196 no Consolidado (R\$615.953 em 31 de dezembro de 2024).

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, relacionadas a crédito direto a consumidor e serviços a clientes é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(488.608)	(366.096)	(496.680)	(371.939)
(+) Adições	(565.203)	(524.333)	(569.807)	(528.148)
(-) Baixas	599.243	401.821	601.395	403.407
Saldo no final	(454.568)	(488.608)	(465.092)	(496.680)

A análise de risco de crédito está apresentada na nota 32.

8. Contas a receber--Continuação

Política contábil--Continuação

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é como segue:

	Contas a receber de clientes				Provenientes de acordos comerciais			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valores a vencer:								
Até 30 dias	505.005	442.491	784.501	667.234	44.918	37.164	53.905	49.916
Entre 31 e 60 dias	343.403	250.751	387.800	611.807	91.621	111.286	126.495	142.275
Entre 61 e 90 dias	422.639	248.448	720.299	264.784	48.937	45.917	55.515	46.956
Entre 91 e 180 dias	1.238.715	1.374.972	2.024.752	2.485.928	11.039	60.516	12.494	61.545
Entre 181 e 360 dias	1.251.310	1.321.101	1.891.513	1.927.672	182	53	2.168	53
Acima de 361 dias	126.505	145.525	135.605	145.780	-	-	-	-
	3.887.577	3.783.288	5.944.470	6.103.205	196.697	254.936	250.577	300.745
Valores vencidos:								
Até 30 dias	74.405	73.622	93.708	97.890	2.456	2.696	3.392	5.583
Entre 31 e 60 dias	51.176	54.509	51.297	54.509	297	393	386	830
Entre 61 e 90 dias	46.509	50.498	46.509	50.498	88	387	221	662
Entre 91 e 180 dias	134.718	131.101	134.718	131.101	81	1.413	88	1.631
	306.808	309.730	326.232	333.998	2.922	4.889	4.087	8.706
	4.194.385	4.093.018	6.270.702	6.437.203	199.619	259.825	254.664	309.451

9. Estoques

Política contábil

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda e provisão para obsolescência que considera mercadorias com giro lento e aquelas encaminhadas à assistência técnica, além da provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias para revenda	6.489.767	6.823.681	7.636.322	7.866.166
Material para consumo	30.274	26.881	35.913	35.087
Provisões para perdas nos estoques	(459.626)	(257.318)	(490.896)	(290.121)
	6.060.415	6.593.244	7.181.339	7.611.132

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui estoques de mercadorias para revendas dadas em garantias de processos judiciais, em fase de execução, no montante aproximado de R\$8.988 (R\$8.988 em 31 de dezembro de 2024).

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(257.318)	(151.296)	(290.121)	(179.561)
Constituição da provisão	(384.007)	(200.981)	(396.475)	(219.973)
Estoques baixados ou vendidos	181.699	94.959	195.700	109.413
Saldo final	(459.626)	(257.318)	(490.896)	(290.121)

10. Partes relacionadas

Empresa	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Luizacred (i)								
Comissões por serviços prestados	1.179	23.521	1.179	23.521	234.514	226.342	234.514	226.342
Cartão de crédito	2.012.823	1.239.666	2.382.706	1.588.883	(329.808)	(269.527)	(333.880)	(269.527)
Repasse de recebimentos	(54.680)	(78.283)	(54.680)	(78.283)	-	-	-	-
Reembolso de despesa compartilhadas	32.035	41.885	32.035	41.885	109.212	110.577	109.212	110.577
Total de Controladas em conjunto	1.991.357	1.226.789	2.361.240	1.576.006	13.918	67.392	9.846	67.392
Netshoes (ii)								
Comissões por serviços prestados e reembolso de despesas compartilhadas	7.516	17.464	-	-	8.604	14.777	-	-
Época Cosméticos (iii)								
Comissões por serviços prestados	414	994	-	-	4.369	4.895	-	-
Kabum (iv)								
Comissões por serviços prestados	9.954	19.101	-	-	30.101	20.145	-	-
Nota promissória	100.046	(200.000)	-	-	-	-	-	-
	110.000	(180.899)	-	-	30.101	20.145	-	-
Consórcio Magalu (v)								
Comissões por serviços prestados	-	-	-	-	18.668	16.418	-	-
Dividendos a receber	14.560	50.000	-	-	-	-	-	-
Grupo de Consórcios	(82)	447	(82)	447	-	-	-	-
	14.478	50.447	(82)	447	18.668	16.418	-	-
Magalog (vi)								
Repasse de recebimentos	(137.775)	(121.766)	-	-	-	-	-	-
Despesas com fretes	-	-	-	-	(1.851.880)	(1.831.725)	-	-
	(137.775)	(121.766)	-	-	(1.851.880)	(1.831.725)	-	-
Magalupay (vii)								
Repasse de recebimentos	246.293	465.652	-	-	(66.505)	(122.236)	-	-
Antecipação de recebíveis	-	-	-	-	(79.559)	(37.828)	-	-
	246.293	465.652	-	-	(146.064)	(160.064)	-	-
Jovem Nerd (viii)								
Veiculação de publicidade	(106)	-	-	-	(1.767)	-	-	-
Luizalabs (viii)								
Desenvolvimento de sistemas e reembolso	(100)	-	-	-	-	-	-	-
Magalu Cloud (x)								
Despesas com serviços de nuvem	-	-	-	-	(75.000)	-	-	-
Total de Controladas	240.720	231.892	(82)	447	(2.012.969)	(1.897.726)	-	-
MTG Participações (xi)								
Aluguéis e outros repasses	(2.417)	(3.977)	(2.417)	(3.977)	(92.864)	(88.661)	(92.864)	(88.661)
PJD Agropastoril (xii)								
Aluguéis, fretes e outros repasses	-	(30)	-	(30)	(749)	(741)	(749)	(741)
LH Participações (xiii)								
Aluguéis	-	(223)	-	(223)	(2.798)	(2.672)	(2.798)	(2.672)
ETCO - SCP (xiv)								
Comissão de agenciamento - "Fee"	-	-	-	-	(7.930)	(7.568)	(7.930)	(7.568)
Despesa com veiculação de mídia	(17.345)	(17.879)	(17.345)	(17.879)	(247.825)	(236.507)	(247.825)	(236.507)
	(17.345)	(17.879)	(17.345)	(17.879)	(255.755)	(244.075)	(255.755)	(244.075)
Total de outras partes relacionadas	(19.762)	(22.109)	(19.762)	(22.109)	(352.166)	(336.149)	(352.166)	(336.149)
Total de partes relacionadas	2.212.315	1.436.572	2.341.396	1.554.344	(2.351.217)	(2.204.311)	(342.320)	(268.757)

Demais partes relacionadas - Títulos e valores mobiliários	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Operações com fundos de investimento exclusivos - classificados como Títulos e valores mobiliários (xv)	8.578	217.627	8.578	217.627	5.526	18.874	5.526	18.874

10. Partes relacionadas--Continuação

Reconciliação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de partes relacionadas	2.446.031	1.864.959	2.451.511	1.661.405
Contas a pagar a partes relacionadas	(233.716)	(428.387)	(110.115)	(107.061)
	2.212.315	1.436.572	2.341.396	1.554.344

- (i) As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades:
- (a) Recebíveis em cartões de crédito *private label* e despesas financeiras com antecipação de tais recebíveis;
 - (b) Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Controladora;
 - (c) Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia, que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, indicação de seguros vinculados aos produtos e serviços financeiros. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred;
 - (d) Reembolso de despesas compartilhadas.
- (ii) Os valores da Netshoes, controlada integral, referem-se às comissões pelas vendas efetuadas via plataforma de Marketplace da Controladora e reembolso de despesas compartilhadas.
- (iii) As transações com a Época Cosméticos, controlada integral, referem-se às comissões com vendas via plataforma de Marketplace da Controladora.
- (iv) As transações com a KaBuM, controlada integral, referem-se às comissões com vendas via plataforma de Marketplace e Notas Promissórias, firmadas com a Controladora, a serem liquidadas em 2026.
- (v) Os valores a receber (ativo circulante) do Consórcio Magalu (LACs), controlada integral, referem-se a dividendos propostos, às comissões pelas vendas efetuadas pela Controladora como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à "LAC" referentes às prestações de consórcios recebidas pela Controladora nos caixas dos seus pontos de venda.
- (vi) As transações com a Magalog, controlada integral, referem-se a despesas com frete e repasse de recebíveis.
- (vii) Transações com a Magalupay, controlada integral, referem-se aos repasses financeiros e às comissões a receber pelas vendas transacionadas em sua plataforma pelos sellers de Marketplace, que podem ser antecipados a critério da controladora.
- (viii) As transações com a Jovem Nerd, controlada integral, referem-se à veiculação de propaganda.
- (ix) Refere-se à prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas prestados pela controlada Luizalabs Computação e Sistemas de Informação Ltda.
- (x) Refere-se a valores de prestação de serviços de armazenamento em nuvem (Cloud)
- (xi) As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição.
- (xii) As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se aluguéis de caminhões para fretes de mercadorias.
- (xiii) As transações com a LH Agropastoril, Administração Participações Ltda., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais e escritório central.
- (xiv) As transações com a ETCO Sociedade em Conta de Participação, que tem como sócia participante empresa controlada pela presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica.
- (xv) Refere-se às operações de aplicação, resgate e rendimentos com os fundos de investimentos exclusivos (ML Renda Fixa Crédito Privado FI e BB MGL Fundo de Investimento RF Longo Prazo, vide Nota 7 - Títulos e valores mobiliários).

10. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração da Administração na Controladora e Consolidado

	31/12/2025		31/12/2024	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa e variável	8.826	9.239	5.221	18.490
Plano de ações	345	5.259	1.053	6.283
Cessação de cargo	-	2.345	-	-

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia, sendo que determinados colaboradores elegíveis são beneficiários de plano de incentivos atrelados a ações, mencionado na nota 25. É política interna da Companhia o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos seus colaboradores. Tais valores são provisionados em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atendimento de metas. A remuneração global dos administradores foi aprovada por Assembleia Geral Ordinária dia 24 de abril de 2025, em que foi previsto o limite de R\$42.803 para o exercício de 2025.

11. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS a recuperar (a)	1.958.783	2.082.936	1.992.918	2.118.055
PIS e Cofins a recuperar	1.166.707	1.393.710	1.347.922	1.587.996
Outros	3.624	3.624	35.803	21.129
	3.129.114	3.480.270	3.376.643	3.727.180
Ativo circulante	1.724.952	1.671.336	1.926.083	1.856.475
Ativo não circulante	1.404.162	1.808.934	1.450.560	1.870.705

(a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto aos Estados de origem do crédito e devem ser compensados até o final do período de transição da Reforma Tributária do Consumo.

12. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Política contábil--Continuação

Imposto corrente

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Subvenções governamentais para investimento são reconhecidas como redutoras de impostos sobre as vendas, quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ E CSLL a recuperar	46.464	87	84.252	37.049
IRRF a compensar	53.172	41.915	75.922	60.722
Total do ativo circulante	99.636	42.002	160.174	97.771

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(146.113)	280.723	(125.496)	87.384
Alíquota nominal vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	49.678	(95.446)	42.669	(29.711)
Reconciliação para a taxa efetiva				
Exclusão - equivalência patrimonial	161.064	157.752	43.271	50.475
IR Diferido não reconhecido Kabum	-	-	(68.762)	152.322
Efeito de subvenção governamental (1)	247.648	69.328	401.872	150.660
Juros de indêbitos tributários (2)	4.623	28.534	10.712	32.915
Juros sobre capital próprio e dividendos (3)	(107.763)	-	(107.763)	-
Inovação tecnológica	-	-	14.008	7.296
Outras exclusões permanentes, líquidas	(4.534)	7.826	(5.908)	(2.624)
Crédito de IR/CS lançado no resultado do exercício	350.716	167.994	330.099	361.333
Corrente	-	-	(24.286)	(48.339)
Diferido	350.716	167.994	354.385	409.672
Total	350.716	167.994	330.099	361.333
Taxa efetiva	240,03%	-59,84%	263,04%	-413,50%

- (1) A Companhia, no exercício regular de suas atividades, usufrui de uma série de benefícios fiscais concedidos pelos Estados da Federação. Estes benefícios se caracterizam como subvenção para investimentos e, de acordo com o CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, são registrados na demonstração do resultado do exercício.
- (2) Em 24 de setembro de 2021, em decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, foi declarada inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia possui mandado de segurança, com data anterior a do julgamento do STF, no qual tem como objeto justamente o reconhecimento da ilegitimidade da incidência de IRPJ e CSLL e da PIS/COFINS sobre a Selic em créditos fiscais. Em razão da decisão do STF, a Companhia realizou a exclusão permanente de tais valores de sua base de cálculo, avaliando que é provável que o tema seja aceito pelas autoridades, nos termos da ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento sobre o Lucro (equivalente à IFRIC 23).
- (3) Refere-se ao efeito de adição permanente na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social dos juros sobre capital próprio recebidos de sua controlada em conjunto Luizacred, conforme demonstrado na nota 14, somados aos dividendos pagos, conforme descrito na nota 25.

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos

c) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024	Resultado	Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024	Resultado	Patrimônio Líquido	31/12/2025
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:								
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.823.937	389.601	-	2.213.538	2.107.949	426.970	-	2.534.919
Provisão para perda esperada de créditos	167.097	(12.544)	-	154.553	176.791	(13.335)	-	163.456
Provisão para perda nos estoques	87.488	68.785	-	156.273	94.099	65.209	-	159.308
Provisão para ajustes a valor presente e valor justo	170.639	8.911	21.985	201.535	170.638	8.911	21.985	201.534
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	412.004	(127.008)	-	284.996	644.810	(150.730)	-	494.080
Provisão para plano de ações	23.620	(11.979)	-	11.641	24.024	(11.535)	-	12.489
Diferença temporária sobre arrendamentos	122.665	22.984	-	145.649	122.931	23.040	-	145.971
Diferença temporária sobre valor justo em aquisições	(40.962)	1.602	-	(39.360)	(114.078)	7.439	-	(106.639)
Depósitos judiciais	617	-	-	617	617	-	-	617
Créditos tributários diferidos (1)	(21.727)	3.215	-	(18.512)	(51.183)	3.215	-	(47.968)
Outras provisões	6.459	7.149	-	13.608	34.952	(4.799)	-	30.153
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	2.751.837	350.716	21.985	3.124.538	3.211.550	354.385	21.985	3.587.920

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023	Resultado	Patrimônio Líquido	31/12/2024	31/12/2023	Resultado	Patrimônio Líquido	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:								
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.796.415	27.522	-	1.823.937	2.056.572	51.377	-	2.107.949
Provisão para perda esperada de créditos	124.603	42.494	-	167.097	128.573	48.218	-	176.791
Provisão para perda nos estoques	51.441	36.047	-	87.488	51.918	42.181	-	94.099
Provisão para ajustes a valor presente e valor justo	95.037	5.454	70.148	170.639	95.037	5.453	70.148	170.638
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	338.811	73.193	-	412.004	494.557	150.253	-	644.810
Provisão para plano de ações	134.637	(111.017)	-	23.620	134.637	(110.613)	-	24.024
Diferença temporária sobre arrendamentos	105.698	16.967	-	122.665	105.698	17.233	-	122.931
Diferença temporária sobre valor justo em aquisições	(41.679)	717	-	(40.962)	(230.040)	115.962	-	(114.078)
Depósitos judiciais	617	-	-	617	617	-	-	617
Créditos tributários diferidos (1)	(102.149)	80.422	-	(21.727)	(131.605)	80.422	-	(51.183)
Outras provisões	10.264	(3.805)	-	6.459	25.766	9.186	-	34.952
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	2.513.695	167.994	70.148	2.751.837	2.731.730	409.672	70.148	3.211.550

(1) Refere-se a exclusões temporárias da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido relacionadas ao reconhecimento de créditos tributários, cujo benefício fiscal é observado em momento distinto ao reconhecimento contábil.

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos por empresa

	Saldo em 31/12/2024	Diferido Ativo	Diferido Passivo	Saldo em 31/12/2025
Controladora	2.751.837	3.124.538	-	3.124.538
Netshoes	257.206	254.764	-	254.764
KaBuM	(30.302)	-	(54.086)	(54.086)
Consórcio Magalu	(6.246)	-	(22.771)	(22.771)
Época Cosméticos	61.183	95.495	-	95.495
Magalog	84.975	96.171	-	96.171
Luizalabs	15.582	27.934	-	27.934
Magalupay	77.315	65.875	-	65.875
Consolidado	3.211.550	3.664.777	(76.857)	3.587.920

Em nossa controlada Magalupay, foi analisado o impacto da Lei Complementar nº224/2025, onde não foram identificados efeitos materiais para o exercício de 2025.

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração. A projeção de realização do imposto de renda e contribuição social referente ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
De um a três anos	(123.261)	(152.636)
De três a cinco anos	(473.689)	(494.959)
Acima de cinco anos	(1.616.588)	(1.887.324)
	(2.213.538)	(2.534.919)

d) IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. A IAS 12 /CPC32 - Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro: i) como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas; ii) ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

Com exceção dos assuntos mencionados no item b) (1) e (2) acima, a Companhia não identificou efeitos significativos da interpretação.

13. Investimentos em controladas

Política Contábil

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

13. Investimento em controladas--Continuação

a) Movimentação dos investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos em controladas diretas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Posição em 31/12/2025

Informações Financeiras	Netshoes	Kabum	Época Cosméticos	MagaluPay	Consórcio Magalu	Magalog	Luizalabs	Nonsense
Quotas/ ações	1.562.856	1.976	145.955	492.780	6.500	38.746.761	125.523	N/A
% participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo Circulante	742.428	1.606.246	204.359	2.814.724	338.530	359.460	50.228	433
Ativo Não Circulante	880.054	119.308	444.061	534.999	15.436	416.604	468.405	216
Passivo Circulante	630.385	1.104.509	172.453	2.306.200	194.978	384.623	120.419	2.163
Passivo Não Circulante	262.208	58.697	236.470	127.761	25.925	9.548	61.659	-
Capital Social	1.563.524	50.882	180.955	667.434	50.050	504.895	304.543	13.420
Patrimônio Líquido	729.889	562.348	239.497	915.762	133.063	381.893	336.555	(1.514)
Receita Líquida	1.897.633	3.151.484	568.882	756.637	192.941	2.113.228	95.043	725
Lucro Líquido (Prejuízo)	182.446	149.745	(17.058)	54.222	61.305	(17.131)	(26.339)	(4.493)

Movimentação	Netshoes	Kabum	Época Cosméticos	MagaluPay	Consórcio Magalu	Magalog	Luizalabs	Nonsense	Total
Saldo inicial	1.189.383	2.008.271	255.890	672.930	86.559	289.011	304.543	-	4.806.587
AFAC/(Redução de capital)	-	(200.000)	35.000	176.945	-	117.549	90.000	2.023	221.517
Outros resultados abrangentes	2.715	-	-	-	-	-	-	(81)	2.634
Plano de ação	(2.759)	1.056	(161)	11.665	-	(3.403)	(1.592)	-	4.806
Dividendos	-	-	-	-	(14.560)	-	-	-	(14.560)
Transferência participação societária ⁽¹⁾	(24.047)	-	-	-	-	-	-	1.038	(23.009)
Adoção de prática contábil	-	-	-	-	(241)	-	-	-	(241)
Equivalência patrimonial	173.276	122.743	(17.058)	54.222	61.305	(17.163)	(26.381)	(4.493)	346.451
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.338.568	1.932.070	273.671	915.762	133.063	385.994	366.570	(1.513)	5.344.185

⁽¹⁾ Refere-se ao encerramento societário das controladas Netshoes Holding LLC.

13. Investimento em controladas--Continuação

a) Movimentação dos investimentos em controladas--Continuação

Posição em 31/12/2024

Informações Financeiras	Netshoes	Kabum	Época Cosméticos	Magalupay	Consórcio Magalu	Magalog	Luizalabs
Quotas/ ações	1.514.532	1.976.774	34.405.475	2.000.000	6.500	16.726	23.273.616
% participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo Circulante	640.503	1.554.601	208.657	2.938.749	257.547	290.945	61.972
Ativo Não Circulante	819.475	368.258	341.689	554.648	52.989	380.129	390.346
Passivo Circulante	585.957	1.098.859	173.252	2.672.643	177.267	352.965	103.693
Passivo Não Circulante	302.485	212.457	155.377	147.824	46.709	33.231	74.138
Capital Social	436.636	250.882	145.955	490.489	50.050	387.346	214.543
Patrimônio Líquido	571.536	611.543	221.717	672.930	86.560	284.878	274.487
Receita Líquida	1.733.496	3.163.463	611.807	794.105	147.612	2.076.500	417.551
Lucro Líquido (Prejuízo)	115.728	76.405	(22.423)	209.262	41.051	1.906	(27.820)

Movimentação	Netshoes	Kabum	Época Cosméticos	Magalupay	Consórcio Magalu	Magalog	Luizalabs	Total
Saldo Inicial	1.287.661	1.980.246	285.829	457.526	95.508	237.526	285.473	4.629.769
AFAC	(198.274)	-	-	-	-	53.212	51.240	(93.822)
Outros resultados abrangentes	462	-	-	(611)	-	-	-	(149)
Plano de ação	4.810	(2.460)	(136)	6.753	-	(1.058)	(2.641)	5.268
Dividendos	-	-	-	-	(50.000)	-	-	(50.000)
Equivalência patrimonial	94.724	30.485	(29.803)	209.262	41.051	(669)	(29.529)	315.521
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.189.383	2.008.271	255.890	672.930	86.559	289.011	304.543	4.806.587

13. Investimento em controladas--Continuação

b) Conciliação do valor contábil

Controladas	Patrimônio líquido	Ágio gerado na aquisição	Mais valia ⁽¹⁾	Saldo em 31/12/2025
Netshoes	729.889	486.718	121.961	1.338.568
Kabum	562.348	705.042	664.683	1.932.073
Época Cosméticos	239.497	34.173	-	273.670
MagaluPay	915.762	-	-	915.762
Consórcio Magalu	133.063	-	-	133.063
Magalog	381.893	3.756	345	385.994
LuizaLabs	336.555	25.418	4.596	366.569
Nonsense	(1.514)	-	-	(1.514)
	3.297.493	1.255.107	791.584	5.344.185

(1) Refere-se à diferença de valor justo de ativos e passivos alocados no preço de aquisição.

Controladas	Patrimônio líquido	Ágio gerado na aquisição	Mais valia ⁽¹⁾	Saldo em 31/12/2024
Netshoes	571.536	486.718	131.129	1.189.383
Kabum	611.543	705.042	691.685	2.008.270
Época Cosméticos	221.717	34.173	-	255.890
Magalupay	672.930	-	-	672.930
Consórcio Magalu	86.560	-	-	86.560
Magalog	284.878	3.756	377	289.011
Luizalabs	274.487	25.421	4.635	304.543
	2.723.651	1.255.110	827.826	4.806.587

(1) Refere-se à diferença de valor justo de ativos e passivos alocados no preço de aquisição.

14. Investimentos em controladas em conjunto

Política Contábil

O investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. A partir da data de aquisição, o valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture*.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes na Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da *joint venture*, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a *joint venture* são eliminados em proporção à participação na *joint venture*.

As demonstrações financeiras da *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

14. Investimento em controladas em conjunto--Continuação

Política Contábil--Continuação

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua joint venture. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na joint venture sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *joint venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. A Companhia não identificou evidências objetivas para reconhecer redução ao valor recuperável em 2025 e 2024.

Posição em 31/12/2025

Participação	Luizacred
Quotas/ ações	31.056.244
% participação	50%
Ativo Circulante	17.600.030
Ativo Não Circulante	2.374.256
Passivo Circulante	17.685.166
Passivo Não Circulante	82.993
Capital Social	1.867.503
Patrimônio Líquido	2.206.127
Receita Líquida	4.557.480
Lucro Líquido (Prejuízo)	252.694

Movimentação	Luizacred
Segmento	Financeira
Saldo inicial	971.862
Aumento de capital	92.750
Outros resultados abrangentes	(551)
Juros sobre capital próprio	(91.950)
Lucros não realizados	921
Equivalência patrimonial	126.347
Saldo final	1.099.379

14. Investimento em controladas em conjunto--Continuação

Posição em 31/12/2024

Participação	Luizacred
Quotas/ ações	31.056.244
% participação	50%
Ativo Circulante	18.977.578
Ativo Não Circulante	1.572.852
Passivo Circulante	18.503.253
Passivo Não Circulante	94.241
Capital Social	1.682.002
Patrimônio Líquido	1.952.936
Receita Líquida	4.430.465
Lucro líquido do exercício	295.072

Movimentação	Luizacred
Segmento	Financeira
Saldo em 31 de dezembro de 2023	322.516
Aumento de capital (a)	543.001
Outros resultados abrangentes	439
Dividendos	(42.550)
Lucros não realizados	920
Equivalência patrimonial	147.536
Saldo em 31 de dezembro de 2024	971.862

(a) A Companhia, juntamente ao Itaú Unibanco Holding S.A., aprovaram um aumento de capital no valor de R\$1.086.002, que foi integralizado proporcionalmente às suas participações no capital social da Luizacred, em 06 de maio de 2024, 15 de agosto de 2024 e 20 de dezembro de 2024, mantendo-se então o controle conjunto. Este aumento de capital está vinculado ao planejamento estratégico da Luizacred.

Total de investimentos em controladas em conjunto

	31/12/2025	31/12/2024
Luizacred (a)	1.103.063	976.467
Luizacred - Diferença de prática (b)	(3.684)	(4.605)
	1.099.379	971.862

(a) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades financeiras e operacionais relevantes. A Luizacred é controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. e tem por objeto, a oferta, a distribuição e a comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes da Companhia.

(b) Ajuste de diferença de prática contábil relacionada ao reconhecimento contábil da receita decorrente do acordo de associação realizado entre as partes e descrito na nota explicativa 31, item b.

15. Arrendamentos

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidades administrativas). A Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2) IFRS 16, no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

Política Contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos de aluguel com pagamentos que variam de acordo com atingimento de receitas daquela unidade. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem. Foi reconhecido como despesas de aluguel variável ou com prazo indeterminado o valor de R\$76.835 em 31 de dezembro de 2025 (R\$58.439 em 31 de dezembro de 2024).

As movimentações do direito de uso, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro	3.129.039	3.282.873	3.235.372	3.343.054
Adição/remensuração	501.080	470.723	600.133	560.130
Custos diretos	6.465	3.405	6.465	3.405
Baixas	(2.540)	(71.805)	(77.206)	(89.351)
Depreciação	(512.022)	(556.157)	(544.921)	(581.866)
Saldo em 31 de dezembro	3.122.022	3.129.039	3.219.843	3.235.372
Composição				
Valor do custo	6.496.631	5.992.783	6.678.970	6.156.101
Depreciação acumulada	(3.374.609)	(2.863.744)	(3.459.127)	(2.920.729)
	3.122.022	3.129.039	3.219.843	3.235.372

15. Arrendamentos--Continuação

Política Contábil--Continuação

As movimentações do passivo de arrendamento, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	3.418.880	3.514.349	3.533.535	3.578.155
Remensuração/adição	495.216	470.723	594.269	560.116
Pagamento de principal	(432.232)	(482.616)	(460.642)	(502.139)
Pagamento de juros	(335.733)	(315.484)	(343.404)	(320.759)
Juros provisionados	335.733	315.484	343.382	321.503
Baixa	(2.525)	(83.576)	(83.268)	(103.341)
Saldo final	3.479.339	3.418.880	3.583.872	3.533.535
Passivo circulante	417.893	425.027	453.895	452.654
Passivo não circulante	3.061.446	2.993.853	3.129.977	3.080.881

Informações adicionais

Como descrito acima, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada como uma taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento e a natureza e qualidade de possíveis garantias a serem oferecidas. Considerando que os contratos de arrendamento da Companhia são substancialmente contratos com fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e, considerando também as sugestões de divulgação descritas no Ofício Circular SNC/SEP 02/19 da CVM, a Companhia fornece abaixo informações adicionais sobre as características dos contratos para que os usuários dessas demonstrações financeiras possam, a seu critério, realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pela inflação do período:

15. Arrendamentos--Continuação

Fluxos contratuais em 31 de dezembro de 2025

Maturidade	Taxa média	Fluxo Contratual Pagamentos - Consolidado						
Vencimento	Desconto	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Acima de 2031
2026-2028	10,14%	196.602	110.429	28.131	-	-	-	-
2029-2031	10,75%	137.727	137.951	137.983	125.429	117.491	26.914	-
2032-2034	10,91%	164.665	165.264	165.020	164.824	166.740	166.740	285.494
2035-2037	8,57%	185.579	185.357	185.285	185.295	185.915	186.812	723.426
2038-2040	8,37%	90.919	91.345	90.867	90.549	91.628	91.881	698.604
2041-2043	11,13%	16.302	16.443	16.443	16.443	16.577	16.174	160.696
Após 2043	14,07%	2.082	2.088	2.088	2.088	2.104	2.105	25.701
Total		793.876	708.877	625.817	584.628	580.455	490.626	1.893.921
Inflação projetada⁽¹⁾		4,09%	4,09%	4,09%	4,09%	4,94%	4,94%	5,22%

(1) Taxa obtida através de cotações de cupons DI x IPCA futuros observadas na B3 (www.b3.com.br)

Em 31 de dezembro de 2025, o potencial crédito de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto do exercício de 2026 é de R\$73.434 e, trazido a valor presente pelo prazo médio ponderado é de R\$66.845. Devido à aprovação da Emenda Constitucional 132/2023, as contribuições ao PIS e COFINS serão extintas e substituídas pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Assim, os pagamentos de arrendamentos gerarão créditos de PIS e COFINS até 31 de dezembro de 2026 e créditos de CBS a partir de 2027.

16. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de ativos imobilizados está descrita na nota explicativa 4.2.

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram as seguintes:

Controladora

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Móveis e utensílios	267.341	31.529	(49.000)	(613)	107	249.364
Máquinas e equipamentos	282.422	13.573	(17.746)	(1.162)	89	277.176
Veículos	9.577	7.760	(3.314)	(1.842)	-	12.181
Computadores e periféricos	139.682	57.423	(68.407)	(1.113)	-	127.585
Benfeitorias	896.954	724	(71.657)	(1.168)	61.000	885.853
Obras em andamento	5.203	109.665	-	(25)	(61.189)	53.654
Outros	17.372	9.158	(3.345)	(440)	(7)	22.738
	1.618.551	229.832	(213.469)	(6.363)	-	1.628.551

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Móveis e utensílios	288.758	24.992	(46.409)	-	-	267.341
Máquinas e equipamentos	291.446	8.747	(17.771)	-	-	282.422
Veículos	4.464	8.166	(2.654)	(399)	-	9.577
Computadores e periféricos	152.742	51.748	(64.808)	-	-	139.682
Benfeitorias	894.295	82	(94.668)	(1.096)	98.341	896.954
Obras em andamento	7.072	96.535	-	(150)	(98.254)	5.203
Outros	12.219	7.840	(2.438)	(162)	(87)	17.372
	1.650.996	198.110	(228.748)	(1.807)	-	1.618.551

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	607.072	(357.708)	249.364	577.858	(310.517)	267.341
Máquinas e equipamentos	420.379	(143.203)	277.176	403.778	(121.356)	282.422
Veículos	27.472	(15.291)	12.181	25.060	(15.483)	9.577
Computadores e periféricos	557.932	(430.347)	127.585	507.029	(367.347)	139.682
Benfeitorias	1.412.316	(526.463)	885.853	1.351.550	(454.596)	896.954
Obras em andamento	53.654	-	53.654	5.203	-	5.203
Outros	52.385	(29.647)	22.738	45.315	(27.943)	17.372
	3.131.210	(1.502.659)	1.628.551	2.915.793	(1.297.242)	1.618.551

16. Imobilizado--Continuação

Consolidado

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Móveis e utensílios	278.170	37.326	(50.815)	(828)	4.614	268.467
Máquinas e equipamentos	324.792	23.346	(27.011)	(1.231)	(7.963)	311.933
Veículos	17.829	7.769	(4.859)	(2.008)	-	18.731
Computadores e periféricos	226.245	125.143	(96.511)	(1.421)	4.641	258.097
Benfeitorias	929.453	1.199	(77.674)	(1.378)	78.948	930.548
Obras em andamento	26.042	127.618	-	(395)	(80.233)	73.032
Outros	32.194	8.286	(5.376)	(467)	(7)	34.630
	1.834.725	330.687	(262.246)	(7.728)	-	1.895.438

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Móveis e utensílios	328.841	28.068	(50.005)	(5)	(28.729)	278.170
Máquinas e equipamentos	315.968	9.540	(26.595)	-	25.879	324.792
Veículos	14.252	8.166	(4.190)	(399)	-	17.829
Computadores e periféricos	198.835	107.638	(84.329)	(1)	4.102	226.245
Benfeitorias	923.832	789	(101.136)	(1.012)	106.980	929.453
Obras em andamento	29.569	104.474	-	(142)	(107.859)	26.042
Outros	30.225	7.925	(5.412)	(171)	(373)	32.194
	1.841.522	266.600	(271.667)	(1.730)	-	1.834.725

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	634.733	(366.266)	268.467	595.526	(317.356)	278.170
Máquinas e equipamentos	512.312	(200.379)	311.933	499.715	(174.923)	324.792
Veículos	37.898	(19.167)	18.731	35.954	(18.125)	17.829
Computadores e periféricos	774.673	(516.576)	258.097	646.903	(420.658)	226.245
Benfeitorias	1.534.340	(603.792)	930.548	1.455.383	(525.930)	929.453
Obras em andamento	73.032	-	73.032	26.042	-	26.042
Outros	80.280	(45.650)	34.630	74.122	(41.928)	32.194
	3.647.268	(1.751.830)	1.895.438	3.333.645	(1.498.920)	1.834.725

Taxas de depreciação

As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Móveis e utensílios	10%	10%
Máquinas e equipamentos	5%	5%
Aeronaves	5%	5%
Veículos leves	20%	20%
Veículos pesados	14,3%	14,3%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benfeitorias	10,9%	10,9%

A Companhia não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, de acordo com as premissas descritas na nota 17, que não resultou na necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos.

17. Intangível

Política contábil

Os ágios apurados em aquisições de investimentos, combinações de negócios, são inicialmente mensurados como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos a valor justo (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável, conforme descrito na nota 4.

Os softwares referem-se ao custo de aquisição do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Enquanto tais desenvolvimentos não são encerrados, os saldos são controlados no grupo de “Projetos em andamento”.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados, sendo reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de intangíveis está descrita na nota explicativa 4.2.

As movimentações do intangível, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram as seguintes:

Controladora

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Ágio	313.856	-	-	-	-	313.856
Software	833.523	89.040	(304.657)	(7)	280.994	898.893
Projetos em andamento	2.415	285.462	-	-	(280.994)	6.883
Outros	118	-	-	-	-	118
	1.149.912	374.502	(304.657)	(7)	-	1.219.750

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Ágio	313.856	-	-	-	-	313.856
Software	701.528	70.184	(254.080)	(371)	316.262	833.523
Projetos em andamento	40.124	278.553	-	-	(316.262)	2.415
Outros	118	-	-	-	-	118
	1.055.626	348.737	(254.080)	(371)	-	1.149.912

17. Intangível--Continuação

Controladora--Continuação

	2025			2024		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	325.451	(11.595)	313.856	325.451	(11.595)	313.856
Software	2.119.437	(1.220.544)	898.893	1.745.752	(912.229)	833.523
Projetos em andamento	6.883	-	6.883	2.415	-	2.415
Outros	118	-	118	118	-	118
	2.451.889	(1.232.139)	1.219.750	2.073.736	(923.824)	1.149.912

Consolidado

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Ágio	2.241.517	-	-	(3.545)	-	2.237.972
Fundo de comércio	251	-	(36)	-	-	215
Carteira de clientes	204.053	-	(47.696)	-	-	156.357
Software	1.192.845	187.813	(427.889)	(37)	364.528	1.317.260
Projetos em andamento	13.908	363.210	-	(138)	(364.528)	12.452
Marcas e patentes	810.957	5	(1.996)	(28)	-	808.938
Outros	18.756	3.435	(3)	-	-	22.188
	4.482.287	554.463	(477.620)	(3.748)	-	4.555.382

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Ágio	2.251.014	-	(8.522)	(975)	-	2.241.517
Fundo de comércio	2.163	-	(1.912)	-	-	251
Carteira de clientes	306.438	-	(87.115)	(961)	(14.309)	204.053
Software	1.052.359	114.472	(376.821)	(371)	403.206	1.192.845
Projetos em andamento	59.091	343.399	-	-	(388.582)	13.908
Marcas e patentes	815.318	1.066	(5.385)	-	(42)	810.957
Outros	18.424	605	-	-	(273)	18.756
	4.504.807	459.542	(479.755)	(2.307)	-	4.482.287

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	2.249.567	(11.595)	2.237.972	2.253.112	(11.595)	2.241.517
Fundo de comércio	1.812	(1.597)	215	495	(244)	251
Carteira de clientes	507.518	(351.161)	156.357	496.160	(292.107)	204.053
Software	3.163.845	(1.846.585)	1.317.260	2.666.261	(1.473.416)	1.192.845
Projetos em andamento	12.452	-	12.452	13.908	-	13.908
Marcas e patentes	822.615	(13.677)	808.938	819.150	(8.193)	810.957
Outros	22.188	-	22.188	18.756	-	18.756
	6.779.997	(2.224.615)	4.555.382	6.267.842	(1.785.555)	4.482.287

17. Intangível--Continuação

Testes de recuperabilidade dos ativos

A Administração, analisando os indicadores de que os valores contábeis poderiam estar registrados em valores maiores que seus valores em uso, elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos, especialmente os ativos relevantes registrados como direito de uso, ativos imobilizados e intangíveis, inclusive os softwares desenvolvidos internamente, os quais foram submetidos ao teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2025.

O teste de recuperabilidade dos ativos compreende a apuração dos valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) identificadas em cada negócio. Uma UGC relevante identificada é o agrupamento de todas as lojas de redes de varejo físico adquiridas, cujo ágio totaliza R\$313.856 e já foram incorporadas societariamente. Outras UGCs relevantes identificadas são:

- (i) A vertical de esportes e moda, cujo ágio corresponde substancialmente à aquisição da Netshoes;
- (ii) Operação de e-commerce do KaBuM;
- (iii) Vertical de meio de pagamentos, representada pela Magalupay.

O valor em uso das UGCs é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos. Para os testes dos valores recuperáveis das UGCs relevantes, foram adotadas as seguintes taxas:

	Varejo Físico	Netshoes	Kabum	Magalupay
	Taxa a.a.			
Fluxo de caixa descontado	14,80%	13,90%	13,90%	15,10%
Taxa de crescimento médio ponderado nos 5 primeiros anos	6,10%	8,90%	9,80%	9,00%
Perpetuidade	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para as UGCs baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. Para avaliar o valor em uso do direito de uso e softwares desenvolvidos internamente, as projeções dos fluxos de caixa descontados foram limitadas ao prazo final da vida útil dos ativos testados.

A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ativos testados.

A Companhia realizou análise de sensibilidade considerando um acréscimo e redução nas taxas de crescimento e desconto de 1% que não resultaram na necessidade de constituição de provisão para perda nos valores recuperáveis.

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias para revenda - mercado interno	7.164.737	6.213.742	8.104.415	7.055.622
Outros fornecedores	203.714	223.541	260.211	281.861
Ajuste a valor presente	(208.220)	(145.936)	(221.198)	(154.577)
	7.160.231	6.291.347	8.143.428	7.182.906

19. Fornecedores - convênio

Política contábil

A Companhia, em consonância com as alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1)) que esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores, apresenta de forma segregada do saldo de Fornecedores (nota 18) os valores relacionados às operações de convênios (risco sacado), apesar de manter a essência de uma transação mercantil.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores - convênio (a)	2.860.362	2.946.541	2.984.111	3.031.977
Fornecedores - convênio importação (b)	-	-	372.277	68.236
	2.860.362	2.946.541	3.356.388	3.100.213

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de créditos em que a Companhia é a legítima devedora. Nestas operações, os fornecedores transferem o direito de seus títulos para o banco em troca do recebimento antecipado e o banco, por sua vez, passa a ser credor da operação que se divide em dois tipos:

- (a) Em que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data acordada com seu fornecedor. Por confirmar a existência dos créditos dos fornecedores aos bancos, a Companhia assegura a este a certeza e liquidez de seus vencimentos e, em função disto, recebe um prêmio dos bancos, que é reconhecido como receita financeira na mesma competência do fechamento da operação, no valor de R\$155.770 em 2025 e R\$148.564 em 2024. O prazo médio de pagamento de fornecedores comparáveis foi de 51 dias a mais para fornecedores com operações de convênio do que fornecedores sem operações de convênio, em 31 de dezembro de 2025.
- (b) Em que a controlada Kabum, em função de sua atividade de importação de mercadorias, negocia a extensão de prazo de pagamento com seus financiadores, em comparação às datas originais, que nesta data base foi de 99 dias, em média. As taxas negociadas pela extensão das operações vigentes foram de 51,29% do CDI.

As contas a pagar aos fornecedores (nota 18) e fornecedores convênio, são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de “Estoques”. A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica “Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços” pela fruição de prazo.

20. Parceiros e outros depósitos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Repasse a seller – marketplace (a)	1.198.222	1.487.929
Contas digitais de clientes e sellers (b)	159.168	152.708
	1.357.390	1.640.637

- (a) Referente a valores a repassar para seus parceiros do marketplace, relacionados a compras realizadas por clientes na plataforma digital do Magazine Luiza, de produtos vendidos por lojistas parceiros (sellers) e transacionados pela Magalupay.
- (b) Corresponde a depósitos efetuados pelos clientes e sellers nas contas digitais e conta de pagamentos pré-pago da Magalupay.

21. Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros

Modalidade	Encargo	Garantia (¹)	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures - oferta restrita (a)	100% do CDI + 1,25% a 1,75% a.a. SOFR + 3% A.A. 113,5% do CDI a.a.	Clean	out./28	3.929.623	4.159.704	3.929.623	4.581.387
Financiamento de Inovação (b)		Clean	abr./30	1.000.737	-	1.000.737	-
Outros		Clean	out./25	-	521	-	773
				4.930.360	4.160.225	4.930.360	4.582.160
Outros Passivos Financeiros							
Hedge de valor justo (b)	100% do CDI + 1,75 a.a.			14.176	-	14.176	-
				4.944.536	4.160.225	4.944.536	4.582.160
Passivo circulante				998.359	980.233	998.359	1.402.168
Passivo não circulante				3.946.177	3.179.992	3.946.177	3.179.992

- (¹) Refere-se a crédito limpo realizado no momento da contratação sem necessidade de garantia real ou bem físico.
- (a) Em 14 de outubro e 23 de dezembro de 2021, a Companhia em sua estratégia de alongamento de dívida, realizou a 10ª e 11ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 4.000.000 (quatro milhões) de debêntures com o valor nominal de R\$1.000 (mil reais) cada, com vencimentos em 15 de outubro de 2025 e 2026 e 23 de dezembro de 2025 e 2026, respectivamente, ao custo de 100% do CDI + 1,25% a.a. O valor captado teve como principal objetivo reforçar o capital de giro da Companhia. Em 15 de outubro de 2025, houve a liquidação parcial da 10ª emissão, no valor de R\$996.927.
- No dia 27 de dezembro de 2024, a Companhia realizou assembleia geral de Debenturistas, onde foi aprovada a alteração da data de vencimento, remuneração, fluxo de pagamento da remuneração, dentre outras de sua 11ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações. O novo prazo de vencimento aprovado foi para 23 de outubro de 2028, com amortizações trimestrais a partir de janeiro de 2027, a um custo de 100% do CDI +1,75% a.a. A Companhia realizou análises qualitativas e quantitativas, à luz do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para avaliar se os termos e condições existentes após a modificação se enquadraram no conceito de desconhecimento de passivo financeiro. As análises quantitativas resultaram em uma mudança não substancial nos fluxos de caixa, portanto sem a necessidade de desconhecimento do passivo financeiro.
- Em 05 de julho de 2022, sua controlada KaBum, realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 400.000 (quatrocentos mil) debêntures com o valor nominal de R\$1.000 (mil reais) cada, a um custo de 100% CDI +1,25 % a.a., com a finalidade de alongamento de dívida. Em 14 de julho de 2025, houve a liquidação de 100% da dívida citada.
- Em 05 de agosto de 2024 a Companhia realizou a captação de R\$300 milhões, via distribuição pública, com esforços restritos da sua 12ª Emissão de Debêntures, com o custo de 100% do CDI + 2,5% a.a., sendo emitidas 300.000 (trezentos mil) debêntures cujo valor nominal é de R\$1.000 (mil reais) cada, com vencimento em 05 de agosto de 2026. Os recursos captados foram utilizados para aumentar o capital social de sua controlada em conjunto Luizacred. Em 03 de junho de 2025, houve a liquidação de forma antecipada da dívida citada.
- Em 02 de abril de 2025 a Companhia realizou sua 13ª Emissão de Debêntures, via distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 1.000.000 (um milhão) de debêntures cujo valor nominal é de R\$1.000 (mil reais) cada, com vencimento em 02 de abril de 2030, a um custo de 100% do CDI + 1,70% a.a. O valor captado teve como principal objetivo reforçar o capital de giro da Companhia.
- (b) Entre os meses de abril e junho de 2025, a Companhia captou empréstimos com as contrapartes International Finance Corporation ("IFC") e BID Invest ("BID"), denominados em moeda estrangeira. As principais condições da transação são: i) prazo total de 5 anos; ii) amortização semestral, com carência de 2 anos; iii) pagamento de juros semestral; iv) taxa de juros pactuada de SOFR + 3% a.a.. Com objetivo de mitigar os riscos às mudanças na taxa de câmbio em dólares americanos acrescido de juros SOFR que possam afetar o resultado, a Companhia contratou um instrumento financeiro derivativo "swap" com as mesmas características substituindo esses riscos pela variação do CDI acrescido de taxa pré-fixada de 1,75% a.a. e os classificou como hedge de valor justo em consonância com o CPC 48/IFRS 09. Mais detalhes sobre o hedge accounting estão divulgados na nota 32.

21. Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros--Continuação

Conciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	4.160.225	6.928.737	4.582.160	7.354.855
Captação de empréstimos e financiamentos	1.997.491	300.194	1.997.491	300.194
Pagamento de principal	(1.285.189)	(2.565.991)	(1.685.441)	(2.568.146)
Pagamento de juros	(730.727)	(1.082.057)	(783.632)	(1.132.723)
Juros provisionados	802.736	579.342	833.958	627.980
Saldo Final	4.944.536	4.160.225	4.944.536	4.582.160

Cronograma dos vencimentos

O cronograma de pagamento da parcela dos empréstimos e financiamentos está demonstrado abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Dívida sem Hedge Accounting	Hedge de valor justo	Dívida com Hedge accounting	Dívida sem Hedge Accounting	Hedge de valor justo	Dívida com Hedge accounting
2026	998.359	-	998.359	998.359	-	998.359
2027	1.301.072	6.611,0	1.307.683	1.301.072	6.611	1.307.683
2028	1.606.379	4.619	1.610.998	1.606.379	4.619	1.610.998
2029	682.036	1.961	683.997	682.036	1.961	683.997
2030	342.514	985	343.499	342.514	985	343.499
Total	4.930.360	14.176	4.944.536	4.930.360	14.176	4.944.536

Cláusulas Restritivas (Covenants)

Em todos os contratos de endividamento atualmente vigentes, a Companhia está vinculada ao cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*), cujos indicadores são verificados e monitorados em base trimestral. A estrutura desses *covenants* é segmentada em duas categorias: Financeiro Corporativo e Operacional, sendo esta última associada à carteira de Crédito Direto ao Consumidor (CDC). No escopo dos *covenants* financeiros corporativos, estão contemplados três indicadores principais: (i) Alavancagem Financeira, representada pela razão entre a Dívida Líquida ajustada e o EBITDA ajustado; (ii) Cobertura de Juros, que avalia a capacidade de geração operacional de caixa em relação às despesas financeiras líquidas ; e (iii) Índice de Liquidez, o qual impõe a manutenção de um nível mínimo de ativos circulantes em proporção às obrigações de curto prazo, de forma a preservar a solvência de curto prazo da Companhia. No âmbito operacional, relacionado especificamente à carteira de CDC, os principais indicadores exigidos são: (i) Prazo Médio de Venda, que estabelece parâmetros máximos de prazo médio ponderado das operações de financiamento concedidas ao consumidor final; (ii) Nível de Provisionamento, que estabelece parâmetros mínimos para a constituição de provisão para perda esperada de créditos, em consonância com a qualidade de crédito e o perfil de risco da carteira; e (iii) Índice de Inadimplência, que define limites máximos aceitáveis para a razão entre os valores em atraso e o saldo total concedido por período. Por fim, as demais obrigações não financeiras referem-se a compromissos socioambientais, reforçando o compromisso permanente da Companhia com a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente às cláusulas restritivas.

22. Receita diferida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contrato de exclusividade com Cardif (a)	710.475	799.286	710.475	799.286
Contrato de exclusividade com Banco Itaúcard S.A. (b)	46.000	57.500	46.000	57.500
Contrato de exclusividade am Arranjo de Pagamentos (c)	-	-	136.427	156.576
Outros contratos	22.491	35.343	35.465	46.366
	778.966	892.129	928.367	1.059.728
Receita diferida com partes relacionadas:				
Contrato de exclusividade com a Luizacred (b)	36.872	46.117	36.872	46.117
Total de receitas diferidas	815.838	938.246	965.239	1.105.845
Passivo circulante	122.407	122.407	155.102	152.910
Passivo não circulante	693.431	815.839	810.137	952.935

(a) Em 10 de maio de 2023, foi estabelecido novo acordo de aliança estratégica com empresas do grupo Cardif e com Luizaseg, visando a extensão dos direitos e obrigações previstos nos acordos entre as partes vigentes até então, pelo período adicional de 10 anos e com prazo de vigência de 1º de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2033. Esse acordo proporcionou o ingresso de R\$835.669 no caixa da Companhia, sendo o valor líquido do front fee negociado de R\$932.500 e os valores devolvidos pelo vencimento antecipado dos contratos anteriores, de R\$96.831. O reconhecimento da receita da Companhia decorrente deste acordo é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato, sendo parte condicionado ao atingimento de determinadas metas.

(b) Em 27 de setembro de 2009, a Companhia celebrou um "Acordo de Associação" junto ao Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") e ao Banco Itaúcard S.A., por meio do qual a Companhia cedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos. Pela referida associação, as instituições Itaú pagaram à vista o montante de R\$250.000, sendo: (i) R\$230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso, e; (ii) R\$20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, metas estas cumpridas, em sua totalidade, ao fim do período de 2014.

Em 29 de dezembro de 2010, as partes assinaram o primeiro aditivo ao acordo de associação com a Luizacred, por meio do qual estendeu a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na rede de lojas então adquiridas na região nordeste do Brasil (Lojas Maia), pelo prazo de 19 anos. Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$160.000 à Companhia, que são apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R\$20.000, mencionado no parágrafo acima, foi aumentado para R\$55.000.

Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou o segundo aditamento ao acordo de associação com a Luizacred, em virtude da aquisição da New-Utd ("Lojas do Baú"). Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$48.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação.

(c) Em 21 de outubro de 2022, a Companhia, por meio de sua controlada indireta Hub Pagamentos S.A., celebrou com a Mastercard Brasil Soluções de Pagamento Ltda, um contrato para incentivar o arranjo de pagamentos entre as empresas, onde a Mastercard fica com a exclusividade pela emissão de cartões pelo prazo de 10 anos. Em contraprestação a esta exclusividade, a Mastercard pagou o montante de R\$200.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o prazo de vigência do contrato.

23. Outros passivos circulantes e não circulantes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vendas pendentes de entrega, líquida de devoluções (a)	290.042	433.690	525.371	649.440
Valores a repassar a parceiros (b)	272.629	226.254	336.543	311.039
Serviços especializados	29.850	2.060	41.203	11.038
Fretes a pagar	99.923	116.918	275.481	286.968
Marketing a pagar	138.932	116.914	198.694	169.362
Valores a pagar por aquisição (c)	189.767	210.417	212.313	251.574
Outros	150.398	114.912	231.129	152.051
	1.171.541	1.221.165	1.820.734	1.831.472
Passivo circulante	1.096.836	1.144.002	1.739.029	1.750.426
Passivo não circulante	74.705	77.163	81.705	81.046

- (a) Refere-se a vendas realizadas pela Companhia, porém ainda não entregues aos clientes finais até a data base de reporte, bem como receita de administração de consórcio diferida pelo prazo dos contratos de consórcio vendidos na controlada Luiza Administradora de Consórcios.
- (b) Repasses de valores realizados por meio de vendas de serviços (seguros, assistência técnica, instalações de móveis etc.) de parceiros intermediados pela Companhia.
- (c) Contraprestação a pagar por aquisições de empresas, incluindo o bônus de subscrição de até 5 milhões de ações ordinárias de emissão da Companhia (MGLU3) pela aquisição do KaBuM e até 307.722 ações, referente à aquisição de outras empresas, condicionados ao cumprimento de metas pactuadas nos contratos de aquisição.

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Para os processos em andamento, de natureza trabalhista, cível e tributária, em que a opinião dos assessores legais é de perda provável, a Companhia constituiu provisão, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Administração. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

Controladora

Controladora	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	1.096.417	37.710	77.650	1.211.777
Adições	214.294	17.370	4.798	236.462
Reversão	(713.708)	-	-	(713.708)
Pagamentos	(11.016)	(4.928)	-	(15.944)
Atualizações	119.636	-	-	119.636
Saldos em 31 de dezembro de 2025	705.623	50.152	82.448	838.223

Consolidado

Consolidado	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	1.715.228	54.085	88.040	1.857.353
Adições	512.130	35.615	6.492	554.237
Reversão	(1.138.219)	(22.390)	(1.538)	(1.162.147)
Pagamentos	(30.212)	(5.371)	(470)	(36.053)
Atualizações	150.970	-	-	150.970
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.209.897	61.939	92.524	1.364.360

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

a) Riscos tributários

A Companhia discute administrativa e judicialmente vários processos de natureza tributária, avaliados como perda provável, portanto estão provisionados. Além desses processos, a Companhia possui provisão para outras discussões judiciais, para as quais tem realizado depósitos judiciais, bem como provisões relacionadas com combinações de negócio realizadas em anos anteriores. Os riscos tributários estão assim divididos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Federais (a.1)	259.100	511.751	282.184	642.585
Estaduais (a.2)	446.497	584.640	927.687	1.072.617
Municipais	26	26	26	26
	705.623	1.096.417	1.209.897	1.715.228

(a.1) Desde 2010 a Companhia discute judicialmente a alteração promovida pelo Decreto nº 6.957/2009, com o objetivo de afastar a reclassificação do grau de risco de sua atividade preponderante para fins de recolhimento da contribuição ao Risco Ambiental do Trabalho ("RAT"), cuja alíquota foi majorada de 1% (risco leve) para 3% (risco grave). Em decisão do TRF-1, realizada 12 de agosto de 2025, foi comprovada a inadequação da majoração, determinando o reenquadramento das alíquotas, com eficácia imediata. Considerando o avanço processual, a Companhia revisou o reconhecimento contábil e avaliou ser mais provável que não exista a obrigação presente na data base, do que exista, de acordo com os requisitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, realizando a reversão do passivo constituído no valor de R\$316.300.

(a.2) No dia 18 de dezembro de 2025, foi publicado o acórdão em que o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Tema 1.266 da repercussão geral (RE 1.426.271), fixando a tese de que é constitucional a cobrança do diferencial de alíquota (Difal) do ICMS a partir de abril de 2022, conforme a LC 190/22, sendo suficiente a observância da anterioridade nonagesimal (90 dias).

Por maioria, o STF também aplicou modulação de efeitos, para impedir a cobrança retroativa do imposto referente ao exercício de 2022 em relação aos contribuintes que ajuizaram ações até 29 de novembro de 2023, data do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidades ("ADIns") sobre o mesmo tema, que é o caso da Companhia. Dada a definição da matéria, a Companhia junto aos seus assessores jurídicos internos e externos, reavaliou as provisões constituídas e realizou a reversão no montante de R\$347.256 na Controladora e R\$680.007 no Consolidado.

Adicionalmente, a Companhia mantém discussão judicial em determinados Estados da Federação relativa a períodos anteriores a 2022 e posteriores a 2023, cujos valores foram refletidos na provisão para riscos tributários, considerando a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, no montante de R\$75.656 na Controladora e R\$392.716 no Consolidado.

b) Riscos cíveis

A provisão para riscos cíveis de R\$50.152 na Controladora e R\$61.939 no Consolidado em 31 de dezembro de 2025 (R\$37.710 Controladora e R\$54.085 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024), está relacionada a reclamações oriundas, principalmente, de clientes sobre possíveis defeitos de produtos.

c) Riscos trabalhistas

Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos sobre horas extras incorridas.

O valor provisionado de R\$82.448 na Controladora e R\$92.524 no Consolidado em 31 de dezembro de 2025 (R\$77.650 Controladora e R\$88.040 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024), reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos.

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

d) Depósitos judiciais

A Companhia situa-se como autora (no polo ativo) de processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas, em que possui em depósitos judiciais o montante de R\$1.351.202 na Controladora e R\$2.045.539 no Consolidado em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.333.234 na Controladora e R\$1.902.376 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024). Os principais depósitos estão relacionados às ações judiciais que contestam o recolhimento do ICMS Diferencial de Alíquota (Difal), no valor de R\$825.572 na Controladora e R\$1.136.247 no Consolidado em 31 de dezembro de 2025 (R\$827.640 na Controladora e R\$1.080.289 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024) e o depósito judicial relacionado à discussão do RAT, descrito no item a-1 acima, no valor de R\$314.749.

e) Passivos contingentes - possíveis de perda

A Companhia é parte em outros processos e discussões fiscais que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos e discussões. Os valores atribuídos às discussões envolvendo tributos estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Federais	1.833.223	1.453.926	2.221.172	1.829.802
Estaduais ⁽¹⁾	1.713.074	1.948.816	1.913.001	2.364.835
Municipais	12.012	5.223	21.879	5.225
	3.558.309	3.407.965	4.156.052	4.199.862

⁽¹⁾ A variação está relacionada ao tema descrito no item a-2 acima

Dentre as principais discussões de natureza tributária, classificadas como perda possível, destacamos:

- (i) Processo judicial em que a Companhia discute com o fisco a natureza/conceito das bonificações/reembolsos de seus fornecedores para fins de tributação do PIS/COFINS, além de discussões sobre a caracterização de algumas despesas ligadas à sua atividade fim como insumos para fins de créditos de PIS/COFINS. Diante da evolução da discussão, com decisões favoráveis aos contribuintes, a análise dos assessores jurídicos internos e externos é que as chances de perda são possíveis com viés de remotas;
- (ii) Diversas autuações em que a Companhia discute a cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de alguns de seus fornecedores, em razão destes terem se aproveitado de benefício fiscal concedido por outro Estado da Federação;
- (iii) Risco relacionado ao não estorno de impostos em perdas de inventários físicos. Além disso, a Companhia acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.

Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 22 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$400.000, mediante a emissão de 36.949.762 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 7º do estatuto social da Companhia, a serem atribuídas a título de bonificação, mediante capitalização de parte do saldo contábil da Reserva de Lucros da Companhia.

Assim, considerando os efeitos do aumento de capital, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Acionistas controladores	442.591.064	57,04	422.411.011	57,16
Ações em circulação	332.010.497	42,79	313.649.210	42,44
Ações em tesouraria	1.343.449	0,17	2.935.027	0,40
Total	775.945.010	100,00	738.995.248	100,00

As ações detidas por acionistas controladores que são membros do Conselho de Administração e/ou da diretoria executiva estão inseridas na linha de acionistas controladores.

De acordo com o artigo nº 7 do Estatuto Social, a Companhia pode aumentar o seu capital social, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, mediante emissão de 38.397.435 de novas ações ordinárias.

b) Reserva de capital

Plano de incentivo baseado em ações

A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo atrelado a ações, que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária no dia 20 de abril de 2017. O plano tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração, sendo elegíveis a participar os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas e controladas em conjunto.

Os objetivos principais do plano são: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos beneficiários.

25. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de capital--Continuação

A tabela a seguir demonstra o saldo (quantidade) de ações outorgadas em 31 de dezembro de 2025:

Tipo de programa	Data outorga	Prazo máximo carência	Posição Ações Outorgadas	Valor justo ⁽¹⁾
5° Matching share	04 de maio de 2021	5 anos	16.781	R\$198,60
6° Restricted share	04 de maio de 2021	3 anos	12.706	R\$198,60
10° Restricted share	25 de outubro de 2023	5 anos	924.001	R\$14,40
11° Restricted share	07 de abril de 2025	4 anos	2.423.172	R\$9,84
6° Matching share	13 de outubro de 2025	3 anos	2.327.823	R\$8,94
			5.704.483	R\$11,19

⁽¹⁾ Refere-se a média ponderada do valor justo calculado em cada programa.

Além dos planos acima demonstrados, a Companhia vem utilizando comumente, em seus processos de aquisição, a negociação de parte do preço de aquisição como contraprestação em ações de sua emissão (MGLU3) aos ex-proprietários das empresas adquiridas. O número de ações compromissadas em 31 de dezembro de 2025 é de 307.722, que deverão ser entregues aos ex-proprietários até agosto de 2026, parte vinculadas ao atingimento de determinadas metas e parte como preço fixo negociado. Adicionalmente, a Companhia emitiu, no processo de aquisição do KaBuM, bônus de subscrição de até 5 milhões de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão, condicionado ao cumprimento de determinadas metas.

c) Ações em tesouraria

	Quantidade	Valor
Em 1 de janeiro de 2024	5.701.564	990.603
Alienadas no exercício	(2.803.168)	(487.029)
Em 31 de dezembro de 2024	2.898.396	503.574
Alienadas no exercício	(1.554.947)	(281.400)
Em 31 de dezembro de 2025	1.343.449	222.174

A redução do saldo de ações em tesouraria é igual a média ponderada do custo incorrido para adquirir as ações. Qualquer ganho ou perda em relação ao valor recebido pela alienação das ações em tesouraria é registrado como reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2025, o valor da ação MGLU3 era R\$8,94.

d) Dividendos pagos

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2025 foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$225.000, cujo valor por ação foi de R\$0,3053697986, com base na posição acionária de 25 de abril de 2025, mediante a reversão de uma parcela do saldo de Reserva de Incentivos Fiscais, que compõe a Reserva de Lucros. Os proventos foram pagos em 05 de maio de 2025.

25. Patrimônio líquido--Continuação

e) Ajustes de avaliação patrimonial

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui registrado na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$169.558 (R\$128.964 em 31 de dezembro de 2024), relacionado aos ajustes a valor justo por meio de outros resultados abrangentes de recebíveis de cartões de crédito e de ativos financeiros em controladas.

f) Destinações do lucro do exercício

O lucro auferido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$204.603, cuja proposta de destinação na data de encerramento das demonstrações financeiras é: i) recomposição de reserva de incentivos fiscais, no valor de R\$183.162, relacionada à anos anteriores em que a Companhia reconheceu as subvenções governamentais, porém apurou prejuízos contábeis; ii) reserva legal no valor R\$ 1.060; iii) dividendos mínimos obrigatórios, previsto no Estatuto Social da Companhia, no valor de R\$ 3.021; iv) reserva de reforço de capital de giro no valor de R\$ 17.116; e v) absorção de prejuízo por adoção de prática contábil em controlada, no valor de R\$ 244.

g) Lucro (prejuízo) por ação

Os cálculos do prejuízo por ações básico e diluído estão divulgados a seguir:

	Lucro básico		Lucro diluído	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Em milhares				
Total de ações ordinárias	775.945.010	738.995.248	775.945.010	738.995.248
Efeito de ações em tesouraria	(1.343.449)	(2.898.396)	(1.343.449)	(2.898.396)
Efeito dos planos de ações ao serem exercidas (a)	-	-	4.777.565	3.907.888
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	774.601.561	736.096.852	779.379.126	740.004.740
Lucro do exercício	204.603	448.717	204.603	448.717
Lucro por ação (em Reais)	0,264	0,610	0,264	0,610

(a) Considera o efeito de ações exercíveis de acordo com os planos de incentivo atrelado a ações, divulgados acima.

26. Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue:

Revenda de mercadorias - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados;
- É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens serão transferidos ao cliente
- A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período e premissas especificadas. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

Receita de prestações de serviços - são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado serão transferidos pela Companhia. A Companhia possui as seguintes principais fontes de receita de serviços:

- intermediação de serviços financeiros para sua *joint venture*, bem como outras empresas parceiras da Companhia;
- comissões cobradas pela Companhia e por sua controlada Magalupay, de seus *sellers* pelo processamento de operações transacionadas nas plataformas de e-commerce do Grupo Magalu.
- administração de consórcios na controlada Consórcio Magalu.
- prestação de serviços de entregas através de sua controlada Magalog.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Varejo - revenda de mercadorias	37.138.768	36.393.061	43.630.518	42.777.329
Varejo - prestações de serviços	2.792.605	2.663.102	3.801.075	3.839.882
Outros serviços ⁽¹⁾	-	-	730.340	659.830
Receita bruta	39.931.373	39.056.163	48.161.933	47.277.041
Varejo - revenda de mercadorias	(7.332.151)	(7.149.978)	(8.651.533)	(8.443.428)
Varejo - prestações de serviços	(252.454)	(237.896)	(356.839)	(468.959)
Outros serviços	-	-	(450.174)	(326.586)
Impostos e devoluções	(7.584.605)	(7.387.874)	(9.458.546)	(9.238.973)
Receita líquida de vendas	32.346.768	31.668.289	38.703.387	38.038.068

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a serviços prestados por suas controladas, destacando-se a Magalog, que atua na prestação de serviços de transporte e logística, e o Consórcio Magalu, responsável pela administração de consórcios.

27. Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

Política contábil

Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição ("CDs") são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos das mercadorias revendidas	(23.088.793)	(22.428.814)	(27.105.687)	(26.372.530)
Custos das prestações de serviços	-	-	(43.149)	(38.282)
Custos	(23.088.793)	(22.428.814)	(27.148.836)	(26.410.812)

28. Informações sobre a natureza das despesas e outras receitas operacionais

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal (a)	(2.526.025)	(2.557.112)	(3.293.533)	(3.194.013)
Despesas com prestadores de serviços	(3.282.935)	(2.997.891)	(3.296.775)	(3.316.172)
Depreciação e amortização - vendas	(438.654)	(459.935)	(591.758)	(671.371)
Depreciação e amortização - administrativas	(591.494)	(579.050)	(693.029)	(661.917)
Outras	(724.762)	(1.147.892)	(1.432.222)	(1.917.103)
	(7.563.870)	(7.741.880)	(9.307.317)	(9.760.576)
Classificados por função como:				
Com vendas	(6.194.918)	(5.879.230)	(7.375.871)	(7.131.584)
Gerais e administrativas	(871.618)	(904.832)	(1.392.269)	(1.373.715)
Depreciação e amortização	(1.030.148)	(1.038.985)	(1.284.787)	(1.333.288)
Outras receitas operacionais, líquidas (nota 29)	532.814	81.167	745.610	78.011
	(7.563.870)	(7.741.880)	(9.307.317)	(9.760.576)

(a) A Companhia provê a seus empregados, benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, bolsa de estudo, "cheque-mãe", além de plano de ações para os colaboradores elegíveis, conforme descrito na Nota Explicativa nº 25.

As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

29. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Apropriação da receita diferida (a)	122.407	122.407	144.877	144.503
Créditos tributários	-	106.822	-	113.596
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (b)	462.383	(128.572)	690.701	(162.931)
Resultado de baixa de ativos	2.710	(2.187)	3.743	1.229
Honorários especialistas	(48.255)	(8.149)	(54.695)	(13.046)
Baixa repasse sellers, líquida (c)	24.737	-	24.737	-
Despesas pré-operacionais e integração	(24.878)	(2.110)	(48.331)	(3.428)
Outras	(6.290)	(7.044)	(15.422)	(1.912)
Total	532.814	81.167	745.610	78.011

- (a) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de exclusividade de exploração de serviços financeiros, conforme descrito na nota 22.
- (b) A Companhia reverteu, no exercício de 2025, o passivo relacionado à discussão do Risco Ambiental do Trabalho ("RAT"), que impactou esta rubrica no valor de R\$287.918, referente a períodos anteriores, conforme descrito no item (a.1) da nota 24. Ademais, de acordo com o descrito no item (a.2), a Companhia reverteu a provisão anteriormente constituída para a discussão relacionada a cobrança do diferencial de alíquota (Difal) do ICMS a partir de abril de 2022, dada a conclusão do julgamento do tema no STF, no montante de R\$347.256 na Controladora e R\$680.007 no Consolidado. As demais movimentações referem-se à revisão de prognósticos de êxito de processos judiciais.
- (c) A companhia reconheceu como outras receitas operacionais, a baixa (desreconhecimento) de valores de períodos anteriores relacionados a repasses para sellers de sua plataforma de marketplace, cujas obrigações não foram cumpridas.

30. Resultado financeiro

Política Contábil

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo ou ao custo amortizado do passivo.

A Companhia classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais. Os juros pagos sobre empréstimos e arrendamentos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

30. Resultado financeiro--Continuação

Política Contábil--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Juros de vendas de garantia estendida	221.697	217.297	221.697	217.297
Rendimento de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	60.233	54.144	143.499	100.326
Juros por atrasos nos recebimentos	43.990	39.585	44.205	39.740
Atualizações monetária ativa	282.812	307.599	333.533	341.943
Outros	11.181	8.423	32.920	20.927
	619.913	627.048	775.854	720.233
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos	(802.736)	(571.797)	(833.520)	(623.378)
Juros arrendamento mercantil	(335.733)	(311.748)	(343.384)	(317.905)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(879.104)	(687.922)	(1.111.143)	(914.680)
Provisão para perda com juros de garantia estendida	(118.822)	(103.645)	(118.822)	(103.645)
Impostos sobre resultado financeiro	(44.358)	(36.714)	(56.151)	(42.201)
Atualizações monetárias passiva	(146.972)	(116.505)	(168.854)	(137.135)
Outros (a)	(156.997)	(47.381)	(188.159)	(56.337)
	(2.484.722)	(1.875.712)	(2.820.033)	(2.195.281)
	(1.864.809)	(1.248.664)	(2.044.179)	(1.475.048)

(a) Os prêmios recebidos de bancos, por confirmar a existência de créditos dos fornecedores, conforme explanado na nota 19, estão aqui demonstrados líquidos de demais despesas com negociação de fornecedores.

31. Informação por segmento de negócios

Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras e Outros Serviços. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- (a) Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia, comércio eletrônico (*e-commerce tradicional e marketplace*) e plataforma de gestão de *food delivery*. No contexto do marketplace, está somado a este segmento as informações relacionadas ao Magalupay;
- (b) Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;
- (c) Outros Serviços - soma da prestação de serviços de administração de consórcios por meio da controlada Consórcio Magalu, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos; serviços de gerenciamento de entregas de produtos - por meio da controlada Magalog e serviços de desenvolvimento de softwares por meio da controlada do Luizalabs.

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos.

31. Informação por segmento de negócios--Continuação

O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados de Magazine Luiza S.A., Época Cosméticos, Netshoes, KaBuM, Magalupay e Aiqfome. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras e outros serviços, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.

As eliminações são representadas pelas transações ocorridas entre os segmentos e pelo efeito do segmento "operações financeiras", que é apresentado de forma proporcional à participação societária na controlada em conjunto Luizacred, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas informações trimestrais consolidadas da Companhia.

As transferências de receita líquida entre os segmentos operacionais são menores que 10% da receita líquida combinada de todos os segmentos.

Demonstrações do resultado

	31/12/2025				
	Varejo	Operações financeiras	Outros Serviços	Eliminações	Consolidado
Receita bruta	47.394.121	2.278.740	2.852.111	(4.400.511)	48.124.461
Ajuste a valor presente de receita (a)	(939.556)	-	-	-	(939.556)
Reversão do ajuste a valor presente de receita (a)	977.028	-	-	-	977.028
Deduções da receita	(9.008.372)	-	(450.174)	-	(9.458.546)
Receita líquida do segmento	38.423.221	2.278.740	2.401.937	(4.400.511)	38.703.387
Custos	(27.115.907)	(217.346)	(38.962)	217.346	(27.154.869)
Ajuste a valor presente de fornecedores	440.549	-	-	-	440.549
Reversão do ajuste a valor presente de fornecedores (a)	(434.516)	-	-	-	(434.516)
Lucro bruto	11.313.347	2.061.394	2.362.975	(4.183.165)	11.554.551
Despesas com vendas	(7.261.120)	(519.531)	(2.236.523)	2.641.303	(7.375.871)
Despesas gerais e administrativas	(1.324.685)	(6.085)	(67.584)	6.085	(1.392.269)
Resultado da provisão para perdas de crédito esperada	(468.212)	(1.391.062)	12.394	1.391.061	(455.819)
Depreciação e amortização	(1.214.995)	(5.782)	(69.792)	5.782	(1.284.787)
Equivalência patrimonial	140.536	-	-	(13.268)	127.268
Outras receitas operacionais	734.737	(64.674)	10.873	64.674	745.610
Receitas financeiras	748.694	-	27.160	-	775.854
Despesas financeiras	(2.804.295)	-	(15.738)	-	(2.820.033)
Imposto de renda e contribuição social	340.596	53.008	(10.497)	(53.008)	330.099
Lucro líquido do exercício	204.603	127.268	13.268	(140.536)	204.603

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial - Outros serviços (Nota 13)	13.268
Equivalência patrimonial - Luizacred (Nota 14)	127.268
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	140.536
(-) Efeito de eliminação - Outros serviços	(13.268)
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	127.268

- (a) Considerando que o segmento de varejo possui característica de concessão de financiamento ao consumidor, a Companhia utiliza-se da prática de realizar a reversão do ajuste a valor presente do contas a receber de clientes na rubrica de receita bruta. Portanto, visando uma adequada apuração da margem bruta comercial, a reversão do ajuste a valor presente dos passivos de fornecedores também é realizada na rubrica de custo das mercadorias vendidas. A atividade de financiamento ao consumidor não é dissociada do segmento de varejo para os principais gestores do negócio, nas tomadas de decisões. Assim, seguindo as premissas do CPC 22 - Informação por Segmento, a atividade de financiamento ao consumidor está apresentada no contexto do segmento de varejo.

31. Informação por segmento de negócios--Continuação

Demonstrações do resultado--Continuação

	Varejo(a)	Operações financeiras	31/12/2024 Outros Serviços	Eliminações	Consolidado
Receita bruta	46.625.651	2.215.233	2.685.601	(4.241.004)	47.285.481
Ajustes a valor presente da receita (a)	(919.416)	-	-	-	(919.416)
Reversão do ajuste a valor presente da receita (a)	910.976	-	-	-	910.976
Deduções da receita	(8.798.429)	-	(440.544)	-	(9.238.973)
Receita líquida do segmento	37.818.782	2.215.233	2.245.057	(4.241.004)	38.038.068
Custos	(26.405.410)	(251.071)	(30.377)	251.071	(26.435.787)
Ajustes a valor presente de fornecedores (a)	17.271	-	-	-	17.271
Reversão do ajuste a valor presente de fornecedores (a)	7.704	-	-	-	7.704
Lucro bruto	11.438.347	1.964.162	2.214.680	(3.989.933)	11.627.256
Despesas com vendas	(7.069.404)	(506.901)	(2.087.951)	2.532.672	(7.131.584)
Despesas gerais e administrativas	(1.308.110)	(9.116)	(65.605)	9.116	(1.373.715)
Resultado da provisão para perdas de crédito esperadas	(452.662)	(1.164.482)	(42)	1.164.482	(452.704)
Depreciação e amortização	(1.279.299)	(5.909)	(53.989)	5.909	(1.333.288)
Equivalência patrimonial	159.309	-	-	(10.853)	148.456
Outras receitas operacionais	61.674	(64.436)	16.337	64.436	78.011
Receitas financeiras	700.867	-	19.366	-	720.233
Despesas financeiras	(2.175.974)	-	(19.307)	-	(2.195.281)
Imposto de renda e contribuição social	373.969	(64.862)	(12.636)	64.862	361.333
Lucro (prejuízo) líquido do período	448.717	148.456	10.853	(159.309)	448.717

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial - Outros serviços (Nota 13)	10.853
Equivalência patrimonial - Luizacred (Nota 14)	148.456
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	159.309
(-) Efeito de eliminação - Outros serviços	(10.853)
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	148.456

- (a) Considerando que o segmento de varejo possui característica de concessão de financiamento ao consumidor, a Companhia utiliza-se da prática de realizar a reversão do ajuste a valor presente do contas a receber de clientes na rubrica de receita bruta. Portanto, visando uma adequada apuração da margem bruta comercial, a reversão do ajuste a valor presente dos passivos de fornecedores também é realizada na rubrica de custo das mercadorias vendidas. A atividade de financiamento ao consumidor não é dissociada do segmento de varejo para os principais gestores do negócio, nas tomadas de decisões. Assim, seguindo as premissas do CPC 22 - Informação por Segmento, a atividade de financiamento ao consumidor está apresentada no contexto do segmento de varejo.

31. Informação por segmento de negócios--Continuação

Balanco patrimonial

	31/12/2025		
	Varejo	Operações financeiras	Outros Serviços
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.430.599	3.461	145.238
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	459.927	66.870	-
Contas a receber	5.558.818	9.189.092	85.224
Estoques de mercadorias para revenda	7.181.339	-	-
Investimentos	1.983.493	-	-
Imobilizado, direito de uso e intangível	8.868.343	19.780	802.320
Outros	11.812.192	704.257	650.644
	37.294.711	9.983.460	1.683.426
Passivos			
Fornecedores	8.116.522	-	26.906
Fornecedores - convênio	3.356.388	-	-
Repasses e outros depósitos	1.357.390	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.944.536	-	-
Arrendamento mercantil	3.513.137	-	70.735
Depósitos interfinanceiros	-	1.483.037	-
Operações com cartões de crédito	-	6.253.847	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.344.834	41.497	19.526
Receita diferida	959.972	-	5.267
Outras	2.423.902	1.105.700	676.881
	26.016.681	8.884.081	799.315
Patrimônio líquido	11.278.030	1.099.379	884.111
<u>Conciliação do investimento</u>			
<u>Controladas (Nota 13)</u>			
Consórcio Magalu	133.063		
Magalog	385.994		
Luizalabs	366.570		
Nonsense	(1.513)		
	884.114		
<u>Controladas em conjunto (Nota 14)</u>			
Luizacred	1.099.379		
Total dos investimentos	1.983.493		
(-) Efeito de eliminação	(884.114)		
(=) Resultado de investimento consolidado	1.099.379		

31. Informação por segmento de negócios--Continuação

Balanco patrimonial--Continuação

	31/12/2024		
	Varejo	Operações financeiras	Outros Serviços
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.623.301	88.873	203.896
Títulos e valores mobiliários	337.894	13.734	-
Contas a receber	5.823.941	9.281.146	58.140
Estoques	7.611.132	-	-
Investimentos	1.651.975	-	-
Imobilizado, intangível e direito de uso	8.840.050	24.474	712.334
Outros	10.876.972	862.383	455.893
	36.765.265	10.270.610	1.430.263
Passivos			
Fornecedores	7.157.371	-	25.535
Fornecedores - convênio	3.100.213	-	-
Repasses e outros depósitos	1.640.637	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.581.908	-	252
Arrendamento mercantil	3.452.792	-	80.743
Depósitos interfinanceiros	-	2.035.652	-
Operações com cartões de crédito	-	6.505.732	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	1.813.065	47.121	44.288
Receita diferida	1.103.854	-	1.991
Outras	2.596.163	710.243	597.342
	25.446.003	9.298.748	750.151
Patrimônio líquido	11.319.262	971.862	680.112
<u>Conciliação do investimento</u>			
<u>Controladas (Nota 13)</u>			
Consórcio Magalu	86.559		
Magalog	289.011		
Luizalabs	304.543		
	680.113		
<u>Controladas em conjunto (Nota 14)</u>			
Luizacred	971.862		
Total dos investimentos	1.651.975		
(-) Efeito de eliminação	(680.113)		
(=) Resultado de investimento consolidado	971.862		

32. Instrumentos financeiros

Política Contábil

Classificação inicial e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ao Valor Justo (VJR). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

32. Instrumentos financeiros--Continuação

Política Contábil--Continuação

Classificação inicial e mensuração subsequente--Continuação

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento e compensação

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “forward looking”, como premissas macroeconômicas de inflação e crescimento de vendas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 30 dias.

32. Instrumentos financeiros--Continuação

Política Contábil--Continuação

Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação de crédito, quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

32. Instrumentos financeiros--Continuação

Categoria de instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Mensuração Valor justo	Controladora				Consolidado			
			31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e bancos	Custo amortizado	Nível 2	162.919	162.919	201.534	201.534	282.023	282.023	303.262	303.262
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	VJORA	Nível 2	1.798.193	1.798.193	1.968.690	1.968.690	3.621.036	3.621.036	4.131.260	4.131.260
Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e acordos comerciais	Custo amortizado	Nível 2	1.725.011	1.725.011	1.527.652	1.527.652	2.023.006	2.023.006	1.750.821	1.750.821
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	433.208	433.208	625.293	625.293	68.805	68.805	72.522	72.522
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	VJORA	Nível 2	2.012.823	2.012.823	1.239.666	1.239.666	2.382.706	2.382.706	1.588.883	1.588.883
Equivalentes de caixa - Letras	VJR	Nível 2	16.698	16.698	16.698	16.698	16.698	16.698	16.698	16.698
Equivalentes de caixa - CDBs	Custo amortizado	Nível 2	594.001	594.001	500.416	500.416	1.230.803	1.230.803	1.423.322	1.423.322
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	Nível 2	5.876	5.876	5.244	5.244	5.876	5.876	5.244	5.244
Títulos e valores mobiliários	VJR	Nível 2	8.578	8.578	217.627	217.627	431.886	431.886	331.848	331.848
Total de Ativos financeiros			6.757.263	6.757.263	6.302.820	6.302.820	10.062.795	10.062.795	9.623.860	9.623.860

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Mensuração Valor justo	Controladora				Consolidado			
			31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Fornecedores de mercadorias e convênio	Custo amortizado	Nível 2	10.020.593	10.020.593	9.237.888	9.237.888	11.499.816	11.499.816	10.283.119	10.283.119
Repasse e outros depósitos	Custo amortizado	Nível 2	-	-	-	-	1.357.390	1.357.390	1.640.637	1.640.637
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	3.929.623	3.984.828	4.160.225	4.541.898	3.929.623	3.984.828	4.582.160	4.963.833
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	VJR	Nível 2	1.014.913	1.032.710	-	-	1.014.913	1.032.710	-	-
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	Nível 2	3.479.339	3.479.339	3.418.880	3.418.880	3.583.872	3.583.872	3.533.535	3.533.535
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	233.716	233.716	428.387	428.387	110.115	110.115	107.061	107.061
Outras contas a pagar aquisição	VJR	Nível 2	189.767	189.767	210.417	210.417	212.313	212.313	251.574	251.574
Total de Passivos financeiros			18.867.951	18.940.953	17.455.797	17.837.470	21.708.042	21.781.044	20.398.086	20.779.759

32. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensurações de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- (a) Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;
- (c) Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Fluxos de caixa descontados, que considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco para os instrumentos financeiros remanescentes.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

32. Instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Posição em 31/12/2025

Controladora

	Saldo contábil	Inferior a um ano	Um a três anos	Superior a três anos	Total
Fornecedores de mercadorias e convênio	10.020.593	10.020.593	-	-	10.020.593
Arrendamento mercantil	3.479.339	750.002	1.813.251	2.773.664	5.336.917
Empréstimos e financiamentos	3.929.623	-	3.905.810	1.024.550	4.930.360
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	1.014.913	-	11.230	2.946	14.176
Partes relacionadas	233.716	-	-	-	-
Outras contas a pagar aquisição	189.767	112.280	-	77.486	189.766
Total	18.867.951	10.882.875	5.730.291	3.878.646	20.491.812

Consolidado

	Saldo contábil	Inferior a um ano	Um a três anos	Superior a três anos	Total
Fornecedores de mercadorias e convênio	11.499.816	11.499.816	-	-	11.499.816
Arrendamento mercantil	3.583.872	762.713	1.843.982	2.820.672	5.427.367
Empréstimos e financiamentos	3.929.623	-	3.905.810	1.024.550	4.930.360
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	1.014.913	-	11.230	2.946	14.176
Partes relacionadas	110.115	110.115	-	-	110.115
Outras contas a pagar aquisição	212.313	129.270	4.224	80.556	214.050
Total	20.350.652	12.501.914	5.765.246	3.928.724	22.195.884

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo e serviços de seguros, financeiros e outros como descrito na nota 31, de informação por segmentos. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

32. Instrumentos financeiros--Continuação

Considerações sobre outros riscos financeiros

Risco de crédito: o risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2025 era de R\$6.270.702 (R\$6.437.203 em 31 de dezembro de 2024). Grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. Para as demais contas a receber a Companhia avalia também o risco como sendo baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios. Mesmo assim, o risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência (com critérios consistentes para suportar os requerimentos da IFRS 9), bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R\$254.664 (R\$309.451 em 31 de dezembro de 2024), os quais estão adicionados à análise sobre a necessidade de constituição de provisão para perda esperada de créditos. Na nota 8 são divulgadas maiores informações sobre o contas a receber.

A política da Companhia para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito e que tenham uma classificação igual ou superior ao rating soberano (em escala global). Em 31 de dezembro de 2025, a quase totalidade dos investimentos mantidos pela Companhia possuem tal nível de rating atingindo o montante de R\$673.359 (R\$789.938 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e R\$1.753.741 (R\$1.861.829 em 31 de dezembro de 2023) no Consolidado.

Risco de mercado: decorre do possível desaquecimento do varejo no cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, e do monitoramento constante das posições assumidas. Os principais riscos relacionados são as variações na taxa de juros, na taxa de inflação e nas taxas de câmbio.

Risco cambial: a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria de Tesouraria, de acordo com políticas previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

32. Instrumentos financeiros--Continuação

Considerações sobre outros riscos financeiros--Continuação

Neste cenário, a Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescido de taxa pré-fixada. Para fins de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), estes instrumentos são classificados como hedge de valor justo e são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo, tanto do derivativo de *hedging* (swap), quanto do objeto de hedge (empréstimos), durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, como resultado financeiro. A Companhia estabeleceu um índice de cobertura de 1:1 para as relações de *hedge*, já que o risco dos contratos objetos de hedge é idêntico ao risco protegido pelo instrumento de hedge. As fontes de possíveis inefetividades podem ser oriundas de: i) possíveis diferenças no timing dos fluxos de caixa dos itens protegidos e dos instrumentos de *hedge* e ii) o risco de crédito das contrapartes ter um impacto diferente nos movimentos de valor justo dos instrumentos de *hedge* e itens protegidos. Em 31 de dezembro de 2025, não foi identificada inefetividade a ser reconhecida no resultado do exercício. O detalhe dos contratos que impactaram o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	Indexadores	Valor justo (a)
Instrumento de hedge		
Ativo	US\$ - SOFR + 3,0% a.a.	1.000.737
Passivo	CDI + 1,75% a.a.	1.014.913
Hedge Valor Justo - Swap		14.176
Objeto de hedge		
Empréstimo	US\$ - SOFR + 3,0% a.a.	1.000.737

(a) O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é apurado utilizando-se metodologia comumente empregada pelos participantes de mercado, sendo a estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização das curvas de mercado divulgadas pela B3 e Bloomberg.

Conforme mencionado anteriormente, a Administração da Companhia entende não haver risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de “swap”, de modo que o tratamento contábil e financeiro destes empréstimos é denominado em moeda local. Assim, a variação do instrumento financeiro derivativo “swap” e dos empréstimos e financiamentos são compensados. O cenário provável representa a taxa de câmbio na data base de 31 de dezembro de 2025 (R\$5,50). Abaixo é demonstrada a análise de sensibilidade da variação cambial.

Natureza	31/12/2025	Cenário Provável	Cenário Acima 25%	Cenário Acima 50%
Variação cambial empréstimos	7.167	7.167	8.959	10.751
Instrumentos financeiros de Hedge	(7.167)	(7.167)	(8.959)	(10.751)
Impacto variação cambial	-	-	-	-

32. Instrumentos financeiros--Continuação

Considerações sobre outros riscos financeiros--Continuação

Risco de taxas de juros: a Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2025 a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções e aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável, de redução e aumento nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela B3 e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI em 14,9% a.a..

Os efeitos esperados das despesas financeiras de empréstimos e financiamentos líquidas de receitas com aplicações financeiras para os próximos três meses são como segue:

		Controladora	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2025
Certificados de depósitos bancários (nota 6)		610.655	1.247.457
Fundos de investimentos não exclusivos (nota 6)		-	46.357
Equivalentes de caixa		610.655	1.293.814
Títulos e valores mobiliários (nota 7)		62.704	459.927
Total equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários		673.359	1.753.741
Empréstimos e financiamentos (nota 21)		(4.944.536)	(4.944.536)
Exposição líquida		(4.271.177)	(3.190.795)
Despesa financeira de juros - exposição a CDI		14,90%	14,90%
Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos:			
Cenário base	14,90%	(257.414)	(257.439)
Cenário aumento 25%	18,63%	(321.768)	(321.768)
Cenário aumento 50%	22,35%	(386.121)	(386.121)
Cenário redução 25%	11,18%	(193.061)	(193.061)
Cenário redução 50%	7,45%	(128.707)	(128.707)

33. Demonstrações dos fluxos de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Variação de valor justos de ativos financeiros	(2.083)	(290)	(2.083)	(290)
Adições IFRS 16 – Direito de uso e arrendamento	501.080	474.128	600.133	563.537
Ajustes de IFRS 09 - valor justo	42.677	7.872	42.677	7.872
Redução de capital em controlada (a)	(200.000)	-	(200.000)	-
Contratações de Fornecedores (convênio)	12.527.329	12.702.268	13.725.465	13.079.422

(a) Valor referente a liquidação de notas promissórias em sua controlada Kabum, por meio de redução de capital conforme descrito na nota 10 item IV.

34. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, são assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Responsabilidade civil e D&O	120.000	110.000	120.000	110.000
Riscos diversos - estoques e imobilizado	6.372.615	6.787.146	7.885.166	7.918.522
Veículos	21.140	29.120	35.062	41.823
	6.513.755	6.926.266	8.040.228	8.070.345

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM nº 80/22

Os Diretores do Magazine Luiza S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.960.950/0001-21, declaram para os fins do disposto no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que:

- i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e;
- ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 12 de março de 2026.

Magazine Luiza S.A.

A Diretoria

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM nº 80/22

O Conselho Fiscal do Magazine Luiza S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.960.950/0001-21, em conformidade com as atribuições dispostas no artigo 163 da Lei 6.404/76, no Estatuto Social e no Regimento Interno do Conselho Fiscal, examinou as Demonstrações Financeiras e os demais relatórios elaborados pela Companhia, relativos ao exercício findo em 31/12/2025. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, emitido sem ressalvas pela Ernst & Young Auditores Independentes, datado de 12 de março de 2026, os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados concluíram que os referidos documentos expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, e estão em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

São Paulo, 12 de março de 2026.

Conselheiros:

Walbert Antônio dos Santos

Eduardo Christovam Galdi Mestieri

Estefan George Haddad

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance do Magazine Luiza S.A. (“CARC”), em cumprimento às disposições legais, revisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base na revisão mencionada e considerando, ainda, as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pela Ernst & Young Auditores Independentes, recebidos no decorrer do exercício, o CARC recomenda ao Conselho de Administração a aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras (incluindo notas explicativas) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 10 de março de 2026.

Membros:

Marcelo José Ferreira e Silva

Maria Fernanda Teixeira

Florian Peixoto Vieira Neto

José Luiz Carvalho

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM nº 80/22

Os Diretores do Magazine Luiza S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.960.950/0001-21, declaram para os fins do disposto no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que:

- i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e
- ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 12 de março de 2026.

Magazine Luiza S.A.

A Diretoria

EBITDA atinge R\$867 milhões no trimestre e R\$3,1 bilhões no ano

Lucro líquido de R\$125 milhões no trimestre e R\$159 milhões no ano

Geração de caixa operacional de R\$2,2 bilhões no trimestre e R\$2,7 bilhões no ano

Posição de caixa total de R\$8,0 bilhões



Vendas com foco em rentabilidade. No 4T25, as vendas totais, incluindo lojas físicas, e-commerce com estoque próprio (1P) e marketplace (3P) totalizaram R\$18,2 bilhões. Esse valor representa um crescimento de 8,7% nas lojas físicas (8,4% no conceito mesmas lojas), com forte ganho de market share, e uma redução de 5,3% no e-commerce total em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2025, as vendas totais foram de R\$64,7 bilhões.



Vendas do e-commerce. No 4T25, as vendas do e-commerce totalizaram R\$12,2 bilhões, com destaque para a venda de R\$7,6 bilhões provenientes do estoque próprio (1P). No marketplace as vendas foram de R\$4,6 bilhões. Vale ressaltar a evolução da participação do fulfillment, que atingiu 29% ao longo do último trimestre do ano, um aumento de 4 p.p. comparado ao 4T24.



Margem bruta. No 4T25, a margem bruta ajustada foi de 30,0%. Vale destacar o aumento da margem bruta de mercadorias, que reflete o foco da Companhia na expansão da rentabilidade. A margem bruta ajustada em 2025 foi de 30,6%, estável em relação a 2024.



Despesas operacionais. O percentual das despesas operacionais ajustadas em relação à receita líquida passou de 22,9% no 4T24 para 23,4% no 4T25. Vale destacar a diluição das despesas gerais e administrativas que passaram de 3,3% para 3,2% no mesmo período.



EBITDA e lucro líquido. No trimestre, o EBITDA ajustado atingiu R\$867,3 milhões, com uma margem de 7,8%. O forte crescimento das lojas físicas, a expansão da margem bruta de mercadorias, e o excelente desempenho da Luizacred contribuíram para esse resultado. Em 2025, o EBITDA ajustado totalizou R\$3,1 bilhões, com margem de 7,9%. O lucro líquido ajustado foi de R\$124,7 milhões no trimestre e R\$158,9 milhões no ano. Considerando os resultados não recorrentes, o lucro líquido contábil foi de R\$204,6 milhões no ano.



Forte geração de caixa operacional e sólida estrutura de capital. No trimestre, a geração de caixa operacional foi de R\$2,2 bilhões, totalizando R\$2,7 bilhões em 2025. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelo resultado operacional e pela melhora no capital de giro. O Magalu encerrou o 4T25 com uma posição de caixa líquido ajustado de R\$3,1 bilhões, e uma posição de caixa total de R\$8,0 bilhões.



MagaluPay. O volume total de transações processadas (TPV) atingiu R\$28,2 bilhões no 4T25 e R\$101,9 bilhões em 2025. Em dez/25, a base de cartões de crédito foi de 5,7 milhões de cartões. O faturamento dos cartões Luiza cresceu 1,9% no 4T25, atingindo R\$16,6 bilhões no período. Em 2025, o faturamento dos cartões Luiza foi de R\$60,8 bilhões. A carteira de cartão de crédito foi de R\$20,8 bilhões ao final do trimestre, com redução de 0,3p.p. no atraso de 15 a 30 dias e de 0,6p.p. no atraso superior a 90 dias em relação a dez/24. O lucro líquido ajustado da Luizacred atingiu R\$271,3 milhões no 4T25 e R\$525,0 milhões em 2025.



MGLU3: R\$9,41 por ação
Total de Ações: 775.945.010
Valor de Mercado: R\$7,0 bilhões



Teleconferência
13 de março de 2026 (sexta-feira)
09:00 (Brasília) / 08:00 (EUA - EST)
[Link para a teleconferência](#)



Relações com Investidores
Tel. +55 11 3504-2727
www.magazineluiza.com.br/ri
ri@magazineluiza.com.br

| MENSAGEM DA DIRETORIA

A construção do ecossistema...

A história do Magalu é construída em ciclos. E o ano de 2025 marca uma nova transição na nossa trajetória. Concluímos a fase de construção do nosso ecossistema – um movimento iniciado há cinco anos para diversificar nossas receitas e nos proteger das volatilidades macroeconômicas.

O Ciclo do Ecossistema (2021-2025) representou a consolidação do Magalu como um conglomerado de empresas, marcando a transição estratégica de praticamente um único CNPJ de varejo multicanal especializado em bens duráveis para uma estrutura de múltiplos CNPJs interdependentes e com muita sinergia entre si. A aquisição e o desenvolvimento de verticais como KaBuM!, Netshoes, Época Cosméticos, Estante Virtual, aiqfome, Magalog, Magalu Cloud e MagaluPay tiveram um objetivo primordial: diversificar as fontes de receita e construir uma base de resultados robusta, capaz de operar com maior autonomia frente às oscilações macroeconômicas do país.

A diversificação por meio de plataformas dedicadas foi crucial para elevar a margem e a resiliência do grupo. A aquisição do KaBuM!, por exemplo, trouxe o nicho de tecnologia e games, enquanto Netshoes cobriu o segmento de esportes e Época Cosméticos fortaleceu a categoria de beleza, todas com tíquetes médios e frequências de compra menos sensíveis a um cenário de crédito apertado. O MagaluPay, por sua vez, criou novos motores de receita baseados em serviços financeiros, alguns vinculados e outros desvinculados da venda, como cartões, CDC, consórcio, seguros, conta digital e subadquirência.

O sucesso do ecossistema se materializou também na conversão de centros de custo internos em unidades de negócio escaláveis e relevantes fontes de receita de clientes externos, com diversificação do nosso resultado. O Magalog, por exemplo, evoluiu para um braço logístico de alta performance, monetizando sua infraestrutura ao oferecer serviços de fulfillment e entrega rápida para milhares de sellers do marketplace e também para empresas externas ao ecossistema, gerando um fluxo de receita consistente. De modo complementar, a Magalu Cloud garantiu resiliência tecnológica e capacidade de inovação, ao permitir que a plataforma escalasse com custos mais baixos. E agora também conquistou clientes externos, atingindo 1.200 clientes e um ARR (Receita Recorrente Anual) crescente e complementar.

Essa estratégia intencional reduziu a dependência excessiva da composição do resultado do varejo de bens duráveis, que são historicamente mais afetados pelo aumento da Selic. Com isso, o grupo conquistou uma estrutura de resultados mais equilibrada e menos vulnerável à política monetária, validando a estratégia de sair do único CNPJ.

Nesse ciclo tivemos aprendizados importantes e que servirão de base para nosso novo ciclo estratégico: 1- temos vocação inequívoca para a venda de produtos de marca e de alto valor percebido (não confundir com produtos de ticket médio alto). 2- funcionamos melhor no modelo multicanal, com equilíbrio entre o e-commerce com estoque próprio (1P), o marketplace (3P) e as lojas físicas. 3- operamos melhor com um modelo de CNPJs e canais de venda autônomos, mas que estão sobre uma infraestrutura compartilhada.

... e o início de um novo ciclo

Estamos entrando em uma era em que a inteligência artificial deixa de ser apenas uma camada tecnológica e passa a redefinir a arquitetura competitiva do varejo. A GenAI já remodela o e-commerce ao transformar a forma como os consumidores descobrem, comparam e decidem. A próxima fronteira, o *Agentic AI*, aprofunda essa mudança ao permitir que agentes tomem decisões e executem ações com cada vez mais autonomia. No Brasil, essa inflexão já é mensurável: 58% dos consumidores usam ou já usaram GenAI e, entre eles, 57% utilizam essas ferramentas diariamente, sendo que 41% acessam múltiplas vezes ao dia. Mais do que experimentar tecnologia, as pessoas estão incorporando a inteligência artificial à rotina. O dado mais revelador está na intenção de compra: os consumidores afirmam que poderiam migrar, em média, mais de 60% de suas compras online para um assistente virtual, indicando abertura para uma experiência de consumo com menos fricção, menos cliques e mais conversa.

Nossa estratégia para os próximos anos é clara. Com base nos ativos que construímos, nos aprendizados do nosso último ciclo e na revolução da inteligência artificial, definimos os nossos próximos passos, sustentados em cinco pilares fundamentais:



1. Redefinir o Magalu com inteligência artificial: Escalar o *AI Commerce* como novo canal de crescimento e relacionamento com o cliente. O WhatsApp da Lu integrará todo o ecossistema — incluindo o sortimento do Magalu, Netshoes, KaBuM! e Época Cosméticos — em uma jornada de compra sem fricção, da busca e recomendação ao pagamento e pós-venda. Além disso, internamente, executaremos uma agenda de automação, redesenho e eliminação de processos.

2. E-commerce com curadoria e alto nível de serviço - um *brand place*: Vamos reforçar o posicionamento do nosso e-commerce como um destino de excelência para produtos de qualidade e com alto nível de serviço. O conceito de *brand place* significa oferecer um espaço qualificado onde as grandes marcas poderão posicionar seus produtos de forma estratégica e se aproximar ainda mais dos clientes finais. Vamos entregar um alto nível de serviço ao concentrar nossa oferta em produtos 1P — que historicamente já operam com métricas altíssimas de NPS e rapidez na entrega — e no marketplace (3P) com curadoria, priorizando *sellers* que utilizam o Magalu Entregas, especialmente no fulfillment, além de darmos escala ao nosso modelo de *sellers* assistidos. Essa estratégia será aplicada de forma transversal às marcas do ecossistema — Magalu em bens duráveis e outras categorias, Netshoes em esportes, KaBuM! em tecnologia e games, e Época em beleza e perfumaria.

3. Acelerar as vendas por meio de plataformas parceiras: Vamos acelerar a venda do nosso e-commerce com estoque próprio (1P) de bens duráveis por meio de parceiros (como, por exemplo, AliExpress), reforçando a nossa liderança nessas categorias e capturando tráfego adicional aos nossos canais de vendas próprios, de forma rentável. Com isso, vamos monetizar grandes vantagens estruturais do Magalu, como escala de compra, forte relacionamento com a indústria e capilaridade logística e multicanal.

4. Potencializar o ecossistema e ampliar sua multicanalidade: Vamos acelerar a venda cruzada entre as marcas do ecossistema. Temos hoje 33 milhões de clientes ativos e uma oportunidade de aumentar de forma significativa os clientes que compram em mais de uma plataforma de forma recorrente. Iremos expandir a multicanalidade em todas as empresas do grupo, especialmente no conceito Galeria Magalu — combinando a loja como um ponto de vendas, de experiência, tecnologia e também *retail media*. Nas nossas operações de serviços (Magalog, Magalu Cloud e Magalu Ads), a estratégia é ampliar a captação de clientes externos e aumentar as receitas, que serão somadas à já gigante escala do ecossistema Magalu, consolidando essas operações como importantes alavancas de rentabilidade.

5. Fortalecer a alavanca de serviços financeiros via MagaluPay: Vamos integrar nossos serviços financeiros de forma nativa na jornada de compra dos nossos clientes, tanto na plataforma digital quanto nas lojas físicas, impulsionando relacionamento, vendas e rentabilidade. Vamos transformar produtos que hoje são transacionais em produtos de relacionamento. Com a nossa nova financeira, a MagaluPay SCFI, temos a capacidade de desenvolver produtos financeiros próprios e de forma ainda mais eficiente, com novos instrumentos de *funding* e otimização tributária, impulsionando tanto as vendas – nas lojas físicas e no online – quanto a nossa rentabilidade.

Balanço de 2025: Rentabilidade, geração de caixa e a evolução dos novos serviços

A confiança para acelerarmos nosso novo ciclo estratégico vem da consistência nos resultados apresentados nos últimos anos. Em 2025, mantivemos um compromisso inegociável com a expansão das margens e a geração de caixa, e os resultados do ano e do quarto trimestre comprovam que atingimos esse objetivo.

- **Resultados:** O EBITDA ajustado de 2025 atingiu 3,1 bilhões de reais, com uma margem de 7,9%, reflexo da significativa expansão das vendas nas lojas, da evolução da margem de contribuição dos nossos canais de vendas e do excelente resultado da Luizacred. O lucro líquido ajustado foi de 159 milhões de reais no ano. A geração de caixa operacional atingiu 2,7 bilhões de reais, permitindo encerrarmos o ano com uma posição de caixa total de 8 bilhões de reais e um caixa líquido de 3,1 bilhões.
- **Lojas Físicas:** Pela primeira vez na nossa história, **superamos a marca de 20 bilhões de reais** em vendas nas lojas físicas em um ano. Tivemos um crescimento de 6% nas vendas totais do canal físico em 2025, com forte ganho de participação de mercado – vale destacar que, **no quarto trimestre, as vendas das lojas físicas cresceram 9%** quando comparadas ao mesmo período de 2024.
- Inaugurada em dezembro, a **Galeria Magalu** é a materialização do nosso ecossistema. São cinco lojas – Magalu, KaBuM!, Netshoes, Época Cosméticos e Estante Virtual – em um único espaço. Em 4.000 m², a megaloja une o físico ao digital, com muitos espaços “instagramáveis”, conexão com criadores de conteúdo e espaços de *retail media* que alavancam o Magalu Ads. A loja é palco para lançamentos e aproxima as grandes marcas e o cliente final. Com fluxo mensal esperado de 90 000 pessoas, o espaço oferece experiências únicas, como a Casa da Lu, a arena gamer do KaBuM!, a personalização de produtos na Netshoes, marcas exclusivas na Época e o Teatro YouTube.
- **Vendas no E-commerce:** As vendas totais do nosso ecossistema alcançaram 65 bilhões de reais em 2025. No online, as vendas foram de 44 bilhões de reais, com o e-commerce com estoque próprio (1P) atingindo 27 bilhões de reais. O marketplace (3P) representou 39% das vendas online. A logística continuou sendo uma alavanca de conversão: o **Fulfillment Magalu** atingiu 29% de penetração nos pedidos do 3P ao longo do último trimestre do ano, um aumento de cinco pontos percentuais na comparação com o mesmo período de 2024.
- O **KaBuM!** atingiu participação de mercado recorde no mês de novembro em categorias-chave como Hardware e Games, expandindo ainda mais sua liderança nesse mercado. A empresa apresentou lucro líquido ajustado de 62 milhões de reais no ano. Na **Netshoes**, vale destacar o crescimento de 11% nas vendas 1P no quarto trimestre 2025, com grande destaque para itens de corrida, que cresceram 36% em vendas no período, reforçando a liderança online e fechando o ano com 40% de market share na categoria. Já a **Época Cosméticos** avançou na sua estratégia de multicanalidade ao inaugurar sua primeira loja física na Galeria Magalu. Com isso, a Época incorporou marcas premium ao seu sortimento, como Chanel e Carolina Herrera Make Up, que já são sucesso de vendas. No quarto trimestre de 2025, o ticket médio da empresa aumentou 16% e, ao longo do ano, houve uma acelerada expansão nas vendas do marketplace.
- No **WhatsApp da Lu** — a solução de **AI Commerce** do Magalu — tivemos significativas evoluções de produto: implementamos a memória personalizada para as conversas, habilitamos a opção do Retira Loja e conectamos o Agente de AI da Apple, especializado nos produtos da marca. Mesmo sem campanhas de marketing dedicadas, esse novo canal de vendas cresce em ritmo exponencial e chegou a **3 milhões de usuários únicos** que já interagiram com a Lu pelo WhatsApp. A ferramenta vem atingindo indicadores excepcionais: a taxa de conversão é três vezes maior em relação à busca no aplicativo e o NPS (*Net Promoter Score*) é de 83 pontos — patamares que permanecem elevados e muito acima da média do e-commerce tradicional.

- O **MagaluPay** registrou avanços consistentes e ganhos de rentabilidade no trimestre. A carteira de CDC alcançou 1,8 bilhão de reais (+15% em relação a dez/24), impulsionada, principalmente, pelo crescimento das vendas nas lojas físicas e pelos novos modelos proprietários de crédito. Além disso, iniciamos a emissão de novos contratos do CDC na nova financeira, que já é responsável por 10% da originação total do produto. A **Luizacred** manteve sua solidez com uma carteira de 20,8 bilhões de reais e indicadores de inadimplência em patamares historicamente baixos. O **Consórcio Magalu** bateu recorde histórico de vendas: 6,4 bilhões de reais no ano, um crescimento de 31% em relação a 2024.
- O **Magalog** avançou na carteira de clientes externos, com expansão de 47% na receita de 2025 frente ao ano anterior. No período de outubro a dezembro de 2025, grandes empresas se tornaram clientes da Magalog, como Reserva, Capodarte, After Click e Shopper. No caso da Shopper, o Magalog é o parceiro estratégico que possibilitará a expansão do serviço de supermercado online para 10 novos estados. Além disso, no quarto trimestre, expandimos a nossa malha logística com a abertura de três novos *hubs* de entrega: um próprio em Cuiabá (MT) e dois em São Paulo (SP), o que amplia nossa capacidade e acelera os prazos de entrega.
- O **Magalu Ads** saltou 54% em receitas em 2025, com forte expansão no retorno para os anunciantes. No período, observamos ganhos claros de eficiência: o ROAS (Retorno sobre o investimento em anúncios) subiu 7%, ao mesmo tempo que o consumo médio por anunciante cresceu 39% e o ticket médio aumentou 22%. Tais indicadores demonstram que as grandes marcas e sellers estão ampliando cada vez mais a utilização dos nossos serviços de *retail media*. Esse movimento é sustentado por melhorias contínuas de produto e inteligência de dados, refletidas no aumento consistente da taxa de conversão (+22%) e na otimização do ROAS ao longo dos meses, impulsionadas por iniciativas como redução do custo por clique e maior qualidade do inventário de produtos anunciados.
- Na **Magalu Cloud**, encerramos o ano com 1.200 clientes externos atendidos e cerca de 55% dos workloads do Magalu já estão na nossa infraestrutura própria. Durante o evento *Cloud Futures*, realizado em dezembro e que reuniu mais de 500 profissionais de tecnologia na Arena Magalu, anunciamos a chegada da **Globo** como cliente e a aquisição da **Movestax**, que adicionará à Magalu Cloud novos serviços com inteligência artificial.

Considerações Finais

Para liderar e sustentar essa revolução tecnológica, anunciamos com muito orgulho a nossa **primeira turma de trainees focada em Inteligência Artificial**. São 12 jovens talentos de todo o Brasil, com forte base em engenharia, matemática e ciência da computação, formados nas melhores instituições do país. Além de uma imersão profunda em LLMs e *machine learning*, eles terão a missão de disseminar o uso da IA para os nossos mais de 35.000 colaboradores. No Magalu, a IA não ficará restrita a um grupo isolado; ela vai se espalhar por toda a organização, transformando a forma como trabalhamos, decidimos e criamos valor. Com esse programa, damos espaço para que jovens profissionais apliquem seu talento em projetos de ponta, provando que o Brasil pode ser referência global em inovação e tecnologia.

Iniciamos 2026 animados e preparados para capturar as melhores oportunidades em um ano de Copa do Mundo, evento que tradicionalmente aquece o nosso setor, especialmente para Magalu e Netshoes. Esse otimismo é impulsionado pelo início do ciclo de queda da taxa de juros no Brasil, que tende a alavancar o consumo de bens duráveis e reduzir nossas despesas financeiras, com impacto positivo em nossos resultados. Continuaremos com foco total na execução da nossa estratégia de longo prazo, gerando valor de forma sustentável para todo o ecossistema.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores, sellers, fornecedores e acionistas pela confiança de sempre.

A DIRETORIA

R\$ milhões (exceto quando indicado)	4T25	4T24	Var(%)	12M25	12M24	Var(%)
Vendas Totais ¹ (incluindo marketplace)	18.221,7	18.419,9	-1,1%	64.665,5	65.330,9	-1,0%
Receita Bruta	13.845,1	13.404,1	3,3%	48.161,9	47.277,0	1,9%
Receita Líquida	11.153,1	10.787,3	3,4%	38.703,4	38.038,1	1,7%
Lucro Bruto	3.046,4	3.244,0	-6,1%	11.554,6	11.627,3	-0,6%
Margem Bruta	27,3%	30,1%	-2,8 pp	29,9%	30,6%	-0,7 pp
EBITDA	947,8	842,4	12,5%	3.203,5	2.895,7	10,6%
Margem EBITDA	8,5%	7,8%	0,7 pp	8,3%	7,6%	0,7 pp
Lucro Líquido	131,6	294,8	-55,4%	204,6	448,7	-54,4%
Margem Líquida	1,2%	2,7%	-1,5 pp	0,5%	1,2%	-0,7 pp
Lucro Bruto - Ajustado	3.345,5	3.244,0	3,1%	11.853,6	11.627,3	1,9%
Margem Bruta - Ajustado	30,0%	30,1%	-0,1 pp	30,6%	30,6%	0,0 pp
EBITDA - Ajustado	867,3	846,2	2,5%	3.064,2	2.962,2	3,4%
Margem EBITDA Ajustado	7,8%	7,8%	0,0 pp	7,9%	7,8%	0,1 pp
Lucro Líquido - Ajustado	124,7	139,2	-10,5%	158,9	276,7	-42,6%
Margem Líquida - Ajustado	1,1%	1,3%	-0,2 pp	0,4%	0,7%	-0,3 pp
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas Físicas	8,4%	8,1%	-	6,3%	11,7%	-
Crescimento nas Vendas Totais Lojas Físicas	8,7%	6,4%	-	5,9%	10,1%	-
Crescimento nas Vendas E-commerce (1P)	-1,0%	0,5%	-	-1,1%	-0,4%	-
Crescimento nas Vendas Marketplace (3P)	-11,7%	2,1%	-	-8,0%	3,4%	-
Crescimento nas Vendas E-commerce Total	-5,3%	1,1%	-	-3,9%	1,1%	-
Participação E-commerce Total nas Vendas Totais	66,8%	69,8%	-3,0 pp	68,5%	70,6%	-2,1 pp
Quantidade de Lojas - Final do Período	1.246	1.245	1 lojas	1.246	1.245	1 lojas
Área de Vendas - Final do Período (M²)	678.553	686.976	-1,2%	678.553	686.976	-1,2%

¹Vendas Totais incluem vendas nas lojas físicas, e-commerce tradicional (1P) e marketplace (3P).

| Eventos não recorrentes

Para melhor entendimento e comparabilidade com o 4T24, os resultados do 4T25 estão sendo também apresentados em uma visão ajustada, desconsiderando as receitas e despesas não recorrentes.

CONCILIAÇÃO DRE AJUSTADA	4T25 Ajustado	AV	Ajustes Não Recorrentes	4T25	AV
Receita Bruta	13.845,1	124,1%	-	13.845,1	124,1%
Impostos e Cancelamentos	(2.692,0)	-24,1%	-	(2.692,0)	-24,1%
Receita Líquida	11.153,1	100,0%	-	11.153,1	100,0%
Custo Total	(7.807,6)	-70,0%	(299,1)	(8.106,7)	-72,7%
Lucro Bruto	3.345,5	30,0%	(299,1)	3.046,4	27,3%
Despesas com Vendas	(2.178,7)	-19,5%	-	(2.178,7)	-19,5%
Despesas Gerais e Administrativas	(360,1)	-3,2%	-	(360,1)	-3,2%
Perda em Liquidação Duvidosa	(111,2)	-1,0%	-	(111,2)	-1,0%
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	36,2	0,3%	515,4	551,6	4,9%
Equivalência Patrimonial	135,5	1,2%	(135,9)	(0,3)	0,0%
Total de Despesas Operacionais	(2.478,2)	-22,2%	379,6	(2.098,7)	-18,8%
EBITDA	867,3	7,8%	80,5	947,8	8,5%
Depreciação e Amortização	(323,2)	-2,9%	-	(323,2)	-2,9%
EBIT	544,1	4,9%	80,5	624,6	5,6%
Resultado Financeiro	(572,5)	-5,1%	-	(572,5)	-5,1%
Lucro Operacional	(28,4)	-0,3%	80,5	52,1	0,5%
IR / CS	153,1	1,4%	(73,6)	79,5	0,7%
Lucro Líquido	124,7	1,1%	6,9	131,6	1,2%

| Ajustes eventos não recorrentes

Ajustes	4T25
Provisão adicional de estoques ¹	(299,1)
Provisão para riscos tributários líquida de honorários de especialistas ²	549,8
Resultado de equivalência patrimonial ³	(135,9)
Outras receitas e despesas	(34,4)
Ajustes - EBITDA	80,5
IR / CS sobre demais ajustes	(73,6)
Ajustes - Lucro Líquido	6,9

¹. Provisão para acelerar o escoamento de produtos em excesso, sazonais ou de baixo giro

². Refere-se principalmente a reversão de provisão para o DIFAL (diferença de alíquota interestadual de ICMS) conforme decisão do STF.

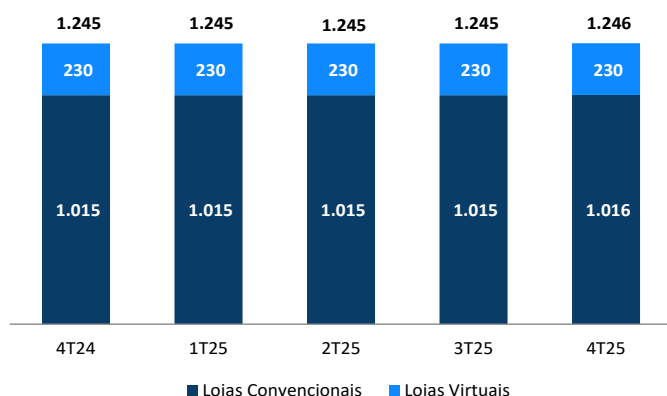
³. Lançamento de R\$453 milhões na Luizacred devido à baixa da expectativa de recebimento da carteira vencida acima de 360 dias.

4T25

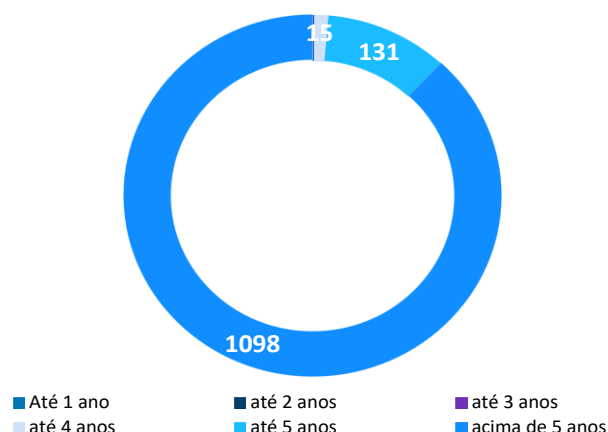
| DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

O Magalu encerrou o 4T25 com 1.246 lojas, sendo 1.016 convencionais e 230 virtuais. No último trimestre foi inaugurada a Galeria Magalu, na cidade de São Paulo. Com a Galeria Magalu, a Companhia estabelece um novo parâmetro para sua rede física, consolidando diferentes frentes do ecossistema em um único ativo. O modelo visa ampliar a oferta de serviços e a experimentação tecnológica, funcionando como um ponto chave de fortalecimento da estratégia multicanal do ecossistema. Da base total, 12% das lojas estão em processo de maturação.

Evolução do Número de Lojas (em quantidade)

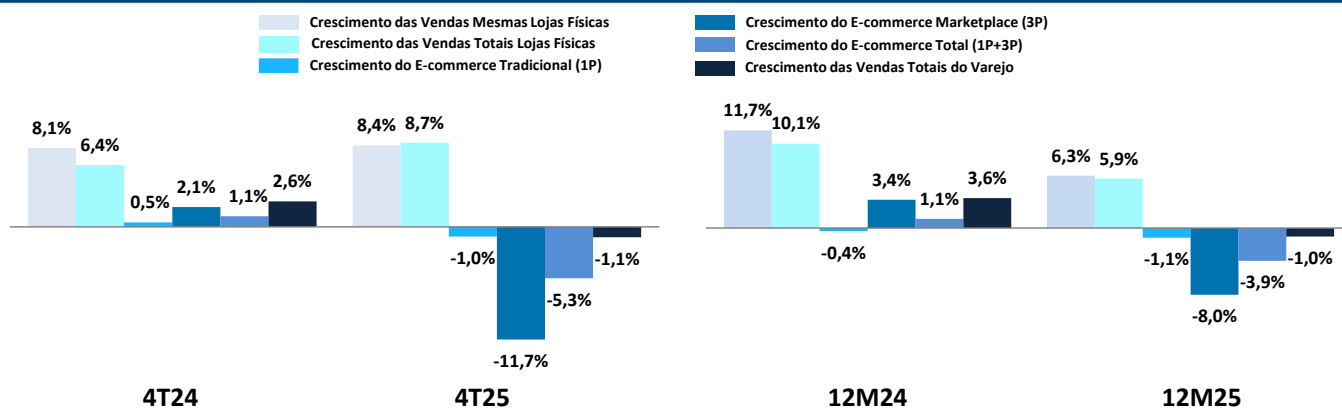


Idade Média das Lojas (em quantidade de lojas)

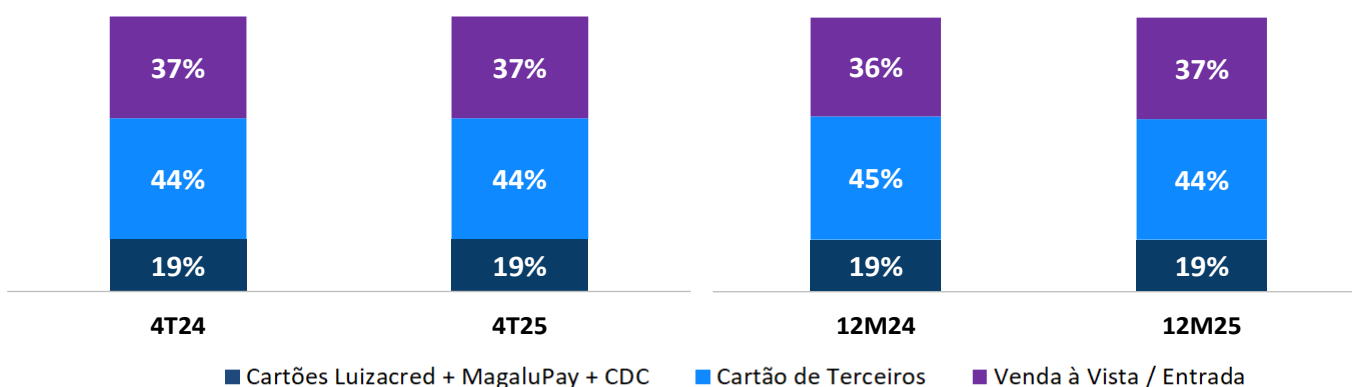


No 4T25, as vendas totais do Magalu foram de R\$18,2 bilhões, uma redução de 1,1% em relação ao 4T24, reflexo do crescimento de 8,7% nas lojas físicas (crescimento no conceito mesmas lojas de 8,4%) e da redução de 5,3% no e-commerce total. Nos 12M25, as vendas totais foram de R\$64,7 bilhões, praticamente estáveis em relação ao ano anterior.

Crescimento das Vendas Totais (em %)



Mix de Vendas Financiadas (em %)



4T25

A consolidação do PIX como alavanca estratégica permitiu que o Magalu mantivesse 37% de suas vendas à vista no 4T25. Esse patamar continua sendo impulsionado pela forte adoção do PIX em todo o ecossistema — com performance robusta no KaBuM!, Netshoes e no próprio Magalu — o que tem sido fundamental para mitigar o impacto das taxas de juros.

Paralelamente, observamos a manutenção da relevância dos nossos meios de pagamento próprios, que encerraram o período representando 19% das transações. O destaque do trimestre foi o crescimento da participação do CDC nas vendas, reforçando nossa capacidade de oferecer alternativas de crédito rentáveis e assertivas para o nosso cliente.

| Receita Bruta

R\$ milhões	4T25	4T24	Var(%)	12M25	12M24	Var(%)
Revenda de Mercadorias	12.589,1	12.174,7	3,4%	43.630,5	42.777,3	2,0%
Prestação de Serviços	1.256,0	1.229,4	2,2%	4.531,4	4.499,7	0,7%
Receita Bruta - Total	13.845,1	13.404,1	3,3%	48.161,9	47.277,0	1,9%

No 4T25, a receita bruta total foi de R\$13,8 bilhões, um aumento de 3,3% comparada ao mesmo período de 2024. Esse resultado foi impulsionado, principalmente, pela performance das lojas físicas. Nos 12M25, a receita bruta total foi de R\$48,2 bilhões, um aumento de 1,9%.

| Receita Líquida

R\$ milhões	4T25	4T24	Var(%)	12M25	12M24	Var(%)
Revenda de Mercadorias	10.126,9	9.774,3	3,6%	34.979,0	34.333,9	1,9%
Prestação de Serviços	1.026,2	1.013,0	1,3%	3.724,4	3.704,2	0,5%
Receita Líquida - Total	11.153,1	10.787,3	3,4%	38.703,4	38.038,1	1,7%

No 4T25, a receita líquida foi de R\$11,2 bilhões, um aumento de 3,4% em relação ao 4T24. Nos 12M25, a receita líquida cresceu 1,7% para R\$38,7 bilhões.

| Lucro Bruto

R\$ milhões	4T25 Ajustado	4T24	Var(%)	12M25 Ajustado	12M24	Var(%)
Revenda de Mercadorias	2.331,3	2.241,0	4,0%	8.172,4	7.961,4	2,7%
Prestação de Serviços	1.014,2	1.003,1	1,1%	3.681,3	3.665,9	0,4%
Lucro Bruto - Total	3.345,5	3.244,0	3,1%	11.853,6	11.627,3	1,9%
Margem Bruta - Total	30,0%	30,1%	-0,1 pp	30,6%	30,6%	0,0 pp

No 4T25, o lucro bruto ajustado atingiu R\$3,3 bilhões, um crescimento de 3,1%. A margem bruta ajustada foi de 30,0%, estável em relação ao 4T24. Vale ressaltar o aumento da margem bruta de mercadorias, que reflete o foco da Companhia no aumento da rentabilidade. Nos 12M25, o lucro bruto ajustado cresceu 1,9% para R\$11,9 bilhões, equivalente a uma margem bruta de 30,6%.

4T25

| Despesas Operacionais

R\$ milhões	4T25 Ajustado	% RL	4T24 Ajustado	% RL	Var(%)	12M25 Ajustado	% RL	12M24 Ajustado	% RL	Var(%)
Despesas com Vendas	(2.178,7)	-19,5%	(2.045,4)	-19,0%	6,5%	(7.375,9)	-19,1%	(7.131,6)	-18,7%	3,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(360,1)	-3,2%	(352,0)	-3,3%	2,3%	(1.392,3)	-3,6%	(1.373,7)	-3,6%	1,4%
Subtotal	(2.538,8)	-22,8%	(2.397,4)	-22,2%	5,9%	(8.768,1)	-22,7%	(8.505,3)	-22,4%	3,1%
Perdas em Liquidação Duvidosa	(111,2)	-1,0%	(108,8)	-1,0%	2,2%	(429,3)	-1,1%	(452,7)	-1,2%	-5,2%
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	36,2	0,3%	35,7	0,3%	1,4%	144,9	0,4%	144,5	0,4%	0,3%
Total de Despesas Operacionais	(2.613,7)	-23,4%	(2.470,5)	-22,9%	5,8%	(9.052,6)	-23,4%	(8.813,5)	-23,2%	2,7%

| Despesas com Vendas

No 4T25, as despesas com vendas totalizaram R\$2,2 bilhões, representando 19,5% da receita líquida. Nos 12M25, as despesas com vendas totalizaram R\$7,4 bilhões, equivalentes a 19,1% da receita líquida.

| Despesas Gerais e Administrativas

No 4T25, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$360,1 milhões, equivalentes a 3,2% da receita líquida, uma melhora de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período de 2024. Nos 12M25, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$1,4 bilhão, equivalentes a 3,6% da receita líquida.

| Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa

As provisões recorrentes para perdas em crédito de liquidação duvidosa totalizaram R\$111,2 milhões no 4T25 e R\$429,3 milhões nos 12M25.

| Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas

R\$ milhões	4T25	% RL	4T24	% RL	Var(%)	12M25	% RL	12M24	% RL	Var(%)
Apropriação de Receita Diferida	36,2	0,3%	35,7	0,3%	1,4%	144,9	0,4%	144,5	0,4%	0,3%
Subtotal - Ajustado	36,2	0,3%	35,7	0,3%	1,4%	144,9	0,4%	144,5	0,4%	0,3%
Créditos tributários	(0,2)	0,0%	(49,8)	-0,5%	-99,7%	(0,2)	0,0%	113,6	0,3%	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	578,1	5,2%	50,0	0,5%	1055,3%	690,7	1,8%	(162,9)	-0,4%	-
Honorários especialistas	(28,3)	-0,3%	(2,8)	0,0%	901,4%	(54,7)	-0,1%	(13,0)	0,0%	319,2%
Baixa de repasses a sellers	-	0,0%	-	0,0%	-	24,7	-	-	0,0%	-
Despesas reestruturação e integração	(30,1)	-0,3%	(0,8)	0,0%	3613,6%	(48,3)	-0,1%	(3,4)	0,0%	1309,9%
Ganho (Perda) na Venda de Ativo Imobilizado	2,4	0,0%	0,2	0,0%	1170,4%	3,7	0,0%	1,2	0,0%	204,6%
Outras despesas	(6,5)	-0,1%	(0,6)	0,0%	1004,1%	(15,3)	0,0%	(1,9)	0,0%	698,1%
Subtotal - Não Recorrente	515,4	4,6%	(3,8)	0,0%	-	600,7	1,6%	(66,5)	-0,2%	-
Total	551,6	4,9%	31,9	0,3%	1628,8%	745,6	1,9%	78,0	0,2%	855,8%

No 4T25, as outras receitas operacionais líquidas ajustadas totalizaram R\$36,2 milhões pela apropriação de receitas diferidas. Nos 12M25, as outras receitas operacionais líquidas ajustadas totalizaram R\$144,9 milhões.

| Equivalência Patrimonial

No 4T25, o resultado da equivalência patrimonial ajustado foi de R\$135,5 milhões, composto pelo desempenho da Luizacred, responsável pela equivalência de R\$135,7 milhões, e pelos ajustes de prática no valor de R\$0,2 milhão. Nos 12M25, o resultado da equivalência patrimonial ajustado foi de R\$263,1 milhões.

4T25

| EBITDA

O EBITDA ajustado totalizou R\$867,3 milhões no 4T25, com uma margem de 7,8%, em linha com o registrado no 4T24. A estabilidade da margem reflete o sucesso do controle sobre as despesas, a expansão das lojas físicas e pelo excelente desempenho da Luizacred. Nos 12M25, o EBITDA ajustado atingiu R\$3,1 bilhões, equivalente a uma margem de 7,9%.

| Resultado Financeiro Ajustado

No 4T25, as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$572,5 milhões, equivalentes a 5,1% da receita líquida. Em relação ao mesmo período do ano anterior, as despesas aumentaram 1,5 p.p. devido, principalmente, ao aumento da taxa de juros, que subiu de 10,75% no início do 4T24 para 15,0% no 4T25.

Desconsiderando os efeitos dos juros de arrendamento mercantil, a despesa financeira líquida foi de R\$483,8 milhões no 4T25, equivalente a 4,3% da receita líquida.

Nos 12M25, a despesa financeira líquida foi de R\$2,0 bilhões, representando 5,3% da receita líquida.

RESULTADO FINANCEIRO (em R\$ milhões)	4T25	% RL	4T24	% RL	Var(%)	12M25	% RL	12M24	% RL	Var(%)
Despesas Financeiras	(697,8)	-6,3%	(475,7)	-4,4%	46,7%	(2.476,6)	-6,4%	(1.877,4)	-4,9%	31,9%
Juros de Empréstimos e Financiamentos	(222,7)	-2,0%	(142,7)	-1,3%	56,1%	(833,5)	-2,2%	(623,4)	-1,6%	33,7%
Juros de Antecipações de Cartão de Terceiros	(205,7)	-1,8%	(145,0)	-1,3%	41,9%	(777,3)	-2,0%	(645,2)	-1,7%	20,5%
Juros de Antecipações de Cartão Luiza	(123,1)	-1,1%	(91,2)	-0,8%	35,0%	(333,9)	-0,9%	(269,5)	-0,7%	23,9%
Outras Despesas e Impostos	(146,2)	-1,3%	(96,8)	-0,9%	51,1%	(532,0)	-1,4%	(339,3)	-0,9%	56,8%
Receitas Financeiras	213,9	1,9%	169,1	1,6%	26,5%	775,9	2,0%	660,7	1,7%	17,4%
Rendimento de Aplicações Financeiras	37,0	0,3%	21,1	0,2%	75,5%	143,5	0,4%	100,3	0,3%	43,0%
Outras Receitas Financeiras	176,9	1,6%	148,0	1,4%	19,5%	632,4	1,6%	560,4	1,5%	12,8%
Subtotal: Resultado Financeiro Líquido Ajustado	(483,8)	-4,3%	(306,6)	-2,8%	57,8%	(1.700,8)	-4,4%	(1.216,6)	-3,2%	39,8%
Juros Arrendamento Mercantil	(88,6)	-0,8%	(83,4)	-0,8%	6,3%	(343,4)	-0,9%	(317,9)	-0,8%	8,0%
Resultado Financeiro Líquido Ajustado	(572,5)	-5,1%	(390,0)	-3,6%	46,8%	(2.044,2)	-5,3%	(1.534,5)	-4,0%	33,2%

| Lucro líquido

No 4T25, o lucro líquido ajustado foi de R\$124,7 milhões. Na visão contábil, ou seja, incluindo os resultados não recorrentes, o lucro líquido foi de R\$131,6 milhões. O lucro líquido ajustado nos 12M25 foi de R\$158,9 milhões.

4T25

| Capital de Giro

R\$ milhões	Dif 12UM	dez-25	set-25	jun-25	mar-25	dez-24
(+) Contas a Receber (sem Cartões de Crédito)	286,3	1.990,9	1.622,9	1.719,4	1.789,4	1.704,6
(+) Estoques	(429,8)	7.181,3	7.472,1	7.040,0	7.190,7	7.611,1
(+) Partes Relacionadas (sem Cartão Luiza)	(3,7)	68,8	34,4	33,2	23,8	72,5
(+) Tributos a Recuperar	69,6	1.926,1	1.931,6	1.837,1	1.822,3	1.856,5
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	62,4	160,2	150,8	132,5	119,6	97,8
(+) Outros Ativos	149,8	475,2	477,8	456,5	432,9	325,4
(+) Ativos Circulantes Operacionais	134,6	11.802,5	11.689,6	11.218,6	11.378,6	11.667,9
(-) Fornecedores (incluindo convênio)	1.216,7	11.499,8	10.003,5	9.255,0	8.921,7	10.283,1
(-) Repasses e Outros Depósitos	(283,2)	1.357,4	1.250,6	1.267,5	1.506,2	1.640,6
(-) Salários, Férias e Encargos Sociais	(56,6)	501,9	535,2	477,3	569,6	558,6
(-) Impostos a Recolher	1,1	364,1	233,0	251,0	265,5	363,0
(-) Partes Relacionadas	3,1	110,1	51,5	70,1	40,6	107,1
(-) Receita Diferida	2,2	155,1	151,3	151,8	152,4	152,9
(-) Outras Contas a Pagar	(11,4)	1.739,0	1.433,9	1.600,2	1.663,9	1.750,4
(-) Passivos Circulantes Operacionais	871,8	15.727,5	13.659,0	13.073,0	13.119,9	14.855,7
(=) Capital de Giro Ajustado	(737,2)	(3.925,0)	(1.969,4)	(1.854,3)	(1.741,3)	(3.187,8)
% da Receita Bruta dos Últimos 12 Meses	-1,4%	-8,1%	-4,1%	-3,9%	-3,7%	-6,7%

Em dez/25, a necessidade de capital de giro ajustada ficou negativa em R\$3,9 bilhões. No 4T25, a variação no capital de giro foi de R\$2,0 bilhões, contribuindo significativamente para a geração de caixa operacional. Vale destacar a redução estratégica nos níveis de estoque de R\$290,8 milhões no trimestre e R\$429,8 milhões no comparativo anual. Essa otimização refletiu diretamente na eficiência operacional, com o giro de estoques atingindo 80 dias no 4T25, uma melhora expressiva frente aos 91 dias registrados no 4T24.

| Investimentos

R\$ milhões	4T25	%	4T24	%	Var(%)	12M25	%	12M24	%	Var(%)
Lojas Físicas	34,0	14%	42,3	17%	-20%	109,1	12%	86,0	12%	27%
Tecnologia	173,7	71%	153,3	61%	13%	656,7	74%	538,3	74%	22%
Logística	20,0	8%	37,0	15%	-46%	60,0	7%	61,1	8%	-2%
Outros	16,6	7%	17,7	7%	-6%	65,9	7%	44,2	6%	49%
Total	244,4	100%	250,3	100%	-2%	891,6	100%	729,5	100%	22%

No 4T25, os investimentos somaram R\$244,4 milhões, com destaque para os investimentos em tecnologia, que representaram 71% do investimento total e a inauguração da Galeria Magalu neste trimestre.

4T25

| Estrutura de Capital

R\$ milhões	Dif 12UM	dez-25	set-25	jun-25	mar-25	dez-24
(-) Empréstimos e Financiamentos Circulante	403,8	(998,4)	(1.144,2)	(1.403,6)	(1.465,4)	(1.402,2)
(-) Empréstimos e Financiamentos não Circulante	(766,2)	(3.946,2)	(4.803,7)	(4.803,9)	(3.125,0)	(3.180,0)
(=) Endividamento Bruto	(362,4)	(4.944,5)	(5.947,9)	(6.207,5)	(4.590,4)	(4.582,2)
(+) Caixa e Equivalentes de Caixa	(251,4)	1.575,8	1.424,5	1.969,9	1.532,2	1.827,2
(+) Títulos e Valores Mobiliários Circulante	122,0	459,9	155,4	143,7	201,3	337,9
(+) Caixa e Aplicações Financeiras	(129,3)	2.035,8	1.579,9	2.113,6	1.733,5	2.165,1
(=) Caixa Líquido	(491,7)	(2.908,8)	(4.368,0)	(4.093,9)	(2.856,9)	(2.417,1)
(+) Cartões de Crédito - Terceiros	(510,8)	3.618,1	3.707,0	4.021,4	3.157,8	4.128,9
(+) Cartão de Crédito - Luizacred	793,8	2.382,7	2.264,9	1.865,7	1.789,0	1.588,9
(+) Contas a Receber - Cartões de Crédito	283,0	6.000,8	5.971,9	5.887,1	4.946,8	5.717,8
(=) Caixa Líquido Ajustado	(208,7)	3.092,0	1.603,9	1.793,2	2.089,9	3.300,8
Endividamento de Curto Prazo / Total	-10%	20%	19%	23%	32%	31%
Endividamento de Longo Prazo / Total	10%	80%	81%	77%	68%	69%
EBITDA Ajustado (Últimos 12 Meses)	102,0	3.064,2	3.043,0	3.049,2	3.033,2	2.962,2
Caixa Líquido Ajustado / EBITDA Ajustado	-0,1 x	1,0 x	0,5 x	0,6 x	0,7 x	1,1 x
Caixa, Aplicações e Cartões de Crédito	153,6	8.036,6	7.551,9	8.000,7	6.680,3	7.882,9

A Companhia encerrou o trimestre com uma robusta posição de caixa total de R\$8,0 bilhões, considerando caixa e aplicações financeiras de R\$2,0 bilhões e recebíveis de cartão de crédito disponíveis de R\$6,0 bilhões.

Em out/25, o Magalu realizou a amortização da primeira parcela da 10ª emissão de debêntures no montante de R\$1 bilhão, incluindo os juros.

ANEXO I

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – RESULTADO CONSOLIDADO

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	4T25	AV	4T24	AV	Var(%)	12M25	AV	12M24	AV	Var(%)
Receita Bruta	13.845,1	124,1%	13.404,1	124,3%	3,3%	48.161,9	124,4%	47.277,0	124,3%	1,9%
Impostos e Cancelamentos	(2.692,0)	-24,1%	(2.616,8)	-24,3%	2,9%	(9.458,5)	-24,4%	(9.239,0)	-24,3%	2,4%
Receita Líquida	11.153,1	100,0%	10.787,3	100,0%	3,4%	38.703,4	100,0%	38.038,1	100,0%	1,7%
Custo Total	(8.106,7)	-72,7%	(7.543,3)	-69,9%	7,5%	(27.148,8)	-70,1%	(26.410,8)	-69,4%	2,8%
Lucro Bruto	3.046,4	27,3%	3.244,0	30,1%	-6,1%	11.554,6	29,9%	11.627,3	30,6%	-0,6%
Despesas com Vendas	(2.178,7)	-19,5%	(2.045,4)	-19,0%	6,5%	(7.375,9)	-19,1%	(7.131,6)	-18,7%	3,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(360,1)	-3,2%	(352,0)	-3,3%	2,3%	(1.392,3)	-3,6%	(1.373,7)	-3,6%	1,4%
Perda em Liquidação Duvidosa	(111,2)	-1,0%	(108,8)	-1,0%	2,2%	(455,8)	-1,2%	(452,7)	-1,2%	0,7%
Outras Receitas Operacionais, LÍQ.	551,6	4,9%	31,9	0,3%	1628,8%	745,6	1,9%	78,0	0,2%	855,8%
Equivalência Patrimonial	(0,3)	0,0%	72,7	0,7%	-	127,3	0,3%	148,5	0,4%	-14,3%
Total de Despesas Operacionais	(2.098,7)	-18,8%	(2.401,7)	-22,3%	-12,6%	(8.351,1)	-21,6%	(8.731,5)	-23,0%	-4,4%
EBITDA	947,8	8,5%	842,4	7,8%	12,5%	3.203,5	8,3%	2.895,7	7,6%	10,6%
Depreciação e Amortização	(323,2)	-2,9%	(327,6)	-3,0%	-1,3%	(1.284,8)	-3,3%	(1.333,3)	-3,5%	-3,6%
EBIT	624,6	5,6%	514,8	4,8%	21,3%	1.918,7	5,0%	1.562,4	4,1%	22,8%
Resultado Financeiro	(572,5)	-5,1%	(390,0)	-3,6%	46,8%	(2.044,2)	-5,3%	(1.475,0)	-3,9%	38,6%
Lucro Operacional	52,1	0,5%	124,8	1,2%	-58,2%	(125,5)	-0,3%	87,4	0,2%	-
IR / CS	79,5	0,7%	170,0	1,6%	-53,2%	330,1	0,9%	361,3	0,9%	-8,6%
Lucro Líquido	131,6	1,2%	294,8	2,7%	-55,4%	204,6	0,5%	448,7	1,2%	-54,4%
Cálculo do EBITDA										
Lucro Líquido	131,6	1,2%	294,8	2,7%	-55,4%	204,6	0,5%	448,7	1,2%	-54,4%
(+/-) IR / CS	(79,5)	-0,7%	(170,0)	-1,6%	-53,2%	(330,1)	-0,9%	(361,3)	-0,9%	-8,6%
(+/-) Resultado Financeiro	572,5	5,1%	390,0	3,6%	46,8%	2.044,2	5,3%	1.475,0	3,9%	38,6%
(+) Depreciação e amortização	323,2	2,9%	327,6	3,0%	-1,3%	1.284,8	3,3%	1.333,3	3,5%	-3,6%
EBITDA	947,8	8,5%	842,4	7,8%	12,5%	3.203,5	8,3%	2.895,7	7,6%	10,6%
Reconciliação do EBITDA pelas despesas não recorrentes										
EBITDA	947,8	8,5%	842,4	7,8%	12,5%	3.203,5	8,3%	2.895,7	7,6%	10,6%
Resultado Não Recorrente	(80,5)	-0,7%	3,8	0,0%	-	(139,3)	-0,4%	66,5	0,2%	-
EBITDA Ajustado	867,3	7,8%	846,2	7,8%	2,5%	3.064,2	7,9%	2.962,2	7,8%	3,4%
Lucro Líquido	131,6	1,2%	294,8	2,7%	-55,4%	204,6	0,5%	448,7	1,2%	-54,4%
Resultado Não Recorrente	(6,9)	0,0%	(155,6)	-1,4%	-95,5%	(45,8)	-0,1%	(172,1)	-0,5%	-73,4%
Lucro Líquido Ajustado	124,7	1,1%	139,2	1,3%	-10,5%	158,9	0,4%	276,7	0,7%	-42,6%

* O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012. O EBITDA consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado consiste no valor de EBITDA ajustado pelo resultado não recorrente. No caso do ajuste acima identificado este refere-se a créditos tributários, além de outras provisões e despesas não recorrentes. A Companhia entende que a divulgação do EBITDA Ajustado é necessária para que se entenda o real impacto na geração de caixa, excluindo-se eventos extraordinários. O EBITDA ajustado não é uma métrica de performance adotada pelo IFRS. A definição de EBITDA ajustado da Companhia pode não ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias.

ANEXO II – AJUSTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – RESULTADO CONSOLIDADO

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	4T25 Ajustado	AV	4T24 Ajustado	AV	Var(%)	12M25 Ajustado	AV	12M24 Ajustado	AV	Var(%)
Receita Bruta	13.845,1	124,1%	13.404,1	124,3%	3,3%	48.161,9	124,4%	47.277,0	124,3%	1,9%
Impostos e Cancelamentos	(2.692,0)	-24,1%	(2.616,8)	-24,3%	2,9%	(9.458,5)	-24,4%	(9.239,0)	-24,3%	2,4%
Receita Líquida	11.153,1	100,0%	10.787,3	100,0%	3,4%	38.703,4	100,0%	38.038,1	100,0%	1,7%
Custo Total	(7.807,6)	-70,0%	(7.543,3)	-69,9%	3,5%	(26.849,8)	-69,4%	(26.410,8)	-69,4%	1,7%
Lucro Bruto	3.345,5	30,0%	3.244,0	30,1%	3,1%	11.853,6	30,6%	11.627,3	30,6%	1,9%
Despesas com Vendas	(2.178,7)	-19,5%	(2.045,4)	-19,0%	6,5%	(7.375,9)	-19,1%	(7.131,6)	-18,7%	3,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(360,1)	-3,2%	(352,0)	-3,3%	2,3%	(1.392,3)	-3,6%	(1.373,7)	-3,6%	1,4%
Perda em Liquidação Duvidosa	(111,2)	-1,0%	(108,8)	-1,0%	2,2%	(429,3)	-1,1%	(452,7)	-1,2%	-5,2%
Outras Receitas Operacionais, Líq.	36,2	0,3%	35,7	0,3%	1,4%	144,9	0,4%	144,5	0,4%	0,3%
Equivalência Patrimonial	135,5	1,2%	72,7	0,7%	86,5%	263,1	0,7%	148,5	0,4%	77,2%
Total de Despesas Operacionais	(2.478,2)	-22,2%	(2.397,9)	-22,2%	3,4%	(8.789,5)	-22,7%	(8.665,0)	-22,8%	1,4%
EBITDA	867,3	7,8%	846,2	7,8%	2,5%	3.064,2	7,9%	2.962,2	7,8%	3,4%
Depreciação e Amortização	(323,2)	-2,9%	(327,6)	-3,0%	-1,3%	(1.284,8)	-3,3%	(1.293,1)	-3,4%	-0,6%
EBIT	544,1	4,9%	518,6	4,8%	4,9%	1.779,4	4,6%	1.669,2	4,4%	6,6%
Resultado Financeiro	(572,5)	-5,1%	(390,0)	-3,6%	46,8%	(2.044,2)	-5,3%	(1.534,5)	-4,0%	33,2%
Lucro Operacional	(28,4)	-0,3%	128,6	1,2%	-	(264,8)	-0,7%	134,6	0,4%	-
IR / CS	153,1	1,4%	10,7	0,1%	1335,2%	423,7	1,1%	142,1	0,4%	198,2%
Lucro Líquido	124,7	1,1%	139,2	1,3%	-10,5%	158,9	0,4%	276,7	0,7%	-42,6%

ANEXO III
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
ATIVO

ATIVO	dez/25	set/25	jun/25	mar/25	dez/24
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.575,8	1.424,5	1.969,9	1.532,2	1.827,2
Títulos e Valores Mobiliários	459,9	155,4	143,7	201,3	337,9
Contas a Receber - Cartão de Crédito	3.618,1	3.707,0	4.021,4	3.157,8	4.128,9
Contas a Receber - Outros	1.990,9	1.622,9	1.719,4	1.789,4	1.704,6
Estoques	7.181,3	7.472,1	7.040,0	7.190,7	7.611,1
Partes Relacionadas - Cartão Luiza	2.382,7	2.264,9	1.865,7	1.789,0	1.588,9
Partes Relacionadas - Outros	68,8	34,4	33,2	23,8	72,5
Tributos a Recuperar	1.926,1	1.931,6	1.837,1	1.822,3	1.856,5
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	160,2	150,8	132,5	119,6	97,8
Outros Ativos	475,2	477,8	456,5	432,9	325,4
Total do Ativo Circulante	19.839,1	19.241,5	19.219,4	18.058,9	19.550,8
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Contas a Receber	35,1	32,9	24,1	24,9	48,6
Tributos a Recuperar	1.450,6	1.592,3	1.632,9	1.703,8	1.870,7
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.664,8	3.525,1	3.421,8	3.308,6	3.285,8
Depósitos Judiciais	2.045,5	2.009,3	1.935,8	1.863,8	1.902,4
Outros Ativos	106,1	105,2	104,6	104,8	129,4
Investimentos em Controladas	1.099,4	1.099,4	1.065,1	1.013,6	971,9
Direito de Uso	3.219,8	3.212,5	3.190,4	3.198,4	3.235,4
Imobilizado	1.895,4	1.873,0	1.800,3	1.819,4	1.834,7
Intangível	4.555,4	4.530,8	4.519,0	4.480,8	4.482,3
Total do Ativo não Circulante	18.072,1	17.980,5	17.694,2	17.518,2	17.761,0
TOTAL DO ATIVO	37.911,2	37.222,0	36.913,6	35.577,1	37.311,9

ANEXO III
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
PASSIVO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	dez/25	set/25	jun/25	mar/25	dez/24
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	11.499,8	10.003,5	9.255,0	8.921,7	10.283,1
<i>Fornecedores</i>	8.143,4	7.122,8	6.906,9	6.000,0	7.182,9
<i>Fornecedores Convênio</i>	3.356,4	2.880,7	2.348,1	2.921,7	3.100,2
Repasse e outros depósitos	1.357,4	1.250,6	1.267,5	1.506,2	1.640,6
Empréstimos e Financiamentos	998,4	1.144,2	1.403,6	1.465,4	1.402,2
Salários, Férias e Encargos Sociais	501,9	535,2	477,3	569,6	558,6
Tributos a Recolher	364,1	233,0	251,0	265,5	363,0
Partes Relacionadas	110,1	51,5	70,1	40,6	107,1
Arrendamento Mercantil	453,9	443,1	433,0	440,2	452,7
Receita Diferida	155,1	151,3	151,8	152,4	152,9
Dividendos a Pagar	3,0	-	-	-	-
Outras Contas a Pagar	1.739,0	1.433,9	1.600,2	1.663,9	1.750,4
Total do Passivo Circulante	17.182,8	15.246,3	14.909,6	15.025,5	16.710,6
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	3.946,2	4.803,7	4.803,9	3.125,0	3.180,0
Tributos a Recolher	41,1	44,5	49,8	52,0	55,6
Arrendamento Mercantil	3.130,0	3.117,1	3.085,6	3.075,4	3.080,9
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	76,9	29,0	30,3	31,5	74,2
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	1.364,4	1.896,9	1.989,2	1.913,6	1.857,4
Receita Diferida	810,1	845,8	881,5	917,2	952,9
Outras Contas a Pagar	81,7	78,6	78,6	79,0	81,0
Total do Passivo não Circulante	9.450,3	10.815,6	10.919,0	9.193,7	9.282,0
TOTAL DO PASSIVO	26.633,1	26.061,9	25.828,5	24.219,2	25.992,6
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	14.002,5	13.602,5	13.602,5	13.602,5	13.602,5
Reserva de Capital	(2.815,1)	(2.816,1)	(2.791,5)	(2.644,6)	(2.556,7)
Ações em Tesouraria	(222,2)	(225,9)	(266,6)	(406,6)	(503,6)
Reserva Legal	138,5	137,4	137,4	137,4	137,4
Reserva de Retenção de Lucros	139,2	543,3	543,6	768,6	319,8
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(169,6)	(154,2)	(128,7)	(112,1)	(129,0)
Lucros (Prejuízos) Acumulados	204,6	73,0	(11,6)	12,8	448,7
Total do Patrimônio Líquido	11.278,0	11.160,1	11.085,1	11.357,9	11.319,3
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.911,2	37.222,0	36.913,6	35.577,1	37.311,9

ANEXO IV

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO GERENCIAL

FLUXOS DE CAIXA GERENCIAL (em R\$ milhões)	4T25	4T24	dez/25 12UM	dez/24 12UM
Lucro Líquido	131,6	294,8	204,6	448,7
Efeito de IR/CS Líquido de Pagamento	(84,4)	(178,1)	(356,6)	(406,1)
Depreciação e Amortização	323,2	327,6	1.284,8	1.333,3
Juros sobre Empréstimos e Arrendamento Mercantil Provisionados	281,5	229,3	1.163,2	949,5
Hedge de valor justo	14,2	-	14,2	-
Equivalência Patrimonial	0,3	(72,7)	(127,3)	(148,5)
Dividendos Recebidos	54,0	42,6	92,0	42,6
Provisão para Perdas de Estoques e Contas a Receber	471,0	231,7	966,3	748,1
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	(528,5)	32,3	(456,9)	321,5
Resultado na Venda de Ativos	9,0	(1,0)	11,5	(1,2)
Apropriação da Receita Diferida	(35,0)	(35,7)	(143,6)	(144,5)
Despesas com Plano de Ações e Opções	5,0	1,6	20,3	23,2
Lucro Líquido Ajustado	641,8	872,4	2.672,3	3.166,6
Contas a Receber Ajustado (sem Cartões de Terceiros)	(514,6)	(372,2)	(834,1)	(835,4)
Estoques	(19,8)	(319,9)	33,3	(333,8)
Tributos a Recuperar	137,9	334,7	92,9	181,9
Depósito judiciais	(36,2)	(36,5)	(143,2)	(167,8)
Outros Ativos Ajustado (sem Cartão Luiza)	(71,9)	(31,8)	(196,0)	(93,0)
Variação nos Ativos Operacionais	(504,7)	(425,7)	(1.047,1)	(1.248,1)
Fornecedores (Incluindo convênio)	1.496,3	1.158,8	1.216,7	959,0
Outras Contas a Pagar	561,5	466,9	(186,8)	175,1
Variação nos Passivos Operacionais	2.057,8	1.625,7	1.029,9	1.134,2
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2.194,9	2.072,5	2.655,1	3.052,6
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(244,4)	(250,3)	(891,6)	(729,5)
Investimento em Controlada	(54,3)	(43,0)	(109,2)	(561,1)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(298,6)	(293,3)	(1.000,8)	(1.290,6)
Captação de Empréstimos e Financiamentos	-	-	1.997,5	300,2
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(861,7)	(159,2)	(1.685,4)	(2.568,1)
Pagamento de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(348,7)	(163,8)	(783,6)	(1.132,7)
Pagamento de Arrendamento Mercantil	(112,5)	(127,0)	(460,6)	(502,1)
Pagamento de juros sobre Arrendamento Mercantil	(88,7)	(86,4)	(343,4)	(320,8)
Pagamento de Dividendos	-	-	(225,0)	-
Aumento de Capital Privado	-	-	-	1.250,0
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	(1.411,5)	(536,3)	(1.500,6)	(2.973,6)
Saldo Inicial de Caixa, Equiv. e TVM e Outros Ativos Financeiros	7.551,9	6.640,1	7.882,9	9.094,5
Saldo Final de Caixa, Equiv. e TVM e Outros Ativos Financeiros	8.036,6	7.882,9	8.036,6	7.882,9
Variação no Caixa, Equiv. e Títulos e Valores Mobiliários	484,7	1.242,8	153,6	(1.211,6)

Nota: A diferença entre a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração de Fluxo de Caixa Gerencial Ajustado refere-se basicamente a:

(i) tratamento dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM) como Equivalentes de Caixa.

(ii) tratamento do Recebíveis de Cartão de Crédito como Caixa.

(iii) tratamento de Fornecedores Convênio como Fornecedores

ANEXO V

RETORNO SOBRE CAPITAL INVESTIDO (ROIC) E INVESTIMENTO (ROE)

CAPITAL INVESTIDO (R\$MM)	dez-25	set-25	jun-25	mar-25	dez-24
(=) Capital de Giro	1.621,9	3.559,4	3.599,8	2.765,3	2.077,4
(+) Contas a receber	35,1	32,9	24,1	24,9	48,6
(+) IR e CS diferidos	3.664,8	3.525,1	3.421,8	3.308,6	3.285,8
(+) Impostos a recuperar	1.450,6	1.592,3	1.632,9	1.703,8	1.870,7
(+) Depósitos judiciais	2.045,5	2.009,3	1.935,8	1.863,8	1.902,4
(+) Outros ativos	106,1	105,2	104,6	104,8	129,4
(+) Invest. contr. em conjunto	1.099,4	1.099,4	1.065,1	1.013,6	971,9
(+) Direito de Uso	3.219,8	3.212,5	3.190,4	3.198,4	3.235,4
(+) Imobilizado	1.895,4	1.873,0	1.800,3	1.819,4	1.834,7
(+) Intangível	4.555,4	4.530,8	4.519,0	4.480,8	4.482,3
(+) Ativos não circulantes operacionais	18.072,1	17.980,5	17.694,2	17.518,2	17.761,0
(-) Provisão para contingências	1.364,4	1.896,9	1.989,2	1.913,6	1.857,4
(-) Arrendamento Mercantil	3.130,0	3.117,1	3.085,6	3.075,4	3.080,9
(-) Receita diferida	810,1	845,8	881,5	917,2	952,9
(-) Tributos a Recolher	41,1	44,5	49,8	52,0	55,6
(-) IR e CS diferidos	76,9	29,0	30,3	31,5	74,2
(-) Outras contas a pagar	81,7	78,6	78,6	79,0	81,0
(-) Passivos não circulantes operacionais	5.504,2	6.011,9	6.115,0	6.068,7	6.102,1
(=) Capital Fixo	12.567,9	11.968,7	11.579,2	11.449,5	11.659,0
(=) Capital Investido Total	14.189,8	15.528,1	15.179,0	14.214,8	13.736,3
(+) Dívida Líquida	2.908,8	4.368,0	4.093,9	2.856,9	2.417,1
(+) Dividendos a Pagar	3,0	-	-	-	-
(+) Patrimônio Líquido	11.278,0	11.160,1	11.085,1	11.357,9	11.319,3
(=) Financiamento Total	14.189,8	15.528,1	15.179,0	14.214,8	13.736,3

RECONCILIAÇÃO DAS DESPESAS FINANCEIRAS (R\$MM)	4T25	3T25	2T25	1T25	4T24
Receitas Financeiras	213,9	208,1	183,5	170,3	169,1
Despesas Financeiras	(786,4)	(696,2)	(679,1)	(658,4)	(559,1)
Despesas Financeiras Líquidas	(572,5)	(488,1)	(495,6)	(488,1)	(390,0)
Juros de Antecipação: Cartão Luiza e Cartão de Terceiros	328,8	216,5	250,1	315,6	236,2
Despesas Financeiras Ajustadas	(243,6)	(271,5)	(245,4)	(172,4)	(153,8)
Economia de IR/CS sobre Despesas Financeiras Ajustadas	82,8	92,3	83,4	58,6	52,3
Despesas Financeiras Ajustadas Líquidas de Impostos	(160,8)	(179,2)	(162,0)	(113,8)	(101,5)

RECONCILIAÇÃO DO NOPLAT E ROIC/ROE (R\$MM)	4T25	3T25	2T25	1T25	4T24
EBITDA	947,8	807,4	687,1	761,2	842,4
Juros de Antecipação: Cartão Luiza e Cartão de Terceiros	(328,8)	(216,5)	(250,1)	(315,6)	(236,2)
Depreciação	(323,2)	(320,2)	(318,3)	(323,1)	(327,6)
IR/CS correntes e diferidos	79,5	85,4	102,4	62,8	170,0
Economia de IR/CS sobre Despesas Financeiras Ajustadas	(82,8)	(92,3)	(83,4)	(58,6)	(52,3)
Lucro Líquido Operacional (NOPLAT)	292,4	263,8	137,6	126,6	396,3
Capital Investido	14.189,8	15.528,1	15.179,0	14.214,8	13.736,3
ROIC Anualizado	8%	7%	4%	4%	12%
Lucro Líquido	131,6	84,6	(24,4)	12,8	294,8
Patrimônio Líquido	11.278,0	11.160,1	11.085,1	11.357,9	11.319,3
ROE Anualizado	5%	3%	-1%	0%	10%

ANEXO VI

ABERTURA DAS VENDAS TOTAIS E NÚMERO DE LOJAS POR CANAL

Abertura Vendas Totais	4T25	A.V.(%)	4T24	A.V.(%)	Crescimento
					Total
Lojas Virtuais	356,2	2,0%	354,4	1,9%	0,5%
Lojas Convencionais	5.692,1	31,2%	5.212,2	28,3%	9,2%
Subtotal - Lojas Físicas	6.048,4	33,2%	5.566,6	30,2%	8,7%
E-commerce Tradicional (1P)	7.603,5	41,7%	7.680,6	41,7%	-1,0%
Marketplace (3P)	4.569,9	25,1%	5.172,7	28,1%	-11,7%
Subtotal - E-commerce Total	12.173,3	66,8%	12.853,3	69,8%	-5,3%
Vendas Totais	18.221,7	100,0%	18.419,9	100,0%	-1,1%

Abertura Vendas Totais	12M25	A.V.(%)	12M24	A.V.(%)	Crescimento
					Total
Lojas Virtuais	1.231,3	1,9%	1.199,0	1,8%	2,7%
Lojas Convencionais	19.113,8	29,6%	18.007,1	27,6%	6,1%
Subtotal - Lojas Físicas	20.345,1	31,5%	19.206,1	29,4%	5,9%
E-commerce Tradicional (1P)	27.158,1	42,0%	27.472,5	42,1%	-1,1%
Marketplace (3P)	17.162,3	26,5%	18.652,4	28,6%	-8,0%
Subtotal - E-commerce Total	44.320,4	68,5%	46.124,9	70,6%	-3,9%
Vendas Totais	64.665,5	100,0%	65.330,9	100,0%	-1,0%

⁽¹⁾ Vendas Totais incluem a receita bruta das lojas físicas e do e-commerce mais as vendas do marketplace.

Número de Lojas por Canal - Final do Período	dez/25	Part(%)	dez/24	Part(%)	Crescimento
					Total
Lojas Virtuais	230	18,5%	230	18,5%	-
Lojas Convencionais	1.016	81,5%	1.015	81,5%	1
Total	1.246	100,0%	1.245	100,0%	1

Área total de vendas (m²)	678.553	100,0%	686.976	100,0%	-1,2%
----------------------------------	----------------	---------------	----------------	---------------	--------------

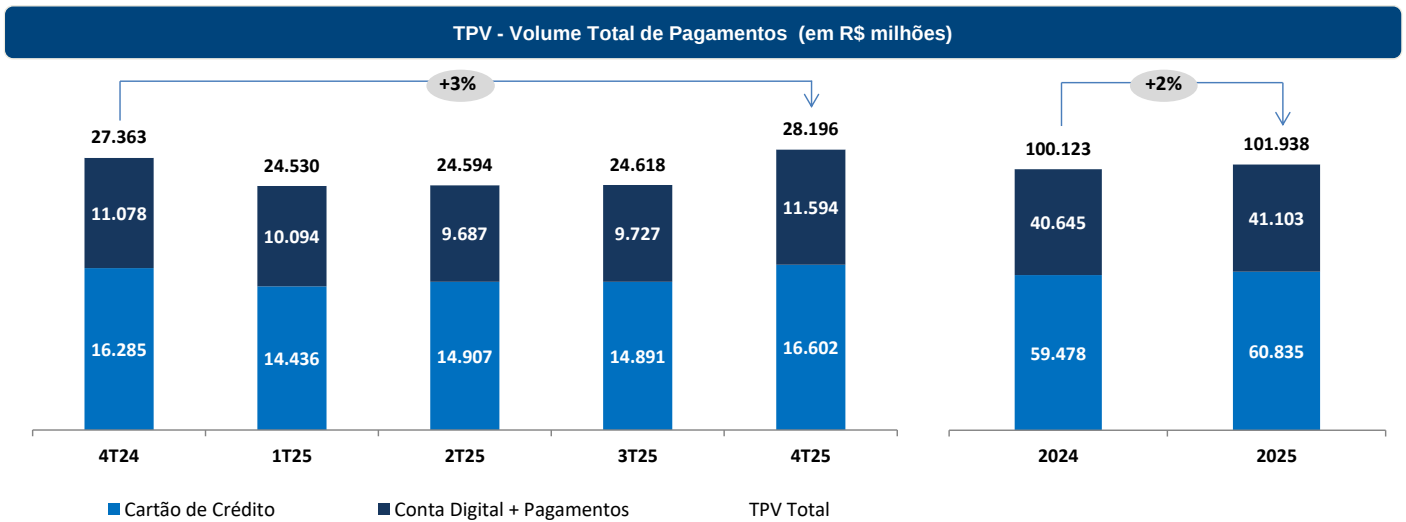
ANEXO VII
MAGALUPAY

As iniciativas do MagaluPay integram soluções financeiras para clientes e sellers. Entre os serviços oferecidos, estão subadquirência, conta digital, cartão de crédito, CDC (“Buy Now, Pay Later”), seguros e empréstimos para pessoas físicas e jurídicas.

O encerramento de 2025 consolidou o MagaluPay como um ecossistema financeiro maduro e estrategicamente integrado ao varejo. O exercício foi marcado por avanços estruturais, como a operacionalização da MagaluPay SCFI e a modernização da plataforma de dados, que impulsionaram a carteira de CDC para R\$1,8 bilhão (+15% em relação a dez/24). O Consórcio Magalu reafirmou sua trajetória de excelência com o recorde anual de R\$6,4 bilhões em vendas, enquanto a unidade de Seguros expandiu sua penetração em todos os canais. No quarto trimestre, esse desempenho foi coroado pelo salto de 60% no lucro líquido do Consórcio e pela ampliação da atuação do MagaluPay como processador de pagamentos em novos ambientes, ratificando a eficiência e a rentabilidade crescentes da nossa plataforma de serviços financeiros.

Indicadores Operacionais

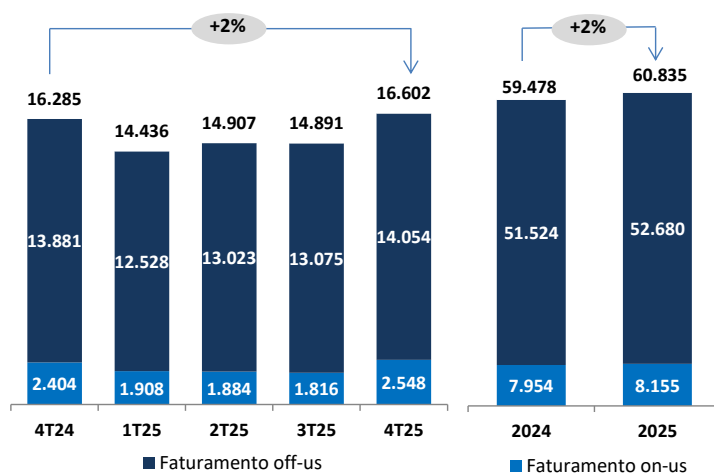
- O volume total de transações (TPV) foi de R\$28,2 bilhões no 4T25, um aumento de 3,0% em relação ao 4T24. Nos 12M25, o volume atingiu a marca de R\$101,9 bilhões, crescendo 1,8% em relação ao ano anterior.



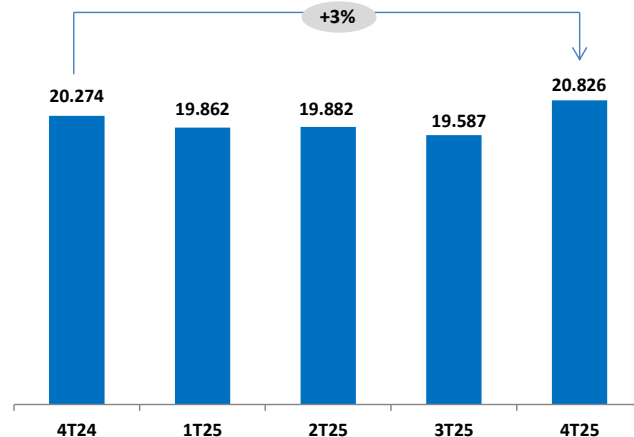
Cartão de Crédito

- O TPV de Cartão de Crédito foi de R\$16,6 bilhões no 4T25, crescendo 1,9% em relação ao 4T24. Nos 12M25, esse TPV alcançou R\$60,8 bilhões. As vendas dentro do Magalu para clientes do Cartão Luiza e do Cartão Magalu, reconhecidos pela fidelidade e maior frequência de compra, atingiram R\$2,5 bilhões no 4T25, crescendo 6,0%, e R\$8,2 bilhões em 2025. O faturamento nos cartões de crédito fora do Magalu cresceu 1,2% no 4T25, totalizando R\$14,1 bilhões no trimestre e R\$52,7 bilhões em 2025.
- A carteira de crédito totalizou R\$20,8 bilhões ao final do 4T25, um aumento de 2,7% em relação ao 4T24.

TPV Cartão de Crédito (em R\$ milhares)

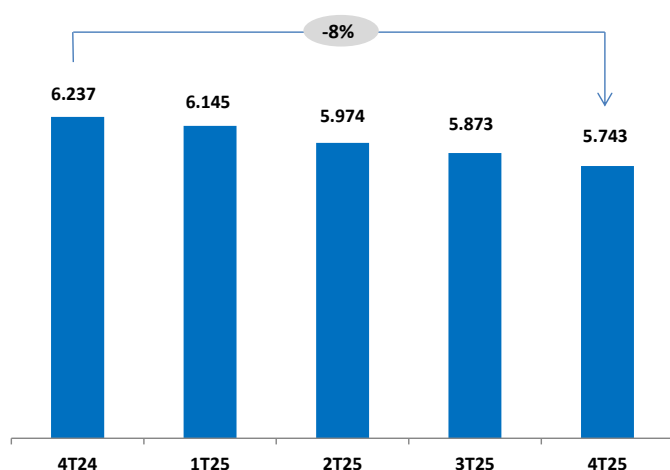


Evolução Carteira de Cartões de Crédito (em R\$ milhares)

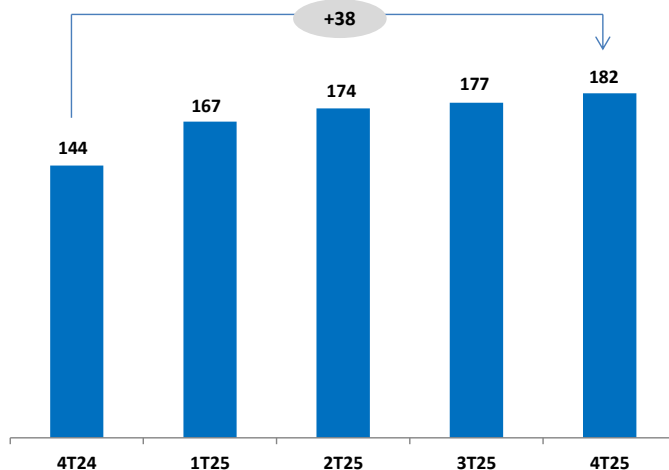


- Em dez/25, a base total de cartões de crédito foi de 5,7 milhões de cartões (-7,9% versus dez/24), incluindo o Cartão Luiza e o Cartão Magalu.

Evolução da Base de Cartões de Crédito (em quantidade, mil)



Evolução do Número de sellers com Conta Digital MagaluPay (em quantidade, mil)



Conta Digital e Pagamentos

- O volume total de transações processadas (TPV) na subadquirência, conta digital e empréstimos para sellers atingiu R\$11,6 bilhões no 4T25, com crescimento de 4,7% e alcançou R\$41,1 bilhões em 2025.
- A Conta Digital MagaluPay tem se consolidado como um hub financeiro para o ecossistema. O MagaluPay Empresas alcançou 182 mil contas de sellers, que agora contam com diversos serviços em um único lugar. A força dessa plataforma resultou em um TPV total de R\$1,5 bilhão no 4T25 para toda a Conta Digital MagaluPay.

ANEXO VIII

LUIZACRED

| Demonstração de Resultados da Luizacred em IFRS

R\$ milhões	4T25	AV	4T24	AV	Var(%)	12M25	AV	12M24	AV	Var(%)
Receitas da Intermediação Financeira	710,1	100,0%	618,1	100,0%	14,9%	2.573,0	100,0%	2.478,1	100,0%	3,8%
Despesas da Intermediação Financeira	(607,2)	-85,5%	(563,2)	-91,1%	7,8%	(2.419,1)	-94,0%	(2.509,8)	-101,3%	-3,6%
Operações de Captação no Mercado	(103,9)	-14,6%	(110,0)	-17,8%	-5,5%	(434,7)	-16,9%	(502,1)	-20,3%	-13,4%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ¹	(503,3)	-70,9%	(453,2)	-73,3%	11,0%	(1.984,4)	-77,1%	(2.007,6)	-81,0%	-1,2%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	103,0	14,5%	54,9	8,9%	87,5%	153,9	6,0%	(31,6)	-1,3%	-
Receitas de Prestação de Serviços	421,7	59,4%	421,3	68,2%	0,1%	1.639,6	63,7%	1.631,0	65,8%	0,5%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(300,3)	-42,3%	(296,2)	-47,9%	1,4%	(1.194,0)	-46,4%	(1.174,6)	-47,4%	1,7%
Despesas de Pessoal	(7,7)	-1,1%	(9,5)	-1,5%	-19,7%	(24,3)	-0,9%	(18,2)	-0,7%	33,2%
Outras Despesas Administrativas	(203,7)	-28,7%	(193,8)	-31,3%	5,1%	(814,2)	-31,6%	(792,0)	-32,0%	2,8%
Depreciação e Amortização	(2,9)	-0,4%	(2,9)	-0,5%	0,3%	(11,6)	-0,4%	(11,8)	-0,5%	-2,1%
Despesas Tributárias	(57,5)	-8,1%	(57,8)	-9,3%	-0,4%	(226,7)	-8,8%	(223,7)	-9,0%	1,3%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(28,4)	-4,0%	(32,2)	-5,2%	-11,7%	(117,3)	-4,6%	(128,9)	-5,2%	-9,0%
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	224,4	31,6%	180,0	29,1%	24,7%	599,5	23,3%	424,8	17,1%	41,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social ²	46,2	6,5%	(35,1)	-5,7%	-	(75,1)	-2,9%	(129,7)	-5,2%	-42,1%
Lucro Líquido	270,6	38,1%	144,9	23,4%	86,8%	524,4	20,4%	295,1	11,9%	77,7%

¹ Inclui o lançamento de R\$452,8 milhões não recorrentes devido à baixa da expectativa de recebimento da carteira vencida acima de 360 dias, alinhando o resultado em IFRS ao BR GAAP.

² Foi registrado impacto positivo de R\$92,6 milhões, decorrente da reavaliação dos créditos tributários, em função da majoração da alíquota da CSLL, refletindo o maior benefício fiscal futuro esperado.

| Demonstração de Resultados da Luizacred pelas normas contábeis estabelecidas pelo Banco Central

R\$ milhões	4T25	AV	4T24	AV	Var(%)	12M25	AV	12M24	AV	Var(%)
Receitas da Intermediação Financeira	710,1	100,0%	618,2	100,0%	14,9%	2.573,0	100,0%	2.478,4	100,0%	3,8%
Despesas da Intermediação Financeira	(582,0)	-81,9%	(537,1)	-86,9%	8,4%	(2.446,0)	-95,1%	(2.516,4)	-101,5%	-2,8%
Operações de Captação no Mercado	(103,9)	-14,6%	(110,0)	-17,8%	-5,5%	(434,7)	-16,9%	(502,1)	-20,3%	-13,4%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(478,1)	-67,3%	(427,1)	-69,1%	11,9%	(2.011,3)	-78,2%	(2.014,2)	-81,3%	-0,1%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	128,2	18,1%	81,1	13,1%	58,0%	127,0	4,9%	(37,9)	-1,5%	-
Receitas de Prestação de Serviços	421,7	59,4%	421,3	68,1%	0,1%	1.639,6	63,7%	1.631,0	65,8%	0,5%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(300,3)	-42,3%	(296,2)	-47,9%	1,4%	(1.194,0)	-46,4%	(1.174,6)	-47,4%	1,7%
Despesas de Pessoal	(7,7)	-1,1%	(9,5)	-1,5%	-19,7%	(24,3)	-0,9%	(18,2)	-0,7%	33,2%
Outras Despesas Administrativas	(203,7)	-28,7%	(193,8)	-31,3%	5,1%	(814,2)	-31,6%	(792,0)	-32,0%	2,8%
Depreciação e Amortização	(2,9)	-0,4%	(2,9)	-0,5%	0,3%	(11,6)	-0,4%	(11,8)	-0,5%	-2,1%
Despesas Tributárias	(57,5)	-8,1%	(57,8)	-9,3%	-0,4%	(226,7)	-8,8%	(223,7)	-9,0%	1,3%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(28,4)	-4,0%	(32,2)	-5,2%	-11,7%	(117,3)	-4,6%	(128,9)	-5,2%	-9,0%
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	249,6	35,1%	206,2	33,4%	21,1%	572,6	22,3%	418,5	16,9%	36,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	41,1	5,8%	(45,6)	-7,4%	-	(59,5)	-2,3%	(127,2)	-5,1%	-53,2%
Lucro Líquido	290,7	40,9%	160,6	26,0%	81,0%	513,2	19,9%	291,3	11,8%	76,2%

| Receitas da Intermediação Financeira

No 4T25, as receitas da intermediação financeira atingiram R\$710,1 milhões, um aumento de 14,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, em função do crescimento da receita de juros, principalmente por uma maior antecipação de recebíveis.

| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PDD)

A carteira vencida de 15 a 90 dias (NPL 15) representou apenas 2,4% da carteira total em dez/25, uma melhora de 0,3 p.p. em relação a dez/24 e de 0,2 p.p. em relação a set/25. A carteira vencida acima de 90 dias (NPL 90) foi de 7,5% em dez/25, uma melhora de 0,6 p.p. em relação a dez/24 e de 0,5 p.p. em relação a set/25.

A política de crédito assertiva da Luizacred, somada aos eficientes esforços de cobrança realizados pelos canais digitais, lojas e centrais, tem sido fundamental para a evolução positiva dos indicadores de carteira. O resultado direto desses esforços é a redução contínua da inadimplência nas safras mais recentes. A carteira vencida total diminuiu 5,4% em relação a dez/24, passando de R\$2.188,2 milhões em dez/24 para R\$2.070,0 milhões em dez/25.

As despesas de PDD, líquidas de recuperação, representaram 2,4% da carteira total no 4T25. Seguimos com uma tendência positiva nos indicadores de inadimplência nos últimos meses, sinalizando a contribuição favorável das novas safras para o resultado da Luizacred. O índice de cobertura da carteira vencida foi de 156% em dez/25.

CARTEIRA - VISÃO ATRASO	dez-25		set-25		jun-25		mar-25		dez-24	
000 a 014 dias	18.756	90,1%	17.514	89,4%	17.667	88,9%	17.666	88,9%	18.086	89,2%
015 a 030 dias	135	0,6%	132	0,7%	129	0,6%	152	0,8%	138	0,7%
031 a 060 dias	175	0,8%	175	0,9%	179	0,9%	216	1,1%	186	0,9%
061 a 090 dias	195	0,9%	200	1,0%	232	1,2%	225	1,1%	229	1,1%
091 a 120 dias	238	1,1%	251	1,3%	250	1,3%	244	1,2%	238	1,2%
121 a 150 dias	204	1,0%	201	1,0%	262	1,3%	233	1,2%	194	1,0%
151 a 180 dias	186	0,9%	211	1,1%	207	1,0%	178	0,9%	178	0,9%
180 a 360 dias	937	4,5%	903	4,6%	957	4,8%	947	4,8%	1.025	5,1%
Carteira de Crédito (R\$ milhões)	20.826	100,0%	19.588	100,0%	19.882	100,0%	19.862	100,0%	20.274	100,0%
Expectativa de Recebimento de Carteira Vencida acima 360 dias	-		474		454		464		453	
Carteira Total em IFRS 9 (R\$ milhões)	20.826		20.062		20.336		20.326		20.727	
Atraso de 15 a 90 Dias	505	2,4%	507	2,6%	540	2,7%	593	3,0%	553	2,7%
Atraso Maior 90 Dias	1.565	7,5%	1.566	8,0%	1.675	8,4%	1.602	8,1%	1.635	8,1%
Atraso Total	2.070	9,9%	2.073	10,6%	2.215	11,1%	2.196	11,1%	2.188	10,8%
PDD Total em IFRS 9	2.448	11,8%	2.476	12,6%	2.613	13,1%	2.592	13,1%	2.592	12,8%
Índice de Cobertura Total	156%		158%		156%		162%		159%	

Nota: para melhor comparabilidade e análise de desempenho dos créditos (NPL), a Companhia passou a divulgar a abertura da carteira pelo critério de atraso, enquanto que no Banco Central a Companhia continua divulgando a abertura da carteira na visão por faixa de risco.

4T25**| Resultado Bruto da Intermediação Financeira**

O resultado bruto da intermediação financeira passou de R\$54,9 milhões no 4T24 para R\$103,0 milhões no 4T25. A melhora estrutural deste indicador é atribuída à redução da inadimplência e à redução do custo de *funding*, impulsionada pelo aumento de capital realizado no período anterior. Nos 12M25, o resultado bruto foi de R\$153,9 milhões.

| Receita de Serviços e Outras Despesas/Receitas Operacionais

As receitas de serviços cresceram 0,1% no 4T25, alcançando R\$421,7 milhões, em função principalmente do crescimento do faturamento. No mesmo período, as despesas operacionais representaram R\$300,3 milhões. Nos 12M25, as receitas de serviço foram de R\$1,6 bilhão, crescendo 0,5% no período, comparadas as despesas operacionais, que somaram R\$1,2 bilhão em 2025.

| Lucro Líquido

A Luizacred apresentou lucro líquido ajustado de R\$270,6 milhões, em IFRS, no 4T25 e de R\$524,4 milhões em 2025. De acordo com as práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central, o lucro líquido foi de R\$290,7 milhões no 4T25 e de R\$513,2 milhões em 2025.

| Patrimônio Líquido

Em IFRS, o patrimônio líquido da Luizacred foi de R\$2,2 bilhões em dez/25. Pelas novas práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central, o patrimônio líquido da Luizacred foi de R\$2,1 bilhões na mesma data.

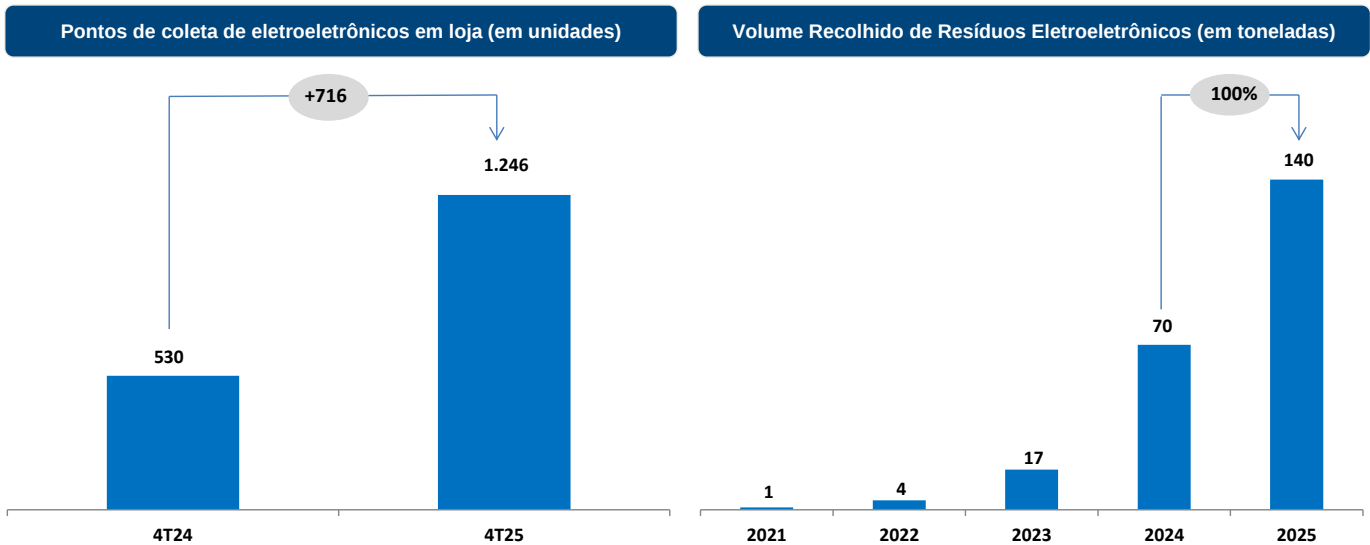
Com esse resultado, a Luizacred encerrou 2025 com um Índice de Basileia de 14,2%.

ANEXO IX
DESTAQUES SOCIOAMBIENTAIS

Ao longo de 2025, o Magalu registrou avanços na logística reversa de eletroeletrônicos, no uso de embalagens e na gestão do consumo de energia. Essas e outras iniciativas garantiram a permanência da companhia na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, reafirmando nosso compromisso com a gestão responsável de temas socioambientais.

| Logística reversa

Concluimos a implementação do nosso [programa de logística reversa de eletroeletrônicos](#), com coletores desse tipo de resíduo instalados em todas as lojas Magalu. Impulsionado por campanhas de incentivo para os colaboradores das lojas, pela comunicação ativa com clientes e, principalmente, pelo engajamento da comunidade escolar no Mutirão do Eletrônico, o programa recolheu e destinou à reciclagem 140 toneladas de eletroeletrônicos sem uso, o maior volume em cinco anos.



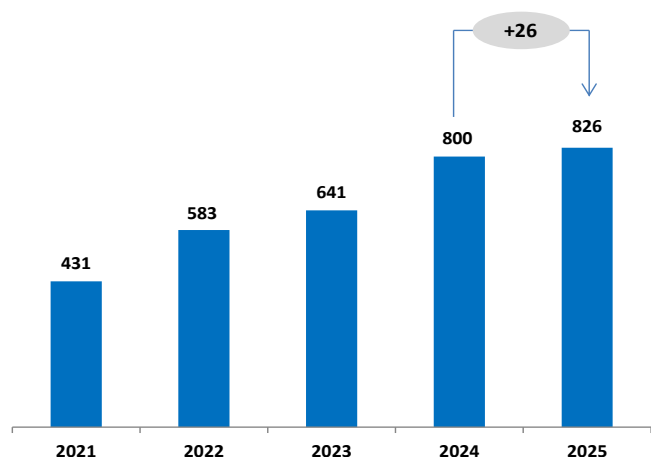
| Embalagens

Visando reduzir o consumo de plásticos de uso único nas operações logísticas, o Magalu avançou na troca do preenchimento das caixas de pedidos, substituindo bolsas de ar e plástico-bolha por insumos de papel. A mudança, que começou em 2024, já foi implementada em 16 CDs do Magalu – 15 deles só em 2025 – e evitou a utilização de 20 toneladas de insumos plásticos. Também ampliamos a adoção de unitizadores reutilizáveis nas movimentações de cargas entre CDs para reduzir o uso de *stretch film*, um tipo de plástico flexível. A iniciativa reduziu o consumo desse material em 140 toneladas no ano passado.

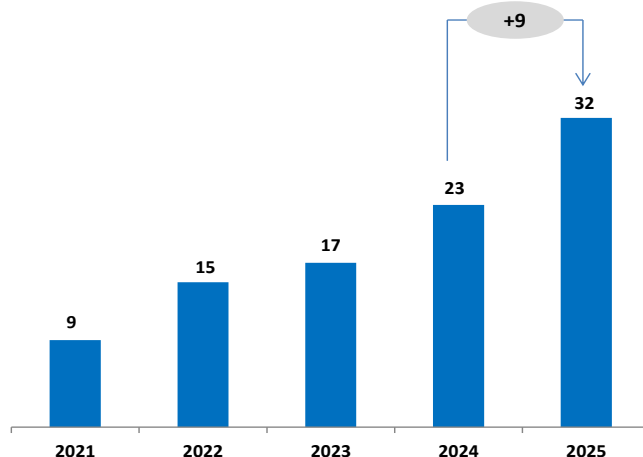
| Energia limpa

Incorporamos novas usinas fotovoltaicas à nossa rede de geração distribuída de energia, duas delas dedicadas ao Magalu e outras sete compartilhadas, que passaram a operar em seis estados (AL, PI, RJ, MG, SP, SC) e no Distrito Federal. Encerramos o ano operando com 32 usinas que, juntas, abastecem 826 das 1.246 filiais. Também adquirimos energia do ambiente de contratação livre para outras 174 filiais em 2025. Para as unidades que ainda não são abastecidas por projetos de geração, o consumo foi coberto por certificados de energia eólica, totalizando 100% de energia limpa no abastecimento de eletricidade do Magalu. Em paralelo, iniciativas de conscientização geraram uma redução de 7% no consumo.

Filiais abastecidas por energia solar



Número de usinas na rede



| Emissões

Na frente de transportes, a movimentação de cargas por via marítima segue avançando. O número de viagens realizadas por cabotagem entre 2024 e 2025 mais que dobrou – de 135 para 286. A adoção desse modal evitou a circulação equivalente a 225 carretas em 2025 e reduziu as emissões de gases do efeito estufa (GEE) associadas a esses deslocamentos. No modal rodoviário, a otimização das rotas viabilizou um aumento de 19,7% na taxa média de ocupação de veículos pesados, tanto em abastecimento quanto em transferências, evitando mais de 16 mil viagens. Criamos, ainda, o Comitê Climático do Magalu. Liderado pela diretoria de sustentabilidade e composto por equipes multidisciplinares, o fórum se dedica a desenvolver e implementar soluções de baixo carbono em sistemas de refrigeração, transportes e resíduos.

| Gestão socioambiental integrada

Após captação com a IFC e o BID Invest, o Magalu avançou no cumprimento das contrapartidas atreladas a esses recursos. Em 2025, iniciamos a estruturação de um sistema de gestão ambiental e social, que integra aspectos de sustentabilidade ao fluxo de operações da companhia, sobretudo dos Centros de Distribuição. Para isso, construímos um modelo de governança e redesenhamos os processos de identificação e mitigação de riscos socioambientais. Também aprimoramos o monitoramento dos requisitos legais associados às operações, e criamos um programa de engajamento de partes interessadas. Essas diretrizes entraram em fase de implementação em 2026.

| Combate à violência contra a mulher

Usamos as redes sociais da Lu, o app e as lojas para engajar nossos públicos no combate à violência contra a mulher, dando visibilidade aos canais públicos de atendimento e aos instrumentos jurídicos de proteção disponíveis, como o Ligue 180 e a Lei Maria da Penha. Em agosto, o [violentômetro](#), gráfico que nomeia os tipos de violência em uma escala que vai do abuso psicológico ao feminicídio, passou a estar, em caráter permanente, tanto no app do Magalu quanto em banners físicos nas lojas. No app, o violentômetro está atrelado a um botão de ajuda, que conecta vítimas a uma rede gratuita de apoio psicológico e jurídico. De 2020 para cá, o botão encaminhou mais de 800 casos para acolhimento. Internamente, nosso Canal da Mulher registrou 147 atendimentos a funcionárias em 2025, e mais de 12 mil colaboradores foram treinados para identificar, apoiar e acolher vítimas de violência de gênero.

| Diversidade e Inclusão

Em 2025, o Magalu alcançou a 4ª posição do ranking geral do Great Place to Work (GPTW), de melhores empresas para trabalhar no Brasil, e a 2ª do ranking GPTW Mulher, que reconhece práticas corporativas em prol da equidade de gênero. Internamente, o MOVE+, nosso programa de desenvolvimento de carreira para mulheres, pessoas com deficiência e pessoas negras, formou 150 pessoas no último ano.

Também criamos uma trilha específica de onboarding sobre Diversidade e Inclusão para lideranças, e 44 líderes foram capacitados no tema. Considerando o quadro total de colaboradores, mais de 20 mil pessoas concluíram os treinamentos de D&I. Também fortalecemos nossos Grupos de Afinidade – Diversifica (LGBT+), Quilombo (Raça), Para Todos (Pessoas com Deficiência) e Vozes (Gênero) –, que promoveram 73 reuniões ao longo do ano, oito delas com foco na interseccionalidade entre eles.

TELECONFERÊNCIA DE RESULTADOS

Teleconferência em Português com tradução simultânea para o inglês

13 de março de 2026 (sexta-feira)

09h00 – Horário de Brasília

08h00 – Horário Estados Unidos (EST)

Acesso Teleconferência

Relações com Investidores

Roberto Bellissimo
Diretor Financeiro e RI

Vanessa Rossini
Diretora Adjunta RI

Lucas Ozorio
Gerente RI

Saulo Melo
Analista RI

Tel.: +55 11 3504-2727

ri@magazineluiza.com.br

Sobre o Magazine Luiza

Magazine Luiza, ou Magalu, é uma empresa de tecnologia e logística voltada para o varejo. A partir de um varejista tradicional do interior de São Paulo com foco em bens duráveis para a classe média brasileira, a Companhia transformou-se em uma empresa de tecnologia, fornecendo uma ampla gama de produtos e serviços para brasileiros de todas as classes. O Magalu possui uma forte presença geográfica, com vinte e um centros de distribuição estrategicamente localizados que atendem uma rede de mais de 1.246 lojas distribuídas em 20 estados. No centro do sucesso do Magalu está uma plataforma de varejo multicanal, capaz de alcançar clientes através de aplicativos, site e lojas físicas. Uma grande parte do sucesso da empresa também se deve à sua equipe interna de desenvolvimento, o Luizalabs, que é composto por mais de 2.200 desenvolvedores e especialistas. Entre outras coisas, o Luizalabs utiliza tecnologias como big data e machine learning para criar aplicativos para as diversas áreas da Companhia, como atendimento, logística, financeiro e gestão de estoque, com o objetivo de eliminar qualquer fricção no processo do varejo, melhorando a rentabilidade, os prazos de entrega e a experiência do cliente. A empresa tem estado na vanguarda da adoção do e-commerce na América Latina e a operação online, incluindo o marketplace, representa 67% das vendas totais. O Magalu também possui um modelo logístico único e inovador. As operações logísticas online e offline são 100% integradas, e permitem que a Companhia aproveite sua presença física para reduzir radicalmente os custos e os prazos de entrega no Brasil.

EBITDA, EBITDA Ajustado e Lucro Líquido Ajustado

O EBITDA (lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social, receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização) não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por não considerar despesas intrínsecas ao negócio, o EBITDA apresenta limitações que afetam seu uso como indicador de rentabilidade ou liquidez. O EBITDA não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido ou fluxo de caixa operacional. Além disso, o EBITDA não possui significado padrão, e nossa definição pode não ser comparável com a definição adotada por outras Companhias. Os resultados extraordinários considerados para efeito de cálculo do EBITDA Ajustado e do Lucro Líquido Ajustado também não devem ser considerados como alternativa ao EBITDA e ao lucro líquido, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Aviso Legal

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento do Magazine Luiza são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, das aprovações e licenças necessárias para homologação dos projetos, condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio. O presente relatório de desempenho inclui dados contábeis e não contábeis tais como, operacionais, financeiros pro forma e projeções com base na expectativa da Administração da Companhia. Os dados não contábeis não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes da Companhia.

2025: EBITDA alcançou R\$3,1 bilhões, acompanhado por um lucro líquido de R\$159 milhões. Geração de caixa operacional de R\$2,7 bilhões no ano. Posição de caixa total de R\$8,0 bilhões



Vendas com foco em rentabilidade. Em 2025, as vendas totais, incluindo lojas físicas, e-commerce com estoque próprio (1P) e marketplace (3P) totalizaram R\$64,7 bilhões. Esse valor representa um crescimento de 5,9% nas lojas físicas (6,3% no conceito mesmas lojas), com forte ganho de marketshare e uma redução de 3,9% no e-commerce total em relação ao mesmo período do ano anterior.



Vendas do e-commerce. Em 2025, as vendas do e-commerce totalizaram R\$44,3 bilhões, com destaque para a venda de R\$27,2 bilhões provenientes do estoque próprio (1P). No marketplace as vendas foram de R\$17,2 bilhões. Vale ressaltar a evolução da participação do fulfillment, que atingiu 29% ao longo do último trimestre do ano, um aumento de 4 p.p. comparado ao 4T24.



Margem bruta. Em 2025, a margem bruta ajustada foi de 30,6%, em linha com a margem do mesmo período do ano anterior. Vale destacar o aumento da margem bruta de mercadorias, que reflete o foco da Companhia na expansão da rentabilidade.



Despesas operacionais. O percentual das despesas operacionais ajustadas em relação à receita líquida foi de 23,4% em 2025.



EBITDA e lucro líquido. No ano, o EBITDA ajustado atingiu R\$3,1 bilhões, com uma margem de 7,9%. O forte crescimento das lojas físicas, a expansão da margem bruta de mercadorias, e o excelente desempenho da Luizacred contribuíram para esse resultado. O lucro líquido ajustado do ano foi de R\$158,9 milhões. Considerando os resultados não recorrentes, o lucro líquido foi de R\$204,6 milhões no ano.



Forte geração de caixa operacional e sólida estrutura de capital. No ano, a geração de caixa operacional foi de R\$2,7 bilhões. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelo resultado operacional e pela melhora no capital de giro. O Magalu encerrou o 4T25 com uma posição de caixa líquido ajustado de R\$3,1 bilhões, e uma posição de caixa total de R\$8,0 bilhões.



Magalupay. O volume total de transações processadas (TPV) atingiu R\$101,9 bilhões em 2025. Em dez/25, a base de cartões de crédito foi de 5,7 milhões de cartões. Em 2025, o faturamento de cartão de crédito foi de R\$60,8 bilhões. A carteira de cartão de crédito foi de R\$20,8 bilhões ao final do trimestre, com redução de 0,3p.p. no atraso de 15 a 30 dias e de 0,6p.p. no atraso superior a 90 dias em relação a dez/24. O lucro líquido ajustado da Luizacred atingiu R\$525,0 milhões em 2025.

A construção do ecossistema...

A história do Magalu é construída em ciclos. E o ano de 2025 marca uma nova transição na nossa trajetória. Concluímos a fase de construção do nosso ecossistema – um movimento iniciado há cinco anos para diversificar nossas receitas e nos proteger das volatilidades macroeconômicas.

O Ciclo do Ecossistema (2021-2025) representou a consolidação do Magalu como um conglomerado de empresas, marcando a transição estratégica de praticamente um único CNPJ de varejo multicanal especializado em bens duráveis para uma estrutura de múltiplos CNPJs interdependentes e com muita sinergia entre si. A aquisição e o desenvolvimento de verticais como KaBuM!, Netshoes, Época Cosméticos, Estante Virtual, aiqfome, Magalog, Magalu Cloud e MagaluPay tiveram um objetivo primordial: diversificar as fontes de receita e construir uma base de resultados robusta, capaz de operar com maior autonomia frente às oscilações macroeconômicas do país.

A diversificação por meio de plataformas dedicadas foi crucial para elevar a margem e a resiliência do grupo. A aquisição do KaBuM!, por exemplo, trouxe o nicho de tecnologia e games, enquanto Netshoes cobriu o segmento de esportes e Época Cosméticos fortaleceu a categoria de beleza, todas com tíquetes médios e frequências de compra menos sensíveis a um cenário de crédito apertado. O MagaluPay, por sua vez, criou novos motores de receita baseados em serviços financeiros, alguns vinculados e outros desvinculados da venda, como cartões, CDC, consórcio, seguros, conta digital e subadquirência.

O sucesso do ecossistema se materializou também na conversão de centros de custo internos em unidades de negócio escaláveis e relevantes fontes de receita de clientes externos, com diversificação do nosso resultado. O Magalog, por exemplo, evoluiu para um braço logístico de alta performance, monetizando sua infraestrutura ao oferecer serviços de fulfillment e entrega rápida para milhares de sellers do marketplace e também para empresas externas ao ecossistema, gerando um fluxo de receita consistente. De modo complementar, a Magalu Cloud garantiu resiliência tecnológica e capacidade de inovação, ao permitir que a plataforma escalasse com custos mais baixos. E agora também conquistou clientes externos, atingindo 1.200 clientes e um ARR (Receita Recorrente Anual) crescente e complementar.

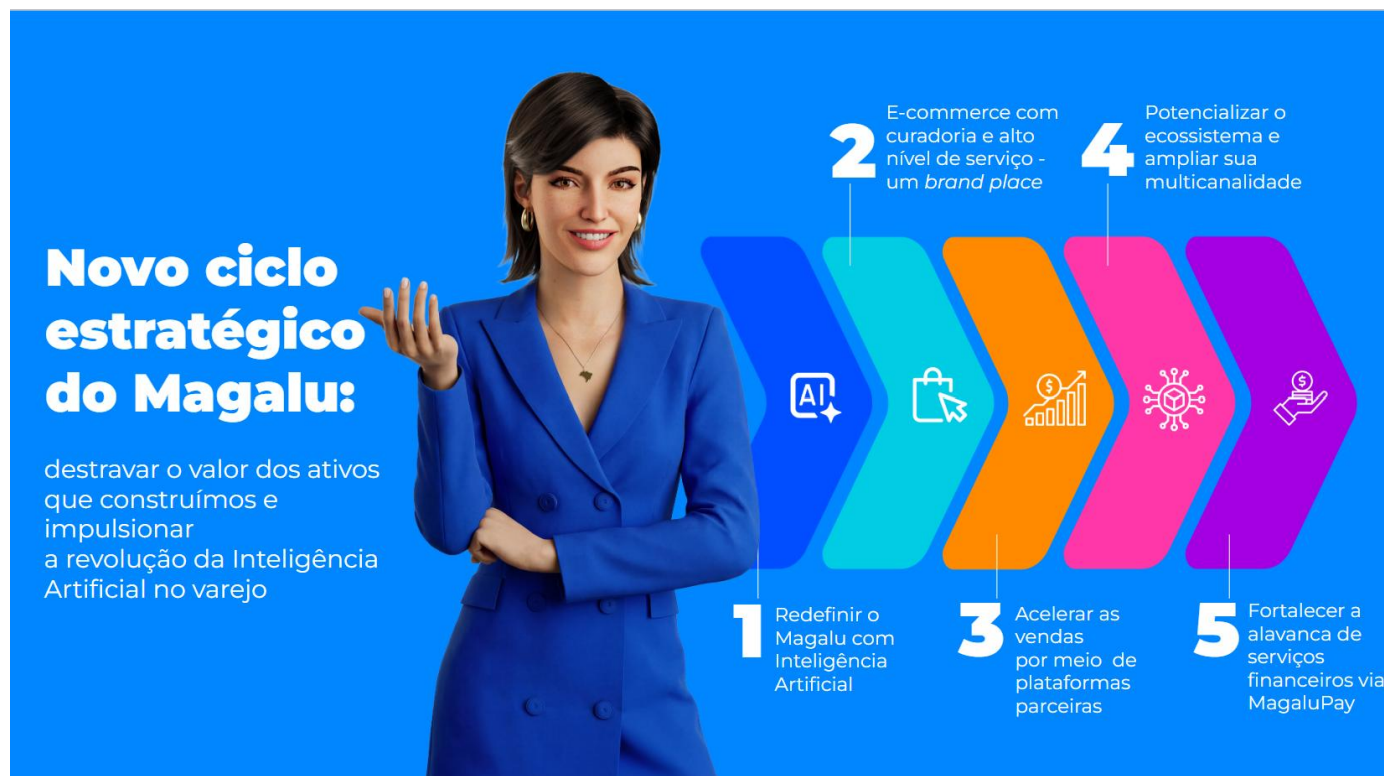
Essa estratégia intencional reduziu a dependência excessiva da composição do resultado do varejo de bens duráveis, que são historicamente mais afetados pelo aumento da Selic. Com isso, o grupo conquistou uma estrutura de resultados mais equilibrada e menos vulnerável à política monetária, validando a estratégia de sair do único CNPJ.

Nesse ciclo tivemos aprendizados importantes e que servirão de base para nosso novo ciclo estratégico: 1- temos vocação inequívoca para a venda de produtos de marca e de alto valor percebido (não confundir com produtos de ticket médio alto). 2- funcionamos melhor no modelo multicanal, com equilíbrio entre o e-commerce com estoque próprio (1P), o marketplace (3P) e as lojas físicas. 3- operamos melhor com um modelo de CNPJs e canais de venda autônomos, mas que estão sobre uma infraestrutura compartilhada.

... e o início de um novo ciclo

Estamos entrando em uma era em que a inteligência artificial deixa de ser apenas uma camada tecnológica e passa a redefinir a arquitetura competitiva do varejo. A GenAI já remodela o e-commerce ao transformar a forma como os consumidores descobrem, comparam e decidem. A próxima fronteira, o *Agentic AI*, aprofunda essa mudança ao permitir que agentes tomem decisões e executem ações com cada vez mais autonomia. No Brasil, essa inflexão já é mensurável: 58% dos consumidores usam ou já usaram GenAI e, entre eles, 57% utilizam essas ferramentas diariamente, sendo que 41% acessam múltiplas vezes ao dia. Mais do que experimentar tecnologia, as pessoas estão incorporando a inteligência artificial à rotina. O dado mais revelador está na intenção de compra: os consumidores afirmam que poderiam migrar, em média, mais de 60% de suas compras online para um assistente virtual, indicando abertura para uma experiência de consumo com menos fricção, menos cliques e mais conversa.

Nossa estratégia para os próximos anos é clara. Com base nos ativos que construímos, nos aprendizados do nosso último ciclo e na revolução da inteligência artificial, definimos os nossos próximos passos, sustentados em cinco pilares fundamentais:



1. Redefinir o Magalu com inteligência artificial: Escalar o *AI Commerce* como novo canal de crescimento e relacionamento com o cliente. O WhatsApp da Lu integrará todo o ecossistema — incluindo o sortimento do Magalu, Netshoes, KaBuM! e Época Cosméticos — em uma jornada de compra sem fricção, da busca e recomendação ao pagamento e pós-venda. Além disso, internamente, executaremos uma agenda de automação, redesenho e eliminação de processos.

2. E-commerce com curadoria e alto nível de serviço - um *brand place*: Vamos reforçar o posicionamento do nosso e-commerce como um destino de excelência para produtos de qualidade e com alto nível de serviço. O conceito de *brand place* significa oferecer um espaço qualificado onde as grandes marcas poderão posicionar seus produtos de forma estratégica e se aproximar ainda mais dos clientes finais. Vamos entregar um alto nível de serviço ao concentrar nossa oferta em produtos 1P — que historicamente já operam com métricas altíssimas de NPS e rapidez na entrega — e no marketplace (3P) com curadoria, priorizando *sellers* que utilizam o Magalu Entregas, especialmente no fulfillment, além de darmos escala ao nosso modelo de *sellers* assistidos. Essa estratégia será aplicada de forma transversal às marcas do ecossistema — Magalu em bens duráveis e outras categorias, Netshoes em esportes, KaBuM! em tecnologia e games, e Época em beleza e perfumaria.

3. Acelerar as vendas por meio de plataformas parceiras: Vamos acelerar a venda do nosso e-commerce com estoque próprio (1P) de bens duráveis por meio de parceiros (como, por exemplo, AliExpress), reforçando a nossa liderança nessas categorias e capturando tráfego adicional aos nossos canais de vendas próprios, de forma rentável. Com isso, vamos monetizar grandes vantagens estruturais do Magalu, como escala de compra, forte relacionamento com a indústria e capilaridade logística e multicanal.

4. Potencializar o ecossistema e ampliar sua multicanalidade: Vamos acelerar a venda cruzada entre as marcas do ecossistema. Temos hoje 33 milhões de clientes ativos e uma oportunidade de aumentar de forma significativa os clientes que compram em mais de uma plataforma de forma recorrente. Iremos expandir a multicanalidade em todas as empresas do grupo, especialmente no conceito Galeria Magalu — combinando a loja como um ponto de vendas, de experiência, tecnologia e também *retail media*. Nas nossas operações de serviços (Magalog, Magalu Cloud e Magalu Ads), a estratégia é ampliar a captação de clientes externos e aumentar as receitas, que serão somadas à já gigante escala do ecossistema Magalu, consolidando essas operações como importantes alavancas de rentabilidade.

5. Fortalecer a alavanca de serviços financeiros via MagaluPay: Vamos integrar nossos serviços financeiros de forma nativa na jornada de compra dos nossos clientes, tanto na plataforma digital quanto nas lojas físicas, impulsionando relacionamento, vendas e rentabilidade. Vamos transformar produtos que hoje são transacionais em produtos de relacionamento. Com a nossa nova financeira, a MagaluPay SCFI, temos a capacidade de desenvolver produtos financeiros próprios e de forma ainda mais eficiente, com novos instrumentos de *funding* e otimização tributária, impulsionando tanto as vendas – nas lojas físicas e no online – quanto a nossa rentabilidade.

Balanço de 2025: Rentabilidade, geração de caixa e a evolução dos novos serviços

A confiança para acelerarmos nosso novo ciclo estratégico vem da consistência nos resultados apresentados nos últimos anos. Em 2025, mantivemos um compromisso inegociável com a expansão das margens e a geração de caixa, e os resultados do ano e do quarto trimestre comprovam que atingimos esse objetivo.

- **Resultados:** O EBITDA ajustado de 2025 atingiu 3,1 bilhões de reais, com uma margem de 7,9%, reflexo da significativa expansão das vendas nas lojas, da evolução da margem de contribuição dos nossos canais de vendas e do excelente resultado da Luizacred. O lucro líquido ajustado foi de 159 milhões de reais no ano. A geração de caixa operacional atingiu 2,7 bilhões de reais, permitindo encerrarmos o ano com uma posição de caixa total de 8 bilhões de reais e um caixa líquido de 3,1 bilhões.
- **Lojas Físicas:** Pela primeira vez na nossa história, **superamos a marca de 20 bilhões de reais** em vendas nas lojas físicas em um ano. Tivemos um crescimento de 6% nas vendas totais do canal físico em 2025, com forte ganho de participação de mercado – vale destacar que, **no quarto trimestre, as vendas das lojas físicas cresceram 9%** quando comparadas ao mesmo período de 2024.
- Inaugurada em dezembro, a **Galeria Magalu** é a materialização do nosso ecossistema. São cinco lojas – Magalu, KaBuM!, Netshoes, Época Cosméticos e Estante Virtual – em um único espaço. Em 4.000 m², a megaloja une o físico ao digital, com muitos espaços “instagramáveis”, conexão com criadores de conteúdo e espaços de *retail media* que alavancam o Magalu Ads. A loja é palco para lançamentos e aproxima as grandes marcas e o cliente final. Com fluxo mensal esperado de 90 000 pessoas, o espaço oferece experiências únicas, como a Casa da Lu, a arena gamer do KaBuM!, a personalização de produtos na Netshoes, marcas exclusivas na Época e o Teatro YouTube.
- **Vendas no E-commerce:** As vendas totais do nosso ecossistema alcançaram 65 bilhões de reais em 2025. No online, as vendas foram de 44 bilhões de reais, com o e-commerce com estoque próprio (1P) atingindo 27 bilhões de reais. O marketplace (3P) representou 39% das vendas online. A logística continuou sendo uma alavanca de conversão: o **Fulfillment Magalu** atingiu 29% de penetração nos pedidos do 3P ao longo do último trimestre do ano, um aumento de cinco pontos percentuais na comparação com o mesmo período de 2024.
- O **KaBuM!** atingiu participação de mercado recorde no mês de novembro em categorias-chave como Hardware e Games, expandindo ainda mais sua liderança nesse mercado. A empresa apresentou lucro líquido ajustado de 62 milhões de reais no ano. Na **Netshoes**, vale destacar o crescimento de 11% nas vendas 1P no quarto trimestre 2025, com grande destaque para itens de corrida, que cresceram 36% em vendas no período, reforçando a liderança online e fechando o ano com 40% de market share na categoria. Já a **Época Cosméticos** avançou na sua estratégia de multicanalidade ao inaugurar sua primeira loja física na Galeria Magalu. Com isso, a Época incorporou marcas premium ao seu sortimento, como Chanel e Carolina Herrera Make Up, que já são sucesso de vendas. No quarto trimestre de 2025, o ticket médio da empresa aumentou 16% e, ao longo do ano, houve uma acelerada expansão nas vendas do marketplace.
- No **WhatsApp da Lu** — a solução de **AI Commerce** do Magalu — tivemos significativas evoluções de produto: implementamos a memória personalizada para as conversas, habilitamos a opção do Retira Loja e conectamos o Agente de AI da Apple, especializado nos produtos da marca. Mesmo sem campanhas de marketing dedicadas, esse novo canal de vendas cresce em ritmo exponencial e chegou a **3 milhões de usuários únicos** que já interagiram com a Lu pelo WhatsApp. A ferramenta vem atingindo indicadores excepcionais: a taxa de conversão é três vezes maior em relação à busca no aplicativo e o NPS (*Net Promoter Score*) é de 83 pontos — patamares que permanecem elevados e muito acima da média do e-commerce tradicional.

- O **MagaluPay** registrou avanços consistentes e ganhos de rentabilidade no trimestre. A carteira de CDC alcançou 1,8 bilhão de reais (+15% em relação a dez/24), impulsionada, principalmente, pelo crescimento das vendas nas lojas físicas e pelos novos modelos proprietários de crédito. Além disso, iniciamos a emissão de novos contratos do CDC na nova financeira, que já é responsável por 10% da originação total do produto. A **Luizacred** manteve sua solidez com uma carteira de 20,8 bilhões de reais e indicadores de inadimplência em patamares historicamente baixos. O **Consórcio Magalu** bateu recorde histórico de vendas: 6,4 bilhões de reais no ano, um crescimento de 31% em relação a 2024.
- O **Magalog** avançou na carteira de clientes externos, com expansão de 47% na receita de 2025 frente ao ano anterior. No período de outubro a dezembro de 2025, grandes empresas se tornaram clientes da Magalog, como Reserva, Capodarte, After Click e Shopper. No caso da Shopper, o Magalog é o parceiro estratégico que possibilitará a expansão do serviço de supermercado online para 10 novos estados. Além disso, no quarto trimestre, expandimos a nossa malha logística com a abertura de três novos *hubs* de entrega: um próprio em Cuiabá (MT) e dois em São Paulo (SP), o que amplia nossa capacidade e acelera os prazos de entrega.
- O **Magalu Ads** saltou 54% em receitas em 2025, com forte expansão no retorno para os anunciantes. No período, observamos ganhos claros de eficiência: o ROAS (Retorno sobre o investimento em anúncios) subiu 7%, ao mesmo tempo que o consumo médio por anunciante cresceu 39% e o ticket médio aumentou 22%. Tais indicadores demonstram que as grandes marcas e sellers estão ampliando cada vez mais a utilização dos nossos serviços de *retail media*. Esse movimento é sustentado por melhorias contínuas de produto e inteligência de dados, refletidas no aumento consistente da taxa de conversão (+22%) e na otimização do ROAS ao longo dos meses, impulsionadas por iniciativas como redução do custo por clique e maior qualidade do inventário de produtos anunciados.
- Na **Magalu Cloud**, encerramos o ano com 1.200 clientes externos atendidos e cerca de 55% dos workloads do Magalu já estão na nossa infraestrutura própria. Durante o evento *Cloud Futures*, realizado em dezembro e que reuniu mais de 500 profissionais de tecnologia na Arena Magalu, anunciamos a chegada da **Globo** como cliente e a aquisição da **Movestax**, que adicionará à Magalu Cloud novos serviços com inteligência artificial.

Considerações Finais

Para liderar e sustentar essa revolução tecnológica, anunciamos com muito orgulho a nossa **primeira turma de trainees focada em Inteligência Artificial**. São 12 jovens talentos de todo o Brasil, com forte base em engenharia, matemática e ciência da computação, formados nas melhores instituições do país. Além de uma imersão profunda em LLMs e *machine learning*, eles terão a missão de disseminar o uso da IA para os nossos mais de 35.000 colaboradores. No Magalu, a IA não ficará restrita a um grupo isolado; ela vai se espalhar por toda a organização, transformando a forma como trabalhamos, decidimos e criamos valor. Com esse programa, damos espaço para que jovens profissionais apliquem seu talento em projetos de ponta, provando que o Brasil pode ser referência global em inovação e tecnologia.

Iniciamos 2026 animados e preparados para capturar as melhores oportunidades em um ano de Copa do Mundo, evento que tradicionalmente aquece o nosso setor, especialmente para Magalu e Netshoes. Esse otimismo é impulsionado pelo início do ciclo de queda da taxa de juros no Brasil, que tende a alavancar o consumo de bens duráveis e reduzir nossas despesas financeiras, com impacto positivo em nossos resultados. Continuaremos com foco total na execução da nossa estratégia de longo prazo, gerando valor de forma sustentável para todo o ecossistema.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores, sellers, fornecedores e acionistas pela confiança de sempre.

A DIRETORIA

O Magalu é a maior plataforma de varejo multicanal do Brasil e oferece um amplo sortimento de produtos e serviços para brasileiros de todas as classes, com entrega rápida e a melhor experiência de compra – seja nas lojas, no site ou no seu aplicativo. A Companhia possui uma forte presença geográfica, com 21 centros de distribuição e 175 *cross-dockings* estrategicamente localizados, além de 1.246 lojas distribuídas em 20 estados do país. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava com mais de 33 milhões de clientes ativos.

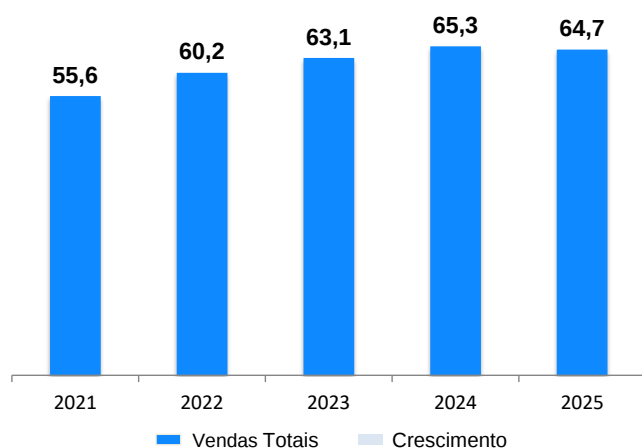
DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações dos resultados consolidados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

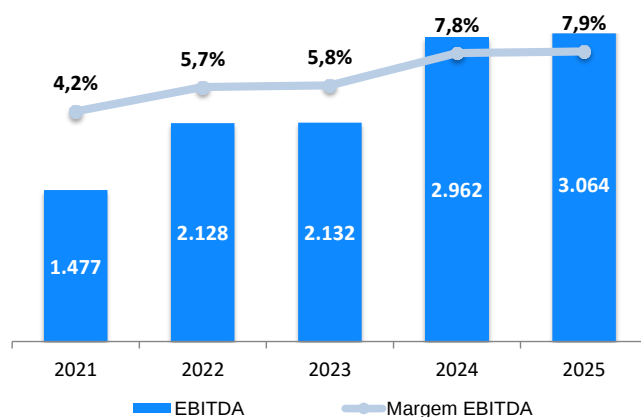
DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	12M25	12M25 Ajustado	AV	12M24 Ajustado	AV	Var(%)
Receita Bruta	48.161,9	48.161,9	124,4%	47.277,0	124,3%	1,9%
Impostos e Cancelamentos	(9.458,5)	(9.458,5)	-24,4%	(9.239,0)	-24,3%	2,4%
Receita Líquida	38.703,4	38.703,4	100,0%	38.038,1	100,0%	1,7%
Custo Total	(27.148,8)	(26.849,8)	-69,4%	(26.410,8)	-69,4%	1,7%
Lucro Bruto	11.554,6	11.853,6	30,6%	11.627,3	30,6%	1,9%
Despesas com Vendas	(7.375,9)	(7.375,9)	-19,1%	(7.131,6)	-18,7%	3,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(1.392,3)	(1.392,3)	-3,6%	(1.373,7)	-3,6%	1,4%
Perda em Liquidação Duvidosa	(455,8)	(429,3)	-1,1%	(452,7)	-1,2%	-5,2%
Outras Receitas Operacionais, LÍQ.	745,6	144,9	0,4%	144,5	0,4%	0,3%
Equivalência Patrimonial	127,3	263,1	0,7%	148,5	0,4%	77,2%
Total de Despesas Operacionais	(8.351,1)	(8.789,5)	-22,7%	(8.665,0)	-22,8%	1,4%
EBITDA	3.203,5	3.064,2	7,9%	2.962,2	7,8%	3,4%
Depreciação e Amortização	(1.284,8)	(1.284,8)	-3,3%	(1.293,1)	-3,4%	-0,6%
EBIT	1.918,7	1.779,4	4,6%	1.669,2	4,4%	6,6%
Resultado Financeiro	(2.044,2)	(2.044,2)	-5,3%	(1.534,5)	-4,0%	33,2%
Lucro Operacional	(125,5)	(264,8)	-0,7%	134,6	0,4%	-
IR / CS	330,1	423,7	1,1%	142,1	0,4%	198,2%
Lucro Líquido	204,6	158,9	0,4%	276,7	0,7%	-42,6%
Vendas Totais Varejo¹	64.665,5	64.665,5	-	65.330,9	-	-1,0%
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas Físicas	6,3%	6,3%	-	11,7%	-	-
Crescimento nas Vendas Totais Lojas Físicas	5,9%	5,9%	-	10,1%	-	-
Crescimento nas Vendas E-commerce (1P)	-1,1%	-1,1%	-	-0,4%	-	-
Crescimento nas Vendas Marketplace (3P)	-8,0%	-8,0%	-	3,4%	-	-
Crescimento nas Vendas E-commerce Total	-3,9%	-3,9%	-	1,1%	-	-
Participação E-commerce Total nas Vendas Totais	68,5%	68,5%	-	70,6%	-	-2,1 pp
Quantidade de Lojas - Final do Período	1.246	1.246	-	1.245	-	1 lojas
Área de Vendas - Final do Período (M²)	678.553	678.553	-	686.976	-	-1,2%

(1) Vendas Totais incluem vendas nas lojas físicas, e-commerce tradicional (1P) e marketplace (3P).

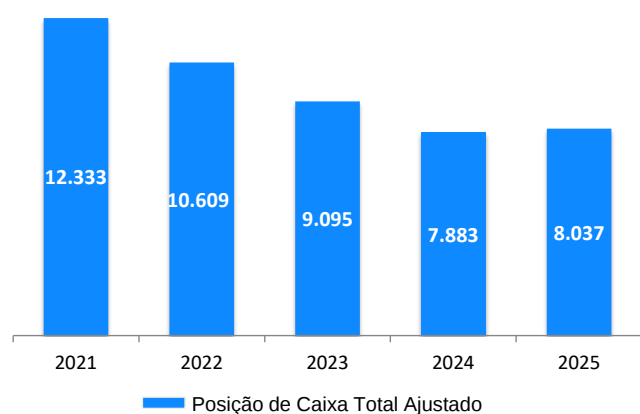
Evolução de Vendas Totais (R\$ bilhões)



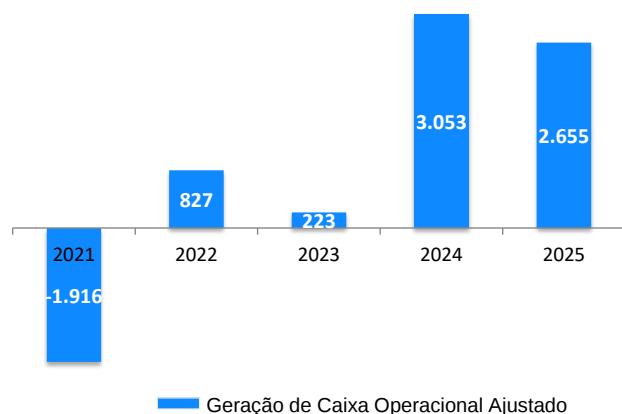
Evolução do EBITDA (R\$ milhões)



Posição de Caixa Total Ajustado (R\$ milhões)



Evolução Geração de Caixa Operacional Ajustada (R\$ milhões)



| DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM nº 80, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., emitido em 12 de março de 2026, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

| RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a Companhia, suas controladas e controlada em conjunto adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. (EY), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

| AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer, nesta oportunidade, a todos nossos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores, parceiros e a comunidade em geral pela confiança e parceria ao longo do ano de 2025.

São Paulo, 12 de março de 2026.

A Diretoria